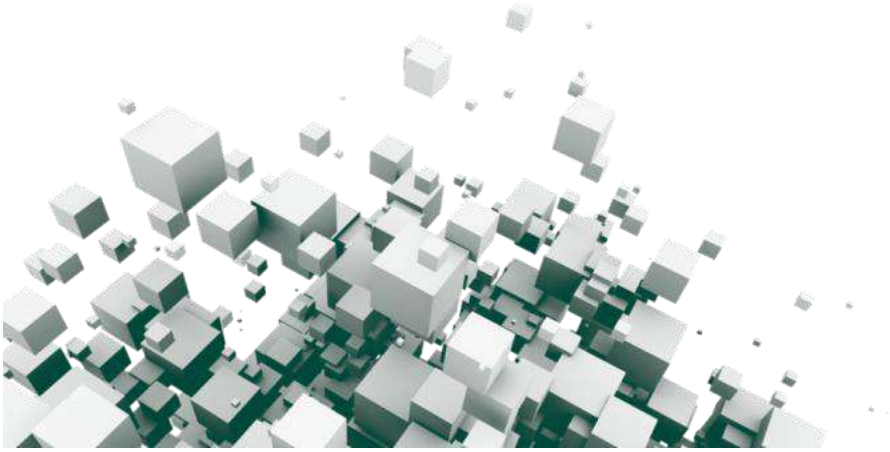
Montepio

Caixa Económica Montepio Geral

RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE 2012



ÍNDICE

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

I – RELATÓRIO DE GESTÃO 4

1. Perímetro de Consolidação e Principais Indicadores 4

2. Enquadramento da Atividade 7

3. Síntese do Desempenho das Entidades do Grupo Montepio 13

4. Canais de Distribuição e Recursos Humanos 17

5. Evolução da Atividade e das Principais Áreas de Negócio 20

6. Gestão de Riscos 28

7. Análise Financeira e Solidez 35

8. Notações de *Rating* 43

9. Principais Riscos e Incertezas para o Segundo Semestre 44

II – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA 46

III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA 47

Balanços e Demonstrações de Resultados Consolidadas e Individuais 47

Notas às Demonstrações Financeiras e Relatórios de Revisão Limitada 51

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2010-2012 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES *Professor Universitário*
1º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO *Advogado*
2º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA *Economista*
Suplente	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES *Jurista*
Suplente	Associado n.º 45 553-0	JOSÉ LUÍS ESPARTEIRO DA SILVA LEITÃO *Economista*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA *Jurista*
Vogais	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA *Economista*
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL *Economista*
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA *Economista*
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO *Advogado*

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES *Professor Universitário*
Vogais	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) *Economista*
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO *Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito*
Suplente	Associado n.º 51 323-6	JOSÉ GOMES HONORATO FERREIRA *Economista*
	Associado n.º 28 116-0	VITOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) *Economista*

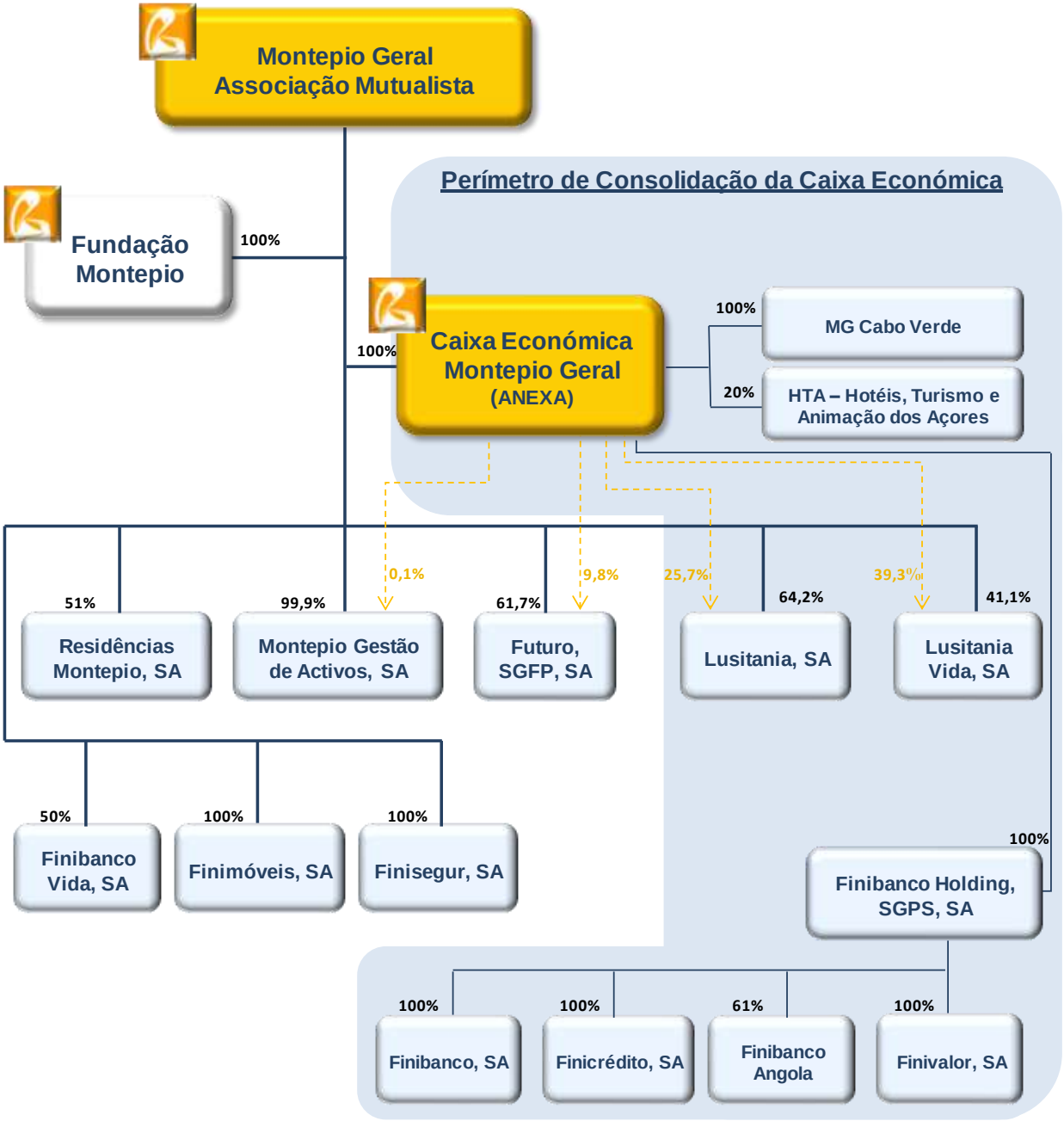
CONSELHO GERAL

Efetivos	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA *Economista*
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ *Oficial do Exército na situação de reforma*
	Associado n.º 49 005-8	ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA *Economista*
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA *Economista*
	Associado n.º 32 368-8	ARMANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA *Jurista*
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA *Economista*
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA *Economista*
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE *Engenheiro Civil*
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES *Economista*
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS *Diretor do Montepio em situação de reforma*
	Associado n.º 31 807-5	JOSÉ JOAQUIM ROSA *Licenciado em Gestão Bancária*
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR *Economista*

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Perímetro de Consolidação e Principais Indicadores

Perímetro de Consolidação



Prosseguindo o objetivo de Criação de Valor para o Associado, a atividade do Grupo materializa-se no seguinte perímetro de consolidação da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG):

- Atividade Doméstica:
  - Lusitania, Companhia de Seguros, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);
- HTA Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);
- Finibanco Holding, SGPS, SA (Consolidação Integral).

– Atividade Não Doméstica:
  - Banco Montepio Cabo Verde, IFI, SA (Consolidação Integral);
  - Finibanco Angola, SA (Consolidação Integral).

Inclui ainda, os Veículos de Titularização de Crédito *Pelican Mortgages* no.1 e no.2 (Consolidação Integral) e os fundos de investimento imobiliário Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional e Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

Principais Indicadores

INDICADORES	dez.11	jun.11	jun.12
ATIVIDADE (milhares de euros)			
Ativo Líquido	21.495.390	21.679.562	20.966.605
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	1.259.488	1.119.483	1.452.795
Total do Crédito a Clientes	17.410.344	17.426.767	16.960.105
Depósitos Totais	13.608.555	12.579.081	13.650.607
RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	45.029	5.068	4.774
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	2,65%	2,27%	2,43%
Cash-Flow / Ativo Líquido Médio	1,11%	0,90%	0,91%
Resultado antes de Impostos / Ativo Líquido Médio (a)	0,15%	0,05%	0,09%
Resultado antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (a)	2,81%	0,88%	1,41%
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio (ROA)	0,21%	0,05%	0,05%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	3,87%	0,89%	0,71%
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 3 meses	3,99%	3,25%	4,43%
Rácio de Crédito com incumprimento (a)	5,03%	4,75%	5,80%
Imparidade de Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos a mais de 3 meses	111,04%	121,61%	101,72%
EFICIÊNCIA			
Gastos Operacionais / Ativo Líquido Médio	1,73%	1,47%	1,61%
Gastos Operacionais / Produto Bancário *(cost to income)* (a)	66,07%	65,84%	66,27%
LIQUIDEZ			
Rácio de Alavancagem (a)	122,14%	133,33%	117,85%
Ativos Elegíveis para Refinanciamento jundo do BCE (milhares de euros)	2.991.055	2.901.361	3.396.782
SOLVABILIDADE			
Rácio de Solvabilidade	13,56%	12,49%	13,28%
Tier 1	10,21%	9,10%	10,13%
Core Tier 1	10,21%	9,10%	10,14%
REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)			
Balcões Rede Doméstica	499	503	468
Balcões Rede Internacional - Angola	8	6	9
Escritórios de Representação	6	6	6
Colaboradores Atividade Doméstica	3.910	4.124	3.862
Colaboradores Atividade Internacional - Angola	119	96	125

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2011, do Banco de Portugal.

NOTA: Junho 2011 e Dezembro 2011 incluem os dados referentes ao ex-Grupo Finibanco.

2. Enquadramento da Atividade

Enquadramento Macroeconómico

Depois de um 1º trimestre em que a recuperação económica global já não era propriamente forte, ao longo do 2º trimestre foram evidenciados sinais de uma fraqueza adicional. No centro deste abrandamento esteve a situação nos mercados financeiros, nomeadamente, em resultado da continuada pressão sobre a dívida soberana na periferia da Zona Euro, que alastrou a diversas grandes economias emergentes onde se observou um crescimento menor do que o previsto. Ainda assim, em resultado de um primeiro trimestre um pouco melhor que o esperado, em meados de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apenas reviu ligeiramente em baixa as suas previsões para o crescimento da economia mundial, para 3,5% em 2012 e 3,9% em 2013. No entanto, estas previsões estão assentes em duas importantes premissas: a de que haverá uma atuação ao nível político suficiente para permitir que as condições financeiras na periferia da Zona Euro aliviem gradualmente e que as economias emergentes comecem a ganhar tração. Claramente, os riscos descendentes continuam a ser dominantes, nomeadamente em resultado de respostas políticas tardias ou insuficientes, não só na Europa, como também nos EUA.

Estados Unidos da América

Nos EUA, o PIB cresceu a um ritmo anualizado inferior a 2,0%, durante o 1º semestre, quando as perspetivas no início do ano eram de que pudesse crescer na ordem dos 3%. Este menor dinamismo esteve associado, numa 1ª fase, a algum recrudescimento das pressões inflacionistas resultantes das subidas dos preços das matérias-primas, sobretudo da energia, devido a razões geopolíticas no Médio-Oriente. Numa 2ª fase, a economia ressentiu-se do abrandamento internacional, em grande medida resultante da intensificação da crise europeia e dos seus impactos na confiança. As perspetivas menos favoráveis levaram os empresários a adiar as decisões de investimento, com o investimento empresarial em equipamentos a crescer durante o semestre ao ritmo mais baixo desde que os EUA iniciaram o atual período de expansão, em meados de 2009. Já o maior ímpeto de recuperação do imobiliário acaba por explicar a resiliência da economia no contexto de uma situação internacional adversa. Por seu lado, o emprego prosseguiu inicialmente o forte incremento já observado no final de 2011. Este crescimento foi, todavia, empolado por condições meteorológicas anormalmente brandas, que terão favorecido um maior nº de contratações apesar do fraco crescimento do PIB no 1º trimestre (+2,0% em termos anualizados), pelo que no 2º trimestre o emprego abrandou. Na globalidade, a taxa de desemprego caiu de 8,5%, no final de 2011, para 8,2% em junho, mas permanecendo acima dos 8%, algo que vem a suceder desde o início de 2009 e encontrando-se ainda praticamente no dobro do que se verificava antes da recessão.

A inflação homóloga, medida pelo deflator do consumo privado, acabou por desacelerar na segunda metade do semestre, passando de 2,4%, em dezembro de 2011, para 1,5%, em junho de 2012, refletindo sobretudo o abrandamento dos preços da energia e da generalidade das matérias-primas. A inflação *core* ou subjacente (i.e, excluindo a alimentação e a energia) caiu, no mesmo período, de 1,9% para 1,8%, sendo que desde novembro de 2008 que esta medida não ultrapassa a marca dos 2%, o atual objetivo da Reserva Federal (*Fed*) para o deflator do consumo, favorecendo medidas expansionistas por parte da autoridade monetária.

Zona Euro

Depois de um final de 2011 marcado pelo regresso da região às contrações, com a economia a ressentir-se dos efeitos recessivos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, o início de 2012, marcado por um desanuviar da crise da dívida soberana na Europa e das tensões nos mercados financeiros, revelou alguma resiliência da economia. O PIB estagnou em cadeia no 1º trimestre, contra as expectativas de então, mas suportada essencialmente pelo superior dinamismo da Alemanha, que expandiu 0,5%. Contudo, com este resultado a economia havia conseguido somente adiar a entrada em recessão, já que viria a regressar às quedas no 2º trimestre (-0,2%, segundo a estimativa inicial), continuando a ver-se penalizada sobretudo pela Espanha e Itália, mas com novamente a Alemanha a conseguir suportar a região. O Banco Central Europeu (BCE) prevê que a economia consiga regressar aos crescimentos na 2ª metade do ano (provavelmente já só no último trimestre), mas com os países periféricos a continuarem a ver-se especialmente penalizados pelo processo de consolidação orçamental em curso. As perspetivas económicas para a região, bem como para o Mundo em geral, continuarão condicionadas pelos desenvolvimentos no capítulo da crise da dívida soberana e do sistema financeiro na Europa.

Refletindo as dificuldades económicas, no 1º semestre do ano a taxa de desemprego deu continuidade à tendência de agravamento iniciada em meados de 2011, tendo subido de 10,7%, no final de 2011, para 11,2% em junho último, que representa o nível mais elevado desde o início da série, em julho de 1990, continuando o mercado de trabalho marcado por consideráveis divergências geográficas, designadamente entre as maiores economias da região, com a Alemanha a destacar-se pela positiva e a Espanha pela negativa, evidenciando níveis de desemprego máximos desde, pelo menos, 1983.

A taxa de inflação homóloga registou uma descida de 2,8%, em dezembro de 2011, para 2,4%, em junho, embora com a componente *core* a manter-se inalterada nos 1,6%, encontrando-se em linha com a sua média histórica, mas neste caso abaixo do objetivo de inflação (2,0%) do BCE. As pressões inflacionistas continuaram a advir, em especial, dos preços da energia junto dos consumidores, bem como dos aumentos dos impostos indiretos adotados por alguns governos, no âmbito de medidas de austeridade, pelo que assumiam um carácter essencialmente temporário, designadamente num contexto de contração da atividade económica. Este comportamento justificou a menor preocupação da autoridade ao longo do trimestre com a evolução dos preços, passando antes a evidenciar cada vez mais preocupações para com o crescimento económico, a estabilidade financeira e a própria existência da moeda única. Neste período, o BCE manteve a *Refi Rate* no então nível mínimo histórico de 1,00% (em julho desceu-a para 0,75%), depois de dois cortes consecutivos no final de 2011, mas foi avançando com outras medidas de caráter não-convencional, tendo em vista designadamente suportar o setor financeiro e a sua capacidade de conceder crédito à economia, nomeadamente, a 2ª operação de cedência extraordinária de liquidez (*LTRO*) a 3 anos, bem como a flexibilização das exigências em relação aos colaterais das operações de cedência de liquidez.

Angola

O país enfrentou desequilíbrios macroeconómicos, após o declínio dos preços do petróleo em 2008-09. Em resposta, as autoridades colocaram em prática um programa de estabilização apoiado pelo FMI para o horizonte de 2009-2012, em que foram realizados progressos consideráveis, com Angola a atingir uma melhor posição orçamental, um nível mais confortável de reservas internacionais, uma estabilização da taxa de câmbio e um abrandamento da inflação. Adicionalmente, as dívidas em atraso do Estado a fornecedores foram pagas e foram feitos progressos no reforço da transparência orçamental e na melhoria do sistema de informação. Em 2011, as condições macroeconómicas continuaram a melhorar, mas o facto da produção de petróleo ter ficado aquém das expectativas limitou o crescimento do PIB a 3,9%, ainda assim, acelerando pelo 2º ano consecutivo (+3,4% em 2010 e +2,4% em 2009). Segundo o FMI, não obstante o recente declínio nos preços do petróleo, o crescimento deverá acelerar este ano para 6,8%, beneficiando do aumento da produção daquela mercadoria. A energia, os transportes e a construção são os setores mais suscetíveis de beneficiar dos programas de investimento público. No entanto, a produção agrícola e os preços dos alimentos estão a ser afetados pela seca. Para os próximos anos, o FMI considera que a economia se confronta com vários desafios, nomeadamente: *i*) a necessidade de reforçar a política orçamental na gestão das receitas petrolíferas de modo a diminuir a vulnerabilidade da economia a oscilações do preço do petróleo; *ii*) acumular mais reservas internacionais num ambiente de elevados riscos externos; *iii*) permitir a transformação estrutural da economia e a diversificação para promover um crescimento mais inclusivo. A taxa de inflação média caiu em 2011 de 14,5% para 13,5%, beneficiando de uma taxa de câmbio estável, prevendo o FMI uma continuação do abrandamento das pressões inflacionistas em 2012, com a inflação a cair para 10,8%.

Portugal

Na primeira metade do ano, a economia portuguesa continuou a evoluir de uma forma mais desfavorável do que a média dos seus parceiros da Zona Euro, depois de um ano de 2011 já em contraciclo, num contexto de implementação do Programa de Assistência Financeira (PAF) acordado com o conjunto das 3 instituições BCE, FMI e Comissão Europeia (vulgarmente designado "*troika*"), que implicou a adoção de um vasto conjunto de medidas, provocando uma considerável contração da procura interna.

O início de ano acabou por ser menos negativo do que o que havia sido antecipado, com o PIB português a contrair apenas 0,1% no 1º trimestre, em intenso desagravamento face à queda de 1,4% observada no 4º trimestre de 2011, com a economia a apresentar o menor ritmo de contração do atual período recessivo. No entanto, esta quase estabilização da atividade acabou por ter como contrapartida uma aceleração do ritmo de queda no 2º trimestre (-1,2%), atendendo a que parte da resiliência esteve associada ao contributo positivo da variação de existências (e do próprio investimento em capital fixo), que deverá ter voltado a ser bastante negativo, ademais que a atividade continuou a ver-se condicionada pelos efeitos das fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2012 (*v.g.*, corte de subsídios nas administrações públicas e aumento de impostos). De notar o comportamento do setor exportador, que tem constituído uma das principais surpresas positivas do

processo de ajustamento português, sendo de realçar que a balança de bens e serviços, em termos nominais, deverá registar um excedente, algo ímpar desde o ano de 1943.

Relativamente ao PAF, os relatórios finais sobre a 4ª avaliação à execução deste programa, conhecidos em julho, continuaram a dar conta de uma avaliação positiva, com Portugal a cumprir o essencial dos compromissos assumidos, porém dando também conta dos riscos com que o ajustamento orçamental se depara, que se agravaram nos últimos meses. Este agravamento dos riscos resulta essencialmente da menor arrecadação de impostos, atribuída a um perfil do PIB menos assente no consumo, que se reflete em menores receitas fiscais. Adicionalmente é, também, consequência do impacto do aumento significativo do desemprego, que, para além do grave problema que representa para a sociedade e dos riscos orçamentais que acarreta (designadamente por via de um aumento das prestações sociais acima do previsto), poderá pôr em causa os compromissos assumidos.

Efetivamente, a situação do mercado laboral tem-se deteriorado, com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, que segundo o INE, passou de 14,0%, no final de 2011, para 15,0% no 2º trimestre de 2012, ascendendo a um nível máximo histórico desde pelo menos 1977.

A inflação, medida pela variação homóloga do IPC, abrandou na primeira metade do ano, passando de 3,6%, em dezembro de 2011, para 2,7%, em junho, quase que revertendo a totalidade do agravamento a que se assistiu em 2011, na altura refletindo o comportamento dos preços das *commodities*, mas também as medidas de consolidação orçamental implementadas em 2010 e 2011. A inflação *core* também diminuiu, embora ligeiramente menos, passando de 2,3% em dezembro último para 1,5% em junho. As pressões inflacionistas continuam a assumir um carácter largamente temporário, mas devendo permanecer elevadas no corrente ano, condicionadas pelas medidas de política orçamental.

Mercados Financeiros

Durante o 1º semestre observou-se um comportamento volátil e pouco consistente dos diversos segmentos de mercado. Esta evolução pode ser dividida em dois períodos distintos.

O primeiro, *grosso modo* coincide com o 1º trimestre do ano, foi marcado por uma melhoria do sentimento do mercado e suportado por desenvolvimentos político-económicos, em particular a contínua atuação das autoridades monetárias dos principais blocos económicos, com destaque para a 2ª operação do BCE de cedência de fundos a 3 anos, a que se juntou o alívio do pessimismo em relação à crise financeira e da dívida soberana, com a estabilização da incerteza em relação à Grécia, após o acordo para novo financiamento por parte da "*troika"* e o entendimento entre Governo e privados relativamente à reestruturação da dívida do país. Somaram-se indícios de que a recessão da Zona Euro seria menos profunda, bem como alguns sinais de recrudescimento do crescimento mundial, apenas moderados pelo aumento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, com impacto no preço do petróleo, na sequência das sanções impostas ao Irão, relacionadas com o programa nuclear do país.

No segundo período, correspondente ao resto do semestre, o comportamento foi desfavorável, tendo sido praticamente revertidas as melhorias observadas até então, devido a novos receios quanto à crise na Europa e consequente impacto nas perspetivas de crescimento económico mundial. Esses novos receios tiveram origem na situação de Espanha, onde o Governo anunciou que não iria cumprir as

metas orçamentais, obrigando assim à obtenção de um novo acordo com as autoridades europeias, assim como pelas crescentes dificuldades do setor financeiro do país, que culminaram no pedido de ajuda internacional para a recapitalização da banca.

A instabilidade atingiu o expoente máximo com a situação política na Grécia, depois de os resultados das primeiras eleições do ano não terem permitido a formação de um Governo, conduzindo à marcação de novo sufrágio e à possibilidade de vir a existir um executivo que pusesse em causa os compromissos assumidos internacionalmente. Nas eleições seguintes foi formado um Governo favorável ao acordo com a "*troika*", aliviando as preocupações.

Na última semana do semestre foram observados desenvolvimentos positivos nos mercados, motivados pelos encontros preliminares e pelos resultados da cimeira europeia realizada no final de junho.

No que diz respeito à **dívida pública de referência**, depois do referido alívio do pessimismo em relação à crise da dívida observado na 1ª metade do semestre, a 2ª metade trouxe precisamente o movimento inverso, com os investidores a voltarem a refugiar-se nos ativos de menor risco e que, de um modo geral, mais do que compensou o alívio observado na 1ª metade do semestre. Desta forma, as *yields* da dívida pública alemã (*bunds*) caíram 2 p.b. no prazo de 2 anos e 25 p.b. nos 10 anos, respetivamente, para 0,124% e 1,583%. Nos EUA, as *yields* dos *treasuries* aumentaram moderadamente no curto prazo, com as *yields* a 2 anos a subirem 6 p.b., para 0,301%, mas a descerem intensamente nos 10 anos, 23 p.b. para 1,645%, refletindo também o facto de a instabilidade nos mercados financeiros e a fraca criação de empregos nos EUA terem reaberto a possibilidade de novos estímulos por parte da *Fed*.

Ao nível da **dívida pública dos chamados países periféricos**, apesar de uma 2ª metade tendencialmente desfavorável, o semestre saldou-se por algum alívio dos receios dos investidores. Espanha foi a única exceção, ao ser o centro das preocupações dos mercados. Assim, os *spreads* das *yields* da dívida a 10 anos da generalidade dos países periféricos comparativamente à alemã caíram durante o 1º semestre, com as maiores descidas a observarem-se na Grécia (-889 p.b.), que havia sido o país mais penalizado no ano anterior, embora continuando a evidenciar um *spread* claramente superior aos dos demais países. Seguiu-se o *spread* de Portugal (-295 p.b.), enquanto os da Irlanda e de Itália registaram reduções mais modestas, neste último caso refletindo o facto da 2ª metade do semestre ter ficado marcada também por um aumento dos receios relativamente à situação orçamental italiana. O *spread* de Espanha teve um agravamento de 149 p.b., sobretudo devido à penalização ocorrida na 2ª metade do período.

No **mercado monetário interbancário (MMI)**, as taxas *Euribor* a 3, 6 e 12 meses desceram durante o 1º semestre para 0,653%, 0,930% e 1,213%, sendo de referir que as taxas a 3 e a 6 meses se situaram abaixo da principal taxa de referência do BCE, que fechou em 1,0%, embora ainda significativamente afastadas das taxas *overnight* (0,38%), demonstrando as tensões no mercado monetário. As taxas *Libor* do dólar caíram menos, não tendo conseguido inverter a tendência ascendente iniciada em meados de 2011, com os 3, 6 e 12 meses a situarem-se nos 0,461%, 0,734% e 1,068%, respetivamente.

O comportamento das **ações** também ficou bastante marcado pelo evoluir da crise na Europa, pelo que os índices europeus foram bastante penalizados na 2ª metade deste período, mais do que anulando a subida observada no 1º trimestre. Já os índices americanos beneficiaram da favorável época de resultados das suas empresas e da maior resiliência da sua economia. Assim, a generalidade dos índices europeus caíram, com o alemão *DAX* (+8,8%) e o francês *CAC 40* (+1,2%) a serem as principais

exceções, acompanhando a maior robustez das suas economias. O *benchmark* português *PSI*-20 registou um dos piores desempenhos (-14,5%), logo após o espanhol *IBEX* (-17,1%). O índice das 50 maiores empresas da Zona Euro, o *Eurostoxx* 50, caiu 2,2%, ao passo que o britânico *FTSE*-100 estabilizou. Nos EUA, o índice tecnológico *Nasdaq* liderou os ganhos (+12,7%), seguido do *S&P 500* (+8,3%) e do industrial *Dow Jones* (+5,4%). A Oriente o desempenho dos índices foi favorável, com o japonês *Nikkei 225* a valorizar 6,5%, mas com o chinês *Shangai Composite* a crescer mais modestamente, penalizado pelo receio de um abrandamento económico na China superior ao previsto.

No mercado da **dívida privada** foram observadas melhorias no semestre, mas conseguidas apenas no 1º quartel do ano. O índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de *CDS* (*Credit Default Swaps*) na classe de *Investment Grade*, desceu 7 p.b., para 166 p.b., sendo que dentro deste a situação das empresas financeiras registou uma melhoria significativa, com o *Itraxx Financials* a diminuir 60 p.b., para 220 p.b., embora permanecendo acima do valor registado pelos demais setores, sublinhando os receios relativamente ao sistema financeiro. A diminuição dos *spreads* foi mais significativa no *Itraxx Cross-over* (5 Anos), o índice de *Speculative Grade* e que é mais sensível ao ciclo económico, caindo 92 p.b. para 662 p.b..

No **mercado cambial**, o euro desvalorizou face às principais divisas no semestre, anulando a apreciação do 1º trimestre, que havia sido proporcionada pela inversão dos fatores que mais o tinham penalizado no final de 2011, em especial a dívida soberana na região, beneficiando dos passos que foram sendo dados no sentido da criação da necessária união orçamental e do aumento da credibilidade quanto à sustentabilidade da projeto da moeda única, bem como da estabilização da incerteza em relação à Grécia. No entanto, no decurso do 2º trimestre, a moeda única foi penalizada com o relançamento da hipótese da Grécia poder vir a sair do euro, o que acarretaria sérias dificuldades à Zona Euro. O euro apresentou uma depreciação semestral de 2,4% face ao dólar norte-americano e de 3,5% face à libra esterlina, tendo acabado por apreciar 1,2% em relação ao iene japonês, beneficiando apenas dos ganhos obtidos nos primeiros três meses do ano.

Por último, as ***commodities*** desvalorizaram no semestre, com os índices compósitos ***Reuters/Jefferies CRB*** e ***S&P GSCI*** a caírem 6,9% e 7,1%, respetivamente, refletindo movimentos no mesmo sentido da generalidade das classes, em que as exceções couberam ao gado, às agrícolas e aos metais preciosos, dado que este tipo de mercadorias tem uma natureza menos cíclica, sendo mesmo contra cíclica no último caso. O desempenho ao longo do 1º trimestre não foi uniforme para a maioria das classes, com a exceção do petróleo, que descreveu uma tendência marcadamente ascendente e que esteve relacionada com o aumento das tensões geopolíticas, designadamente entre o Irão e as potências ocidentais, tendo por base o programa nuclear do país e originando o consequente embargo petrolífero ao país. No resto do semestre este efeito foi revertido, com as crescentes evidências de abrandamento da economia mundial, em função da crise europeia, a pesar no preço da maioria das mercadorias. No 2º trimestre, a afetar significativamente os preços das *commodities* estiveram, em particular, os receios de que a desaceleração da economia chinesa seja mais acentuada do que inicialmente previsto, pois a China é um dos principais consumidores da maioria das matérias-primas, em especial dos metais industriais. Desta forma, no semestre, o preço do *Brent Crude* desceu 8,9%, ao passo que nos metais de base os preços desceram 2,4%. Por outro lado o ouro subiu 2,4%, assumindo o seu papel de ativo de refúgio em períodos de instabilidade.

3. Síntese do Desempenho das Entidades do Grupo Montepio

Atividade Mutualista

No primeiro semestre, o Montepio Associação Mutualista prosseguiu com a execução do seu Programa de Ação e Orçamento para 2012, que, no quadro das Linhas de Orientação Estratégica definidas para o triénio 2012-2015, define:

- A fidelização dos associados e a retenção de capitais de modo a aumentar a receita por Associado e a estabilizar os fluxos de capitais através da redução dos reembolsos extraordinários;
- O reforço do capital da Caixa Económica e a racionalização da Carteira de Participações Financeiras de forma a assegurar o desenvolvimento harmonioso do Grupo;
- O aumento do número de associados com base no potencial dos clientes do Grupo, aproveitando as capacidades dos diversos canais de distribuição das empresas, majorados pela rede ex-Finibanco;
- O aprofundamento, a modernização e a diferenciação da oferta a partir das suas finalidades de previdência complementar e proteção de riscos;
- O reforço das capacidades da Gestão de Balanço e o Sistema de Controlo Interno, de forma a gerir os ativos e passivos de forma integrada, mitigar os riscos e preservar a solvabilidade.

Considerando as orientações estratégicas acima referidas, a Associação Mutualista mantém a sua estratégia de crescimento, de estreitamento da relação com os associados e de reforço da modernização das soluções disponibilizadas visando o incremento da dimensão mutualista e da sua importância enquanto resposta complementar às necessidades de proteção social, saúde, bem-estar e qualidade de vida, respeitando elevados padrões éticos e critérios de responsabilidade e sustentabilidade social.

O número de associados no final de junho de 2012 situou-se em 517 375 apresentando uma variação homóloga de +5,7% e observou-se um acréscimo de 6,1%, no número de subscrições de modalidades mutualistas, como reflexo de um maior nível de fidelização e da apetência pelas soluções mutualistas.

As poupanças captadas junto dos associados (Receitas Associativas) atingiram o expressivo crescimento de 31,0% o que traduz a adequação da oferta da Associação Mutualista às necessidades da sociedade num contexto particularmente difícil.

O Ativo Líquido da Associação Mutualista situou-se em 3,0 mil milhões de euros o que representa um crescimento de 6,1%, enquanto que o Capital Próprio, constituído pelos Fundos Próprios, Excedentes Técnicos, Reservas e Resultados, ascendeu a 459 milhões de euros (representando um acréscimo de 11,3%).

Os Resultados da Associação Mutualista aumentaram 43,3%, no primeiro semestre de 2012, atingindo 62 milhões de euros.

Atividade Bancária

Relativamente à Caixa Económica, as ações estratégicas prosseguidas, e que incorporam o seu Programa de Ação e Orçamento para 2012, assentam nos pressupostos e orientações do Banco de Portugal e corporizam as metas de desalavancagem, solvabilidade e liquidez decorrentes do Memorando do Programa de Assistência Financeira a Portugal, conforme definido no *Funding & Capital Plan* – Plano de Financiamento e Capital solicitado aos oito maiores grupos bancários nacionais, nomeadamente:

- A desalavancagem da atividade, através da redução do Crédito Total Líquido de Imparidades e o aumento dos Depósitos de Clientes, em particular junto de clientes de retalho, das pequenas e médias poupanças, atendendo à maior propensão das famílias à poupança;
- O aumento do Capital e do Rácio *Core Tier* 1, de modo a satisfazer os requisitos impostos no quadro do Programa de Assistência Financeira ao país;
- A captação de associados e o aumento da retenção dos seus capitais;
- A redução do nível de *funding* do Banco Central Europeu e dos mercados financeiros, compensada pelo aumento da captação de depósitos junto de clientes de retalho;
- A diversificação do Crédito por via da redução da exposição ao setor imobiliário e do crescimento do crédito no apoio a setores produtivos considerados estratégicos, nomeadamente às micro e às pequenas e médias empresas associadas aos mercados de exportação;
- O desenvolvimento da atividade não doméstica do Grupo Montepio, designadamente em Angola, onde se identificam oportunidades de crescimento e de criação de valor;
- A recuperação de crédito vencido e a melhoria da gestão do risco de crédito;
- O aumento das atividades de prestação de serviços e de apoio às empresas geradoras de comissões;
- O reforço da proatividade na gestão das margens, através de uma política de *price risk adjusted* e do ajustamento dos prazos de refixação de taxas do crédito às taxas do *funding*.

Relativamente ao negócio de crédito especializado, realizado no seio do Grupo CEMG, pela Finicrédito, no primeiro semestre de 2012, foi particularmente afetado pelas significativas quebras de vendas de veículos ligeiros de passageiros no mercado nacional. Segundo dados da ACAP – Associação Automóvel de Portugal, o primeiro semestre registou uma queda homóloga de 41,5%. Tal espelha as dificuldades por que passa o consumo interno, particularmente em Portugal, que regista um número de viaturas novas de 14 por 1000 habitantes, que contrasta com a média dos países da União Europeia que se situa nos 26.

A Finicrédito não ficou alheia a esta queda, uma vez que 87% da sua carteira é constituída por financiamento automóvel. Como consequência, o total da carteira vincenda de financiamento caiu, em termos homólogos, 10,3%.

Com a alteração na gestão ocorrida no início do segundo trimestre, houve alteração na estratégia de negócio. A Finicrédito passa agora a desempenhar um papel assumido de unidade de negócio de crédito especializado no Grupo Montepio, estabelecendo como áreas de negócio principais o Financiamento Automóvel, o Financiamento de Equipamentos, o Desenvolvimento de Projetos no domínio do Crédito ao Consumo e o estabelecimento de parcerias de negócio com a rede comercial da Caixa Económica.

Neste sentido, iniciou-se uma alteração no perfil de produção, tendo por objetivo a diversificação das fontes de negócio e a desconcentração da carteira.

Contribuiu, para o desenvolvimento do negócio, o aprofundar das relações com os Pontos de Venda, parceiros que constituem o principal canal de distribuição da Finicrédito. Atualmente, apresenta uma relação comercial com 869 Pontos de Venda.

Segundo os elementos disponibilizados pela ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, a Finicrédito apresenta relevância no mercado, detendo uma quota de produção no primeiro semestre de 4,2%, sendo esta decomposta por 3,0% no crédito, 10,8% no leasing e 2,4% no ALD.

Atividade Seguradora

A Lusitania – Companhia de Seguros, SA e Lusitania Vida – Companhia de Seguros, SA são as empresas da atividade seguradora que integram o perímetro de consolidação da Caixa Económica Montepio Geral.

No primeiro semestre de 2012, a atividade de seguros Não Vida evidenciou uma redução no seu volume de prémios face ao mercado, atingindo uma quota de 5,3% face a 6,0% em junho de 2011, embora seja de referir o forte crescimento da Lusitania Mar, tendo-se fixado a sua quota de mercado em 20,4% (13,0% no período homólogo).

No Ramo Vida, o Grupo Montepio atua através da Lusitania Vida, companhia que complementa a oferta mutualista nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, a oferta da Companhia de Seguros Lusitania, através da comercialização de soluções mistas, geradoras de importantes receitas. No primeiro semestre de 2012, observou-se uma redução de quota de mercado situando-se, em 1,3% face a 1,6% em junho de 2011.

Gestão de Ativos

O mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário registou uma forte desvalorização, fruto do atual contexto económico adverso. Em junho de 2012, o mercado registou uma queda de 12,98% face ao mês homólogo, fixando-se os ativos sob gestão em 11 164 milhões de euros. A performance dos fundos geridos pela Montepio Gestão de Ativos foi consentânea com o comportamento do mercado. O aumento da quota de mercado (2,47% em Junho de 2012 face a 2,11% em junho de 2011) ficou a

dever-se ao processo de migração dos fundos mobiliários da Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A., para a Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A em 28 de novembro de 2011, processo que foi previamente sujeito a aprovação junto da CMVM. À data da migração os referidos fundos estavam avaliados pelo mercado em cerca de 42 milhões de euros.

Os Fundos de Investimento Imobiliário em Portugal evidenciaram uma inversão da tendência de decréscimo, apresentando um ténue crescimento face a junho de 2011 de 1,72%. Assim, os fundos geridos pela Finivalor passaram a representar 3,69% do mercado (3,51% em junho de 2011), tendo registado um crescimento de 7,17%. Para o referido crescimento muito contribuiu o aumento de capital em 30 milhões de euros do Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional, em dezembro de 2011.

Apesar do decréscimo da atividade ocorrida ao nível da gestão de patrimónios com uma queda de 7,30%, a Montepio Gestão de Ativos aumentou a sua quota de mercado, fixando-se em 2,04% (1,80% em junho de 2011), devido à forte queda que se assistiu no mercado, tendo atingido os 18,56% em termos homólogos.

Em 30 de junho de 2012, o valor sob gestão de fundos de pensões ascendia a 12 960 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 31,2% face ao mês homólogo. A evolução do montante total dos fundos de pensões sob gestão foi influenciada pela transmissão parcial para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões cuja responsabilidade das pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 se encontrava prevista no regime substitutivo da regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário.

Não obstante a situação de instabilidade dos Mercados Financeiros vivida ao longo do último ano, a Futuro angariou novos clientes durante o ano de 2011, o que permitiu compensar parcialmente a saída de uma parcela dos ativos sob sua gestão para a Segurança Social (185,4 milhões de euros), aumentando assim a quota mercado de 6,4% em junho de 2011, para 8,08% em junho de 2012.

Reputação da Marca Montepio

No 1º semestre de 2012, a marca Montepio atingiu o mais alto nível de reputação de todo o setor financeiro português. A distinção foi atribuída no âmbito do estudo RepTrak™ Pulse 2012 do *Reputation Institute*, que avalia a reputação corporativa de mais de 2.500 empresas dos mais diversos setores, em 41 países. Com uma melhoria de 3,6 pontos face a 2011, o Montepio contrariou a tendência negativa do setor bancário, conseguindo com este desempenho ascender à 1ª posição.

Perante clientes e não clientes Particulares, o Montepio é o banco com melhor perceção ao nível dos Produtos e Serviços, Governo da Sociedade, Responsabilidade Social e Performance, dimensões que são das mais importantes para a construção da reputação das marcas.

4. Canais de Distribuição e Recursos Humanos

Canais de Distribuição

No final de junho de 2012, a CEMG detinha uma rede doméstica de 468 balcões, que compara com 503 em junho de 2011. Para esta evolução contribuiu o encerramento de 4 balcões no 2º semestre de 2011 e de 31 balcões em janeiro de 2012.

A representação internacional do Montepio foi reforçada para 9 balcões em Angola (+3 do que em junho 2011) complementada com um centro de empresas, presença que resulta da participação maioritária no capital do Finibanco Angola, SA, por via do Finibanco Holding, SGPS e à qual se somam os 6 Escritórios de Representação junto de comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e a Instituição Financeira Internacional localizada em Cabo Verde.
Esta rede era, à data, reforçada com 939 Promotores Comerciais (898 em junho 2011) e 235 Promotores de *Assurfinance* Montepio-Lusitania (231 em junho de 2011), os quais permitem a amplificação da área de influência do Grupo e do serviço de relação comercial.
No acompanhamento ao segundo setor (ENI'S, Micro-Empresas e PME's), o Montepio disponibilizou, durante o 1º semestre, 214 gestores de negócios e 57 gestores de PME's.

Também os canais à distância e eletrónicos têm contribuído para o incremento desse serviço e da eficiência da distribuição, caraterizados, em 30 de junho de 2012, por um parque global de ATM Multibanco de 1 168 máquinas instaladas (1 043 em igual período de 2011), representando uma quota de mercado de 8,5% (+2,5 p.p. do que em junho 2011). Destaca-se a rede própria Chave24, com 311 máquinas (306 em junho 2011).

A taxa de externalização do serviço Chave24 face ao balção, em termos de operações processadas, em junho 2012 situava-se em torno dos 26%, à semelhança de igual período de 2011.

O sítio público do Montepio (www.montepio.pt) continua a registar um aumento significativo no número de acessos, atingindo uma média mensal de 3,5 milhões de visitas e 17,4 milhões de *page views*.

O serviço Montepio24 Particulares, que inclui os serviços Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24, totalizava 679 mil aderentes, o que representa um crescimento homólogo de 16%, enquanto o serviço Montepio24 Empresas atingiu 85,5 mil aderentes no mesmo período traduzindo um aumento significativo de 54%.

Os TPA's (Terminais de Pagamento Automático) continuam a ter um papel fundamental na captação e fidelização de clientes no segmento de pequenos negócios, contribuindo para o aumento de Saldos Médios em D.O. No final do 1º semestre de 2012, fruto da contínua atividade comercial, o Montepio apoiava 17 723 terminais (14 566 em igual período de 2011), representando uma quota de mercado de 6,6%.

Recursos Humanos

No final do primeiro semestre de 2012, o quadro de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral era composto por 3 862 colaboradores, valor que representa uma redução de 262 colaboradores face a 30 de junho de 2011. Esta redução foi motivada essencialmente por reformas antecipadas e rescisões.

Numa perspetiva mais alargada, ou seja, considerando o universo de entidades do Finibanco Holding, SGPS que consolidam integralmente as suas contas com a Caixa Económica, o quadro de colaboradores apresenta a seguinte distribuição:

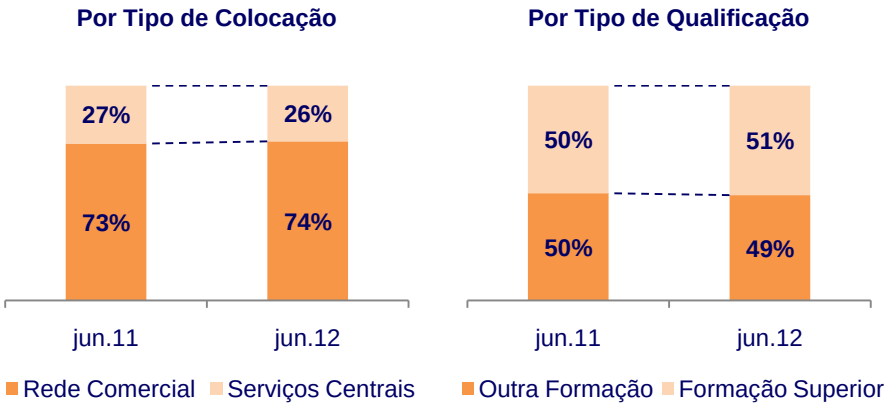
COLABORADORES DA CAIXA ECONÓMICA E DO FINIBANCO HOLDING, SGPS

	jun.11	jun.12	Variação N.º	Variação %	Peso
Total	**4 390**	**4 144**	**-246**	**-5.6**	**100.0%**
Caixa Económica Montepio Geral	4 124	3 862	-262	-6.4	93.2%
Finibanco Holding, SGPS	266	282	16	6.0	6.8%
N.º Balcões (CE)	503	468	-35	-7.0	
Nº Colaboradores / Nº Balcões (CE)	8.2	8.3			

O ligeiro aumento do quadro de colaboradores do Finibanco Holding foi motivado pelo crescimento do Finibanco Angola, que se encontra em fase de expansão da sua rede de balcões e, no final de junho de 2012, tinha um quadro de recursos humanos com 125 elementos.

Da repartição dos colaboradores por tipo de colocação e nível de qualificação académica, conclui-se que, em 30 de junho 2012, 74% encontravam-se afetos à rede comercial e 51% possuíam formação superior, valores em tendência crescente face a 2011.

REPARTIÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES DA CAIXA ECONÓMICA



Dando continuidade às linhas de orientação estratégica de reforço das qualificações e competências dos recursos humanos, verificou-se um incremento do número de horas ministrado, assim como um

assinalável crescimento do número de participações, com decréscimo do investimento total em formação.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

	jun. 11	jun. 12
Nº Horas Formação	43.146	58.831
Nº Participações	3.296	10.233
Investimento Formação	126,5 mil euros	90,5 mil euros

O plano de formação de recursos humanos deu realce à elaboração de novos cursos, tendo-se caraterizado por um enfoque no desenvolvimento de competências associadas a produtos/serviços, a obrigações legais e de contribuição para o crescimento da atividade mutualista, sendo o *e-learning* a modalidade predominante.

Destacam-se as ações formativas nas seguintes vertentes:

- Produtos - formação relacionada com o lançamento e atualização de produtos e serviços bancários e mutualistas;
- Regulamentar - formação obrigatória para a certificação da atividade bancária: *conhecimento da Moeda Metálica de Euro/ Conhecimento da Nota de Euro e Seguros - Mediador Ligado Atividade Acessória;*
- Processos - formação relacionada com os processos de balcão e de apoio à atividade bancária: recirculadores *de numerário; CRM e VIC: Gestão de Projetos;*
- Risco - formação para a prevenção e mitigação dos riscos operacional e financeiro: *"Gestão do Risco Operacional";*
- Acompanhamento - formação ligada ao acompanhamento do negócio e seu funcionamento: *Análise de Investimento e Gestão de Carteiras e Global Management Challenge* 2012;
- Comportamental - *formação sobre saúde no trabalho no setor serviços e técnicas de negociação e venda.*

5. Evolução da Atividade e das Principais Áreas de Negócio

5.1 Oferta de Produtos e Serviços por Segmentos

Considerando a estratégica definida e a atual conjuntura, a CEMG continuou a orientar a sua oferta de produtos e serviços no sentido de reforçar os níveis de liquidez e de desalavancagem através do aumento da captação de poupanças de clientes e de uma redução e diversificação da carteira de crédito.

Com o alargamento da carteira de negócios da CEMG, resultante da incorporação do Finibanco Holding, SGPS, SA, foram desenvolvidas estratégias de acompanhamento de negócio considerando os segmentos operacionais de Banca de Particulares, Banca de Empresas e Terceiro Setor.

Banca de Particulares

No 1º semestre de 2012, a estratégia para o segmento de Particulares teve como principal objetivo incentivar a poupança, através da subscrição de modalidades mutualistas e de depósitos.

O Montepio prosseguiu o objetivo de disponibilizar uma oferta de recursos estável e diversificada aos seus associados e clientes, destacando-se, no âmbito da oferta mutualista, o produto Montepio Capital Certo, exclusivo para clientes associados, disponível em séries com os prazos de 5 e de 8 anos.
Para maturidades até 4 anos e considerando aplicações financeiras de baixo risco, destacam-se os depósitos Montepio Poupança Flexível, as séries mensais do Montepio Aforro Prémio e do Montepio Super Poupança 2012 bem como o novo depósito Montepio Poupança Especial (com prazo de 1 ano), comunicado no âmbito da campanha Montepio e *Star Wars*™.

A oferta de produtos online foi complementada com o depósito Montepio Net Ganhe, exclusivo para clientes utilizadores do serviço Montepio24 Particulares, o qual tem a particularidade de pagar os juros no momento da constituição, de não ser mobilizável antecipadamente e de exigir a adesão ao extrato digital.

A estratégia de comunicação seguiu o objetivo de captação de poupanças, tendo sido criadas duas linhas de comunicação complementares para se apresentar os produtos mutualistas (com recurso à divulgação dos valores associativos) e os produtos da caixa económica (numa linguagem mais comercial e recorrendo à parceria estabelecida com a marca *Star Wars*™).

MONTEPIO CAPITAL CERTO
Durante o mês de fevereiro foi realizada uma campanha de comunicação que incluiu Televisão por Cabo, Imprensa e Internet com base nas Soluções de Poupança e Proteção com enfoque no produto Montepio Capital Certo, aproveitando o material de comunicação da campanha de 2011.

MONTEPIO PROTEÇÃO 5 EM 5

Entre abril e maio foi realizada uma campanha de comunicação que tinha por objetivo divulgar o Montepio Proteção 5 em 5 e que incluiu Televisão, Rádio, Imprensa e Internet.

"JUNTE-SE AO LADO FORTE DA POUPANÇA"

Aproveitando uma oportunidade de disrupção, através da parceria entre as marcas Montepio e *Star Wars*™, em março, realizou-se uma campanha ligada ao tema Poupança através de uma mensagem impactante e diferente, recorrendo aos meios Rádio, Imprensa, Outdoor e Internet.

Estas campanhas contribuíram para aumentar os níveis de notoriedade e a captação de poupanças de forma significativa.

Na área seguradora, a CEMG disponibiliza uma oferta, tanto no ramo vida como nos ramos reais, que está constantemente em atualização de acordo com as exigências e necessidades do mercado.

No âmbito do crédito a particulares, tem-se verificado uma desaceleração significativa da procura, que se justifica pela diminuição dos níveis de consumo e de investimento público e privado, designadamente de construção habitacional, face ao atual contexto de mercado. Esta diminuição na concessão de novo crédito tem permitido um maior acompanhamento das famílias e dos seus agregados na tentativa de encontrar soluções para as dificuldades que atualmente apresentam.

Adicionalmente, o Montepio tem possibilitado às famílias o acesso ao Crédito à Habitação, em condições diferenciadores na venda dos imóveis que detém em carteira, bem como dos imóveis cuja construção foi financiada pelo Montepio.

Como Banco comprometido com a responsabilidade social destaca-se a continuidade da parceria com a "Mobilidade Positiva", entidade que promove a integração na sociedade de pessoas com mobilidade reduzida, através da disponibilização da linha de crédito Montepio Mais Mobilidade, que inclui um seguro de proteção, exclusiva no mercado.
Ainda no âmbito da responsabilidade e apoio ao desenvolvimento social, o Montepio disponibiliza uma linha de Microcrédito que permite financiar pequenos projetos de investimento que visam o auto emprego e, como tal, a inclusão social e/ou a inserção na vida ativa dos respetivos promotores.

No final do 1º semestre de 2012, o Montepio detinha uma carteira de 228 729 cartões de crédito ativos, o que se traduziu num crescimento da carteira em 15,2% face ao final de 2011. Adicionalmente, procedeu-se ao lançamento dos cartões pré-pagos, tendo até ao final do corrente semestre sido emitidos 3 500 cartões.

Dando continuidade à estratégia seguida em anos anteriores e com o objetivo de fortalecer a relação entre os clientes e o Montepio enquanto Banco Principal, incluiu-se os Seguros no universo de produtos disponíveis. O número de Soluções cresceu 37% face ao período homólogo, atingindo as 47 677 Soluções. Uma elevada parcela deste crescimento deve-se ainda à integração dos clientes Finibanco.

A CEMG, através da Residências Montepio, continua a disponibilizar o Programa de Benefícios VITALidade+, que oferece soluções cómodas e eficientes, das quais destacamos a assistência médica ao domicílio 24 horas por dia e descontos em clínicas e hospitais privados convencionados e a comparticipação de 5% de desconto em medicamentos, produtos e serviços nas farmácias do Grupo Holon. Em abril, abriu a 5ª Residência Assistida – Residência Montepio Montijo (ala dos privados).

No segmento *Affluent*, que exige uma relação de maior proximidade, foi dada continuidade à aposta de acompanhamento e satisfação das suas necessidades financeiras através do gestor Premium. No âmbito da oferta exclusiva, manteve-se a oferta das séries mensais do depósito Montepio Aforro Mais 2012 e também do depósito *online* a 3 meses, Montepio Net Crescente.

Após o sucesso das campanhas realizadas em anos anteriores, voltou-se a centrar a atenção numa estrela dos mais pequenos: o Panda. Assim, durante o mês de junho foi divulgada a campanha «O teu futuro vai ser enorme. Palavra de Panda.», dedicada aos mais novos, com os conceitos de poupança, espírito de grupo e educação financeira a marcarem presença, através de Televisão (Canal Panda), Rádio, Imprensa e Internet.

Banca de Empresas

Apesar da conjuntura pouco favorável de desaceleração económica, o Montepio manteve o seu empenho em apoiar as empresas e negócios, prosseguindo a estratégia de aposta no segmento enquanto Instituição Financeira comprometida com o desenvolvimento do país, tendo para o efeito consolidado a carteira de oferta dirigida a este segmento e aumentado a rede de acompanhamento de clientes com o objetivo de disponibilizar uma melhor qualidade de serviço.

O Montepio tem estado presente em todas as iniciativas de cariz nacional, promovidas por entidades públicas, que visam promover a dinamização e o apoio às empresas nacionais, tendo neste momento em comercialização 25 linhas de crédito protocoladas.

No decorrer do 1º semestre de 2012, as entidades públicas continuaram a dinamizar a assinatura de protocolos com as Instituições de Crédito, com o intuito de proporcionar às empresas condições de acesso ao financiamento bancário. A implementação destas linhas de crédito permitiu, com base na partilha do risco, fortalecer a parceria existente entre o Montepio e o sistema de garantia mútua e impulsionar o financiamento das empresas.

Em fevereiro de 2012 foi inaugurada a "**START UP LISBOA – INCUBADORA DE EMPRESAS**", com o objetivo de promover e apoiar a criação de novas empresas através de conjunto alargado de parcerias que permitem a oferta de serviços de valor acrescentado às empresas incubadas.

Enquanto co-fundador do projecto Starup Lisboa, em conjunto com o IPMEI e a Câmara Municipal de Lisboa, o Montepio tem apoiado o empreendedorismo, criando condições para a Incubadora de ideias funcionar em pleno.

Foi criada a Solução Montepio Startup Lisboa e prestou-se apoio ao nível da divulgação desta solução financeira para as empresas residentes, bem como nos eventos de entrega de chaves a essas empresas.

No âmbito do processo de gestão estratégica levado a cabo pelo Grupo Montepio, atendendo à atual conjuntura económica e embora concentrando a sua atividade em Portugal, um dos eixos estratégicos passa por desenvolver o Negócio Internacional pela crescente importância que tem no desenvolvimento da economia nacional.

O Montepio tem contribuído no apoio à internacionalização das Empresas através de uma vasta gama de produtos e serviços, nomeadamente as Remessas e Créditos Documentários, os Financiamentos de operações internacionais e os Descontos sobre o estrangeiro.

Pela primeira vez, em 2012, o Montepio marcou presença no Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas (SISAB), num evento que juntou mais de 400 expositores nacionais e mais de 1 200 compradores internacionais.

No âmbito dos objetivos de captação e vinculação de clientes, o Montepio disponibiliza para os segmentos de Empresas Soluções integradas que englobam um conjunto de produtos e serviços de gestão do dia-a-dia, adequados às necessidades dos diversos sub segmentos, com preço único mensal.

Banca para o Terceiro Setor

O Montepio continua a apresentar uma vocação acrescida para aproximar o Setor Empresarial do Terceiro Setor. Neste sentido, foi dada continuidade ao desenvolvimento desta atividade através de novos projetos e parcerias e ao reforço e consolidação da estrutura comercial autónoma, que conta já com 18 colaboradores, dos quais fazem parte gestores Montepio dedicados e em contacto permanente com Instituições do Terceiro Setor, como forma privilegiada de acompanhamento de todas as iniciativas em curso.

Um dos eixos desta aposta são as iniciativas no âmbito do Microcrédito, através da promoção e acompanhamento de pequenos projetos de investimento viáveis, concedidos a pessoas que tendo capacidade empreendedora e motivação, apresentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito e ao mercado de trabalho. O Microcrédito Montepio inova e cresce através de parcerias com organizações de âmbito nacional, distrital ou local, que se distinguem pela experiência no domínio do empreendedorismo social e da partilha do risco, mas também da aposta num acompanhamento individualizado que antecede e complementa a concessão do financiamento.

Com o objetivo de apoiar as Instituições do Terceiro Setor na atual conjuntura, o Montepio, em parceria com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, lançou uma linha de crédito no montante de 150 milhões de euros a atribuir em condições que permitam as estas Instituições se encontrem melhor preparadas para garantir a sua atividade na conjuntura atual.

Foi ainda reformulada a oferta de depósitos a prazo exclusivos para este segmento, adequando as características de maturidade e pagamento de juros às suas necessidades.

Mantendo a parceria com o Diário Económico, e no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, no primeiro semestre realizaram-se duas conferências subordinadas ao tema «**Envelhecimento: Encargo ou Oportunidade Económica»**, no Porto e em Lisboa.

Dando continuidade ao projeto **Minuto Solidário**, em 2012, foram apoiadas 22 IPSS com produção dos respetivos filmes de 1 minuto para difusão televisiva e na internet. Tal como na edição anterior, os filmes (no formato de 3 minutos) foram oferecidos às IPSS para ajudar a divulgar os seus projetos bem como para angariar fundos.

Esta ação permitiu o aumento da cobertura geográfica contemplando IPSS das Regiões Autónomas (2 da Madeira e 2 dos Açores) e, para além dos filmes, produziram-se igualmente 22 programas de rádio.

Para a entrega dos filmes às IPSS de 2011, realizou-se, em junho, um **Workshop** sob o tema **"Terceiro Setor – Como comunicar?"** que contou com a presença e participação de mais de 120 instituições.

5.2 Evolução da Atividade

Oferta Mutualista

No final do mês de junho, a carteira de Associados do Montepio Geral Associação Mutualista ascendia a 517 375, o que representa uma variação de +5,7% face ao ano anterior. Os fundos mutualistas totalizam 2.606 milhões de euros, a que corresponde um crescimento homólogo de 5,1%. Esta evolução reflete o elevado ritmo de crescimento evidenciado pela generalidade das modalidades mutualistas.

De entre as modalidades de capitalização, os Capitais de Reforma e as oito emissões de séries do "Montepio Capital Certo", continuaram a dominar a oferta mutualista (75,8%). É, igualmente, de destacar o desempenho das modalidades de poupança reforma, com um acréscimo de 1,3%, em termos homólogos, que evidencia o esforço da rede comercial na sensibilização dos Clientes e Associados em idade ativa para a necessidade de poupar para criar um complemento para a reforma, embora num contexto de alguma adversidade.

MODALIDADES MUTUALISTAS

(milhares de euros)

	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Modalidades Mutualistas de Capitalização	**1 909 008**	**77.8**	**1 940 049**	**78.2**	**2 065 780**	**79.3**	**125 731**	**6.5**
Capitais de Reforma e Montepio Capital Certo	1 819 144	74.2	1 850 330	74.6	1 974 924	75.8	124 594	6.7
Modalidades Colectivas	8 563	0.3	8 708	0.4	8 760	0.3	52	0.6
Poupança Reforma	81 301	3.3	81 011	3.2	82 096	3.2	1 085	1.3
Modalidades Mutualistas de Protecção	**543 257**	**22.2**	**540 232**	**21.8**	**540 169**	**20.7**	**-63**	**0.0**
TOTAL	**2 452 265**	**100.0**	**2 480 281**	**100.0**	**2 605 949**	**100.0**	**125 668**	**5.1**

Recursos de Clientes de Balanço

O primeiro semestre de 2012 decorreu num contexto de elevada concorrência no preço, na retenção e na angariação de recursos, contudo, o Montepio viu reforçado o posicionamento, enquanto instituição financeira de cariz aforrador.

A carteira de Recursos de Balanço de Clientes registou um aumento de 6,7%, face ao período homólogo de 2011, situando-se nos 14.666 milhões de euros. Destaca-se o comportamento muito positivo no segmento de Particulares e Pequenos Negócios, com um crescimento da carteira de depósitos em 1.334 milhões de euros, o que representa uma variação de +13,6%.

O crescimento acima identificado no segmento de Particulares e Pequenos Negócios resultou da estratégia de fidelização de clientes, nomeadamente, em clientes do ex-Finibanco, que aprofundaram o seu relacionamento com o Montepio.

DEPÓSITOS E TÍTULOS COLOCADOS EM CLIENTES

(milhares de euros)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor			Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	**10 848 634**	**9 828 333**	**11 162 040**	**1 333 707**	**13.6**
Particulares	9 949 568	9 204 838	10 088 837	883 999	9.6
Comerciantes e Prof. Liberais	53 717	51 999	59 892	7 893	15.2
Instituições sem Fins Lucrativos	845 349	571 496	1 013 311	441 815	77.3
Depósitos de Empresas	**2 248 138**	**2 244 536**	**1 961 723**	**-282 813**	**-12.6**
Depósitos de Outros Segmentos	**511 783**	**506 212**	**526 844**	**20 632**	**4.1**
Títulos Colocados em Clientes	**889 990**	**1 165 895**	**1 015 415**	**-150 480**	**-12.9**
TOTAL	**14 498 545**	**13 744 976**	**14 666 022**	**921 046**	**6.7**

Crédito a Clientes

A carteira de crédito a clientes bruto situou-se em 16.960 milhões de euros, a evoluir de acordo com os objetivos e registou uma variação de -2,7%, face ao período homólogo de 2011.

A redução da carteira de crédito foi transversal a todos os segmentos, com especial relevo no sector da construção em que registou uma diminuição de 18,2% face a junho de 2011, em conformidade com os objetivos estratégicos delineados.

O crédito à habitação diminuiu 5,0%, face a junho de 2011, valor que foi influenciado pela alienação da carteira de crédito realizada em maio de 2012. As novas contratações também foram inferiores às registadas no primeiro semestre de 2011 e refletem a menor procura de crédito para compra de habitação face aos níveis de desemprego e de recessão económica.

CRÉDITO A PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

(milhares de euros)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios					
Total da Carteira	**10 912 153**	**10 854 221**	**10 528 255**	**-325 966**	**-3.0**
Particulares	**10 322 893**	**10 272 898**	**9 948 136**	**-324 762**	**-3.2**
do qual:					
Habitação	8 451 702	8 577 409	8 152 723	-424 686	-5.0
Individual	777 211	741 995	711 209	-30 786	-4.1
Pequenos Negócios	**589 260**	**581 323**	**580 119**	**-1 204**	**-0.2**
Por Memória:					
Garantias e Avales	**21 528**	**23 173**	**20 325**	**-2 848**	**-12.3**

A par da significativa redução da procura de crédito pelo segmento de empresas, o Grupo CEMG registou um aumento de 1,7% no crédito ao investimento em empresas de diversificação. Este, continua a ser o pilar do trabalho, que paulatinamente, o Grupo CEMG tem vindo a realizar, de apoio ao tecido empresarial português, em segmentos de baixo risco e vocacionados para a exportação.

No crédito ao investimento pode ainda realçar-se o apoio às PME´s ao abrigo das linhas protocoladas promovidas por entidades públicas, e que visam o crescimento das exportações e da economia.

CRÉDITO A EMPRESAS

(milhares de euros)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca de Empresas					
Total da Carteira de Crédito	**6 358 648**	**6 450 044**	**6 284 211**	**-165 833**	**-2.6**
do qual:					
Construção	1 370 193	1 536 835	1 257 029	-279 806	-18.2
Investimento	3 216 781	3 121 618	3 173 533	51 915	1.7
Por Memória:					
Garantias e Avales	432 933	434 065	431 386	-2 679	-0.6

Recursos de Desintermediação

No final do primeiro semestre de 2012, a carteira de recursos de desintermediação atingiu 1.305 milhões de euros, apresentando um ligeiro crescimento de 2,8%. A evolução foi impulsionada maioritariamente pelo desempenho dos produtos de médio e longo prazo: fundos de investimento imobiliário.

FUNDOS DE INVESTIMENTO, DE PENSÕES E SEGUROS DE CAPITALIZAÇÃO

(milhares de euros)

	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	**266.067**	**21,1**	**335.459**	**26,5**	**275.230**	**21,1**	**-60.229**	**-18,0**
Fundos de Tesouraria	117.559	9,3	140.246	11,1	139.540	10,7	-706	-0,5
Fundos de Obrigações	18.684	1,5	23.769	1,9	17.046	1,3	-6.723	-28,3
Fundos de Acções	57.400	4,6	89.378	7,0	54.442	4,2	-34.936	-39,1
Fundos de Fundos	72.082	5,7	81.342	6,4	63.891	4,9	-17.451	-21,5
Fundos PPA	342	0,0	724	0,1	311	0,0	-413	-57,0
Fundos de Investimento Imobiliário	**629.909**	**50,1**	**533.009**	**42,0**	**694.984**	**53,3**	**161.975**	**30,4**
Fundos de Pensões Abertos	**179.559**	**14,3**	**198.434**	**15,6**	**176.704**	**13,5**	**-21.730**	**-11,0**
Seguros de Capitalização	**182.735**	**14,5**	**201.999**	**15,9**	**157.591**	**12,1**	**-44.408**	**-22,0**
TOTAL	**1.258.270**	**100,0**	**1.268.901**	**100,0**	**1.304.509**	**100,0**	**35.608**	**2,8**

6. Gestão de Riscos

Desenvolvimentos

Durante o primeiro semestre de 2012 prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento de métodos e procedimentos no domínio da identificação dos riscos, quantificação das perdas potenciais subjacentes e tomada de medidas para a sua mitigação.

Neste âmbito, salienta-se a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno, o desenvolvimento das atualizações dos modelos de *scoring* reativo de habitação e de *rating* de empresas, a implementar no segundo semestre de 2012, bem como a consolidação da metodologia de acompanhamento preventivo de clientes, com a revisão dos critérios e procedimentos de elaboração da *Watchlist* de crédito a empresas.

De destacar ainda a revisão da metodologia de atribuição de limites de crédito a empresas não financeiras, com atribuição de limites genéricos máximos por cliente, em função do risco da entidade.

Relativamente às entidades financeiras, foi redefinida a metodologia de atribuição de limites de exposição, passando a qualidade de crédito da instituição a determinar o limite de exposição e o prazo máximo permitido para as operações.

No plano prudencial prosseguiram os processos de reporte previstos no Pilar II – Adequação de Capital e no Pilar III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme a Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.
Os resultados obtidos apontam para a solidez dos níveis de capital face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos, em linha com os resultados obtidos nos exercícios anteriores.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Risco de Crédito

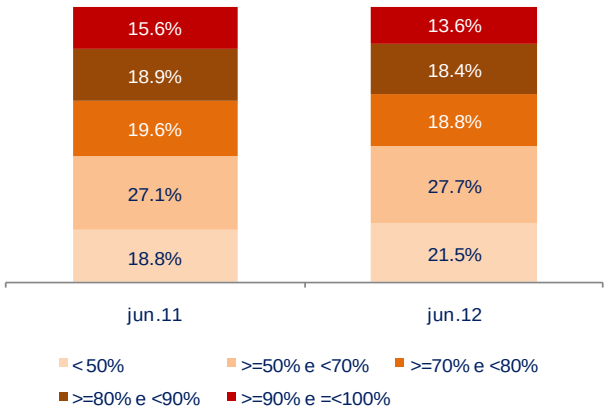
No segmento de crédito a Empresas observa-se um aumento do peso da exposição a clientes com *rating* interno de maior risco, face ao ano anterior. Apesar desta tendência, cerca de 55% da carteira permanece classificada em classes de risco baixo ou muito baixo (1-4).

No segmento dos Particulares, a distribuição das operações ativas por classe de risco (*scoring* reativo) manteve-se em junho 2012 semelhante à do ano anterior, com concentração nas classes de baixo e médio risco. No crédito à habitação, a classe média de *scoring* registou um ligeiro aumento face ao período homólogo (de 4,19 para 4,36, numa escala de 10 classes, crescente com o risco), enquanto em

crédito individual a classe média se manteve praticamente inalterada (de 3,81 para 3,83, numa escala semelhante à de crédito à habitação).

Relativamente aos níveis do rácio LTV (*Loan To Value*), ou seja, valor de financiamento sobre valor da garantia, verifica-se uma melhoria, tendo o valor médio da carteira ativa registado uma redução de 68,8% em junho 2011 para 67,1% em junho 2012, acompanhado de uma descida de 2 pontos percentuais no peso dos créditos com LTV não inferior a 90%.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO POR NÍVEL DE LTV



A carteira de crédito continua a manter uma relevante proteção face ao risco de crédito, em virtude dos níveis e tipos de garantias que lhe estão associadas, em que os créditos com garantia real representavam 74,6% do total sendo que destes, cerca de 93% são créditos com garantias hipotecárias.

O crédito e juros vencidos há mais de 3 meses totalizou 751,9 milhões de euros, representando 86,8% do total. O rácio de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses atingiu 4,43%.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

Indicadores	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
				Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	**17 410 344**	**17 426 767**	**16 960 105**	**-466 662**	**-2.7**
Crédito e Juros Vencidos	**822 750**	**661 062**	**866 142**	**205 080**	**31.0**
Crédito Vencido há mais de 3 meses	693 892	565 552	751 893	186 341	32.9
Imparidade para Riscos de Crédito	**770 476**	**687 759**	**764 828**	**77 069**	**11.2**
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total					
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	3.99	3.25	4.43	1.18 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	5.03	4.75	5.80	1.05 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	0.65	0.85	1.37	0.52 p.p.	
Rácios de Crédito em Risco (%) (a)					
Crédito em Risco / Crédito Total	8.05	6.20	8.80	2.60 p.p.	
Crédito em Risco Líquido / Crédito Total Líquido	3.80	2.36	4.51	2.15 p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)					
Crédito Vencido há mais de 3 meses	111.04	121.61	101.72	-19.89 p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2011, do Banco de Portugal.

No final de junho, a imparidade para riscos de crédito totalizou 764,8 milhões de euros, tendo o rácio de cobertura do saldo de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses por imparidades atingido 101,7%.

Risco de Concentração

No seguimento da estratégia de diversificação que tem vindo a ser adotada pela CEMG, verifica-se uma evolução muito favorável nos níveis de concentração verificados, conforme reportado regularmente nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal. O índice de concentração setorial reduziu-se de 17,2% para 15,5%, entre junho 2011 e junho 2012 (16,0% em dezembro 2011), tendo o setor da construção diminuído o peso na carteira de crédito a empresas de 33,7% para 30,8% (31,9% em dezembro 2011).

Relativamente à concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantêm-se como as regiões com maior peso na carteira de crédito, em linha com a densidade populacional de cada distrito. No entanto, com a integração da carteira do Finibanco, SA, o peso da exposição em Lisboa registou uma redução entre as posições de junho 2011 e junho 2012 de 1,6 p.p., para 34,6%, assim como no Porto, com uma diminuição de 1,4 p.p., para 15,3%.

Quanto ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, observou-se um aumento do índice de concentração das 100 maiores exposições de 12,9% para 13,6%, entre dezembro 2011 e junho 2012, a que correspondeu uma variação do índice de concentração geral de 0,19% para 0,20%.

Risco em Ativos Financeiros

A carteira de títulos do Montepio não registou alterações significativas no seu valor global. A variação verificada de 21,6 milhões de euros, de dezembro de 2011 para junho de 2012, deveu-se à redução do investimento em obrigações acompanhado pelo maior investimento em títulos de capital e unidades de participação em fundos (UP's).

O risco de crédito da carteira de títulos manteve-se idêntico a dezembro 2011 continuando o maior peso a incidir sobre os títulos de dívida pública portuguesa.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS POR TIPOS DE ATIVOS

(milhares de euros)

Tipo de Ativos	dez.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	1 964 388	76.3	1 793 219	69.1	-171 169	-8.7
Papel Comercial	261 996	10.2	298 335	11.5	36 339	13.9
Tit. de Capital e UP's	347 984	13.5	504 381	19.4	156 397	44.9
Total	**2 574 368**	**100.0**	**2 595 935**	**100.0**	**21 567**	**0.8**

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*
(Excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações)

(milhares de euros)

Classes de *Rating*	dez.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	43 364	2.2	38 166	2.2	-5 198	-12.0
AA+	1 589	0.1	1 228	0.1	-361	-22.7
AA	24 931	1.2	6 775	0.4	-18 156	-72.8
AA-	77 578	3.9	8 651	0.5	-68 927	-88.8
A+	37 297	1.9	19 883	1.1	-17 414	-46.7
A	97 000	4.8	36 193	2.1	-60 807	-62.7
A-	62 737	3.1	116 770	6.7	54 033	86.1
BBB+	50 442	2.5	42 512	2.5	-7 930	-15.7
BBB	49 961	2.5	77 688	4.5	27 727	55.5
BBB-	27 541	1.4	28 946	1.7	1 405	5.1
BB+	1 247 924	62.3	67 804	3.9	-1 180 120	-94.6
BB	70 790	3.5	1 100 596	63.6	1 029 806	1454.7
BB-	31 347	1.6	25 674	1.5	-5 673	-18.1
B	0	0.0	31 566	1.8	31 566	-
B+	28 322	1.4	9 473	0.5	-18 849	-66.6
CCC+	5 850	0.3	0	0.0	-5 850	-
CCC	24 087	1.2	4 436	0.3	-19 651	-81.6
C	0	0.0	4 287	0.2	4 287	-
NR	121 940	6.1	110 376	6.4	-11 564	-9.5
Total	**2 002 699**	**100.0**	**1 731 023**	**100.0**	**-271 676**	**-13.6**

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é monitorizado através do apuramento de *mismatches* de liquidez (desfasamentos entre entradas e saídas de recursos) estáticos e dinâmicos, acompanhamento da evolução de depósitos e da realização de testes de esforço, cujos resultados são internamente apresentados em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*). Para efeitos prudenciais, são remetidos ao supervisor o reporte mensal da Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal e o reporte semanal ao Banco Central Europeu (BCE) das necessidades de financiamento e colateral disponível.

Com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, as práticas seguidas pelo Montepio traduzem-se quer na utilização de fontes de financiamento diversificadas, privilegiando a estabilidade dos recursos, quer na manutenção de ativos de elevada liquidez que permita recorrer a cedência de liquidez junto do BCE, quer ainda através de medidas que permitam aumentar a captação de depósitos.

O valor dos ativos elegíveis depositados junto do BCE aumentou, em termos homólogos, 495,4 milhões de euros, passando de 2,9 mil milhões de euros em junho de 2011 para 3,4 mil milhões de euros em junho de 2012. Para este aumento, contribuíram, fundamentalmente, a realização da operação de titularização de créditos à habitação *Pelican Mortgages* no. 6 e a integração na *pool* de créditos a

particulares (consumo) e empresas, que passaram a ser elegíveis para efeitos de refinanciamento junto do BCE. No que respeita à utilização de recursos do BCE assistiu-se a uma diminuição homóloga de 260 milhões de euros, tendo passado de 2,22 mil milhões de euros a 30 de junho de 2011 para 1,96 mil milhões de euros no final do primeiro semestre de 2012.

A conjugação destes dois efeitos refletiu-se no aumento do valor da *pool* de liquidez disponível em 755,4 milhões de euros. De realçar ainda o aproveitamento da oportunidade da cedência de liquidez a 3 anos por parte do BCE, à *refi rate* ponderada, o que permitiu introduzir maior estabilidade no *funding*, retirando pressão na utilização das operações semanais de obtenção de liquidez.

***POOL* DE ATIVOS ELEGÍVEIS PARA REFINANCIAMENTO JUNTO DO BCE**

(milhares de euros)

	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Pool de Ativos Elegíveis	2 991 055	100.0	2 901 361	100.0	3 396 782	100.0	495 421	17.1
2 - Utilização da *Pool*	2 000 000	66.9	2 220 000	76.5	1 960 000	57.7	-260 000	-11.7
3 - *Pool* Ativos Disponíveis (1 - 2)	**991 055**	**33.1**	**681 361**	**23.5**	**1 436 782**	**42.3**	**755 421**	**110.9**

O Mercado Monetário Interbancário (MMI) permaneceu com reduzida atividade ao longo do primeiro semestre de 2012, à semelhança dos anos anteriores. As operações de tomada e cedência de liquidez foram concentradas em maturidades curtas. O risco da República Portuguesa continuou a condicionar os negócios com outras jurisdições. A posição do Montepio no final do semestre apresentou um saldo de 165 milhões de euros de aplicações em outras instituições de crédito, com uma taxa média de cedências de 0,78%. A continuidade das medidas excecionais de suporte à liquidez por parte do BCE permitiu manter as taxas no Mercado Interbancário para os prazos mais curtos a níveis abaixo da taxa *refi* (1%).

Durante o primeiro semestre de 2012, o Montepio reembolsou um total de 542,5 milhões de euros de dívida, tendo procedido à emissão de cerca de 161,4 milhões de euros, integralmente colocada no retalho.

No intuito de, por um lado, gerir as suas responsabilidades junto de mercado de capitais e, por outro, possibilitar maior liquidez à sua base de investidores, o Montepio concretizou, com sucesso, durante o mês de junho, uma Oferta Pública de Recompra de Valores Mobiliários, envolvendo três operações de titularização efetuadas ao abrigo do seu Programa de Titularização de Créditos, *Pelican Mortgages* nos. 1, 2 e 3, e uma emissão de dívida sénior, as quais representavam um montante nominal global vivo de 1,114 mil milhões de euros, tendo adquirido 185,7 milhões de euros.

A CEMG consolidou ao longo do primeiro semestre de 2012 o processo de desalavancagem iniciado em 2008, com o acréscimo dos depósitos de clientes, em particular das pequenas e médias poupanças, a par da redução da carteira de crédito, permitindo reduzir o *gap* comercial e, desse modo, o rácio de transformação dos depósitos e recursos de clientes (incluindo títulos colocados em clientes) em crédito (rácio de alavancagem). Em junho de 2012, destaca-se a diminuição homóloga de 15,6 p.p. do rácio crédito a clientes líquido / depósitos totais de clientes.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM CRÉDITO (%)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação
	Valor	Valor	Valor	Valor
Crédito a Clientes Líquido [1] / Depósitos Totais de Clientes (a)	**124.1**	**135.6**	**120.0**	**-15.6 p.p.**
Crédito a Clientes Líquido [1] / Recursos Totais de Clientes [2]	**116.5**	**124.1**	**111.8**	**-12.3 p.p.**

(a) - De acordo com a definição do Banco de Portugal para a elaboração do *Funding & Capital Plan*

(1) - Inclui Papel Comercial

(2) - Inclui Títulos Colocados em Clientes

A CEMG tem historicamente apresentado *gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, o que traduz um plano de liquidez equilibrado. Em junho de 2012, o *mismatch* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes acrescido dos ativos líquidos era de 1,4 mil milhões de euros.

***GAPS* DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 30 DE JUNHO DE 2012**

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
***Mismatches* Acumulados**	**437**	**204**	**287**	**334**	**1 424**

Risco de Taxa de Juro

Na identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária da CEMG seguem-se os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements (BIS),* a par de um acompanhamento regular da exposição a este risco em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*).

Paralelamente, no âmbito do reporte prudencial, é remetido ao supervisor o reporte semestral da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, com a informação relativa às exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa e o seu impacto na situação líquida e margem de juros.

Em junho 2012, o gap de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 3,37 mil milhões de euros, (3,1 mil milhões de euros em dezembro 2011) prevendo-se um impacto na Margem Financeira de +37,2 milhões de euros (+29,6 milhões de euros em dezembro 2011) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 p.b..

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se nas perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de fatores externos.

Durante o primeiro semestre de 2012, prosseguindo um ciclo de melhoria contínua de processos, desenvolveram-se as atividades associadas à identificação, monitorização, mitigação e reporte deste tipo de risco, tendo-se estendido a implementação do modelo de risco operacional a outras entidades do grupo, designadamente a Finicrédito e Finivalor.

Em termos de exposição ao risco operacional, os eventos de perda ocorridos neste semestre diminuíram significativamente (59%) o montante de perda associada face ao período homólogo, sendo os eventos relacionados com fraude externa e com falhas na execução, entrega e gestão de processos os que apresentaram maior expressão.

Testes de Esforço *(Stress Tests)*

A CEMG realiza semestralmente análises de sensibilidade/testes de esforço (*stress tests*) para os riscos mais relevantes, cumprindo os requisitos da Instrução nº. 04/2011 do Banco de Portugal, que constituem importantes ferramentas no planeamento do capital interno e da liquidez, através da simulação de condições adversas e capacidade de resposta da instituição.

No decorrer do Programa de Assistência Financeira a Portugal, a CEMG participou em novo exercício de testes de esforço (com referência ao primeiro trimestre de 2012), de acordo com os requisitos e pressupostos macroeconómicos estabelecidos pelo Banco de Portugal. O resultado obtido demonstrou novamente que a CEMG apresenta níveis adequados de capitalização, mesmo em cenário de agravamento severo das condições económico-financeiras.

Para além dos testes de esforço e análises de sensibilidade reportadas ao Banco de Portugal, a CEMG realiza regularmente diversos *stress tests* cujos resultados são divulgados e debatidos no Comité de Ativos e Passivos - ALCO. Os testes realizados pretendem proporcionar uma visão analítica da posição da CEMG em termos de liquidez, resultados do exercício e capital quando sujeita a cenários adversos decorrentes de alterações em fatores de risco como taxas de juro, *spreads* de crédito, reembolsos de depósitos, margens de avaliação de ativos elegíveis aplicadas pelo BCE, notações de *rating* (da CEMG e das contrapartes), sinistralidade das carteiras e colaterais. Os resultados das análises efetuadas evidenciam a conformidade das estratégias traçadas e asseguram o cumprimento dos níveis de solvabilidade, liquidez e sustentabilidade.

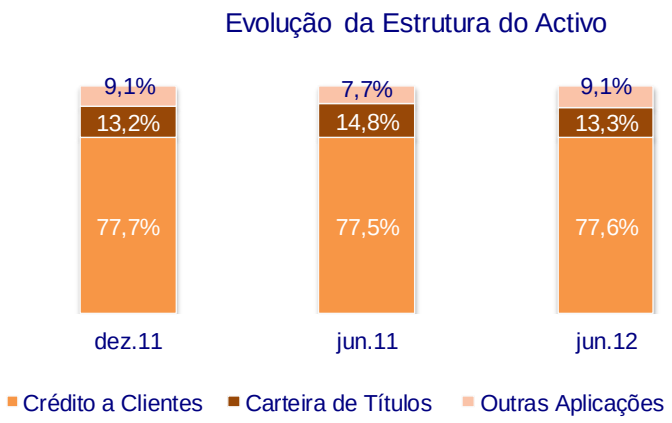
7. Análise Financeira e Solidez

A atividade da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) durante o primeiro semestre de 2012 foi condicionada pelo contexto de ajustamento estrutural que a economia portuguesa enfrenta e que tem gerado dificuldades para empresas e famílias, além de elevados níveis de desemprego; pelas orientações definidas no Memorandum de Entendimento estabelecido entre o Estado Português e o FMI/BCE/CE, nomeadamente quanto à desalavancagem, capitalização e liquidez; e, adicionalmente, pela Proposta de Orçamento de Estado para 2012, que definiu a alteração do estatuto fiscal da CEMG, suscitando naturais necessidades de adaptação.

Análise do Balanço

Estrutura do Ativo

O Ativo Líquido consolidado da CEMG atingiu, no final do primeiro semestre de 2012, os 20.967 milhões de euros, -3,3% que em 2011 (-713 milhões de euros).



O crédito a clientes (líquido) é a rubrica que maior relevância tem no total do ativo (77,6%). Assistiu-se a uma redução da carteira em 531 milhões de euros (-3,2%), tendo-se fixado em 16.261 milhões de euros, ficando assim evidenciado o sucesso do esforço da redução da concessão de crédito, antecipando, para o corrente semestre, o cumprimento da meta estabelecida para 2014, no Memorando de Entendimento subjacente ao PAF, de um rácio de desalavancagem de 120%.

A evolução do ativo foi, ainda, influenciada pela redução em 420 milhões de euros da carteira de títulos e equiparados, tendo a CEMG reduzido a sua exposição quer à dívida pública portuguesa, quer a dívida emitida por outros emissores e papel comercial.

Estrutura do Passivo e Recursos Próprios

O passivo totalizou 19.514 milhões de euros em 30 de junho de 2012, comparando com 20.560 milhões de euros relevados em igual data de 2011. O aumento dos recursos de clientes em 921 milhões de euros, nomeadamente na componente de depósitos de clientes e de instituições de crédito, que registou um crescimento de 1.072 milhões de euros, revelam a correta adequação da estratégia do Grupo Montepio às atuais circunstâncias conjunturais com uma forte política de captação de depósitos, refletindo-se na melhoria do rácio de alavancagem que passou de 135,6% (junho 2011) para 120,0%.

PASSIVO E CAPITAL

(milhares de euros)

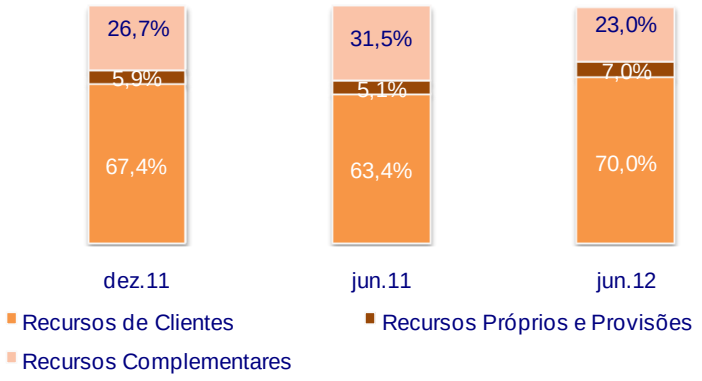
	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Recursos de Clientes	**14 498 545**	**67.4**	**13 744 976**	**63.4**	**14 666 022**	**70.0**	**921 046**	**6.7**
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	13 608 555	63.3	12 579 081	58.0	13 650 607	65.1	1 071 526	8.5
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	889 990	4.1	1 165 895	5.4	1 015 415	4.9	-150 480	-12.9
2 - Recursos Complementares	**5 729 372**	**26.7**	**6 825 793**	**31.5**	**4 843 269**	**23.0**	**-1 982 524**	**-29.0**
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	2 544 299	11.9	2 757 346	12.7	2 450 770	11.7	-306 576	-11.1
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	2 253 873	10.5	3 165 321	14.6	1 557 181	7.4	-1 608 140	-50.8
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	453 061	2.1	461 187	2.1	303 330	1.4	-157 857	-34.2
Outros Passivos	478 139	2.2	441 939	2.1	531 988	2.5	90 049	20.4
3 - Capital e Provisões	**1 267 473**	**5.9**	**1 108 793**	**5.1**	**1 457 314**	**7.0**	**348 521**	**31.4**
TOTAL DE PASSIVO E DE CAPITAL	**21 495 390**	**100.0**	**21 679 562**	**100.0**	**20 966 605**	**100.0**	**-712 957**	**-3.3**

Prosseguindo a estratégia delineada, o financiamento da atividade continuou a ser assegurado maioritariamente pelos recursos de clientes, que aumentaram a sua expressão no total do passivo e capital próprio para 70,0% (face a 63,4% em junho de 2011), enquanto os recursos complementares de mercados reduziram o seu peso para 23,0%.

Dos recursos de clientes é de salientar o peso dos depósitos de 65,1%, sendo que as obrigações de caixa, colocadas pela rede comercial, representam 4,9%, tendo contribuído para a estabilidade dos recursos dadas as características aforradoras, uma vez que se trata de produtos com maturidades mais elevadas (2 a 5 anos).

Os recursos próprios e provisões foram reforçados totalizando 1.457 milhões de euros, no final de junho de 2012, face a 1.109 milhões de euros em junho de 2011. Com o objetivo de manter os níveis de solidez da Caixa Económica, a Associação Mutualista realizou um aumento de 100 milhões de euros do Capital Institucional no final do ano de 2011.

Evolução da Estrutura do Passivo e Capital



Análise da Rendibilidade

Resultado Líquido

O resultado do Grupo CEMG totalizou 4,8 milhões de euros, menos 0,3 milhões de euros do que no período homólogo de 2011. Em termos da atividade corrente antes de impostos, o Grupo CEMG atingiu um resultado de 9,54 milhões de euros, o que representa uma subida de 4,54 milhões de euros face ao resultado de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	318.721	57,1	158.342	67,8	153.333	59,7	-5.009	-3,2
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	94.014	16,8	43.725	18,7	48.503	18,9	4.778	10,9
Produto Bancário Comercial	**412.735**	**73,9**	**202.067**	**86,5**	**201.836**	**78,6**	**-231**	**-0,1**
Resultado de Mercados (a)	89.989	16,1	35.876	15,3	61.424	24,0	25.548	71,2
Rendimento de Participações Financeiras	737	0,1	430	0,2	338	0,1	-92	-21,4
Resultado na Venda Imóveis de Recuperação Crédito	24.314	4,4	-1.952	-0,8	-10.258	-4,0	-8.306	425,5
Outros Resultados	30.855	5,5	-2.868	-1,2	3.355	1,3	6.223	-217,0
Produto Bancário	**558.630**	**100,0**	**233.553**	**100,0**	**256.695**	**100,0**	**23.142**	**9,9**
Gastos com Pessoal	225.373	40,3	92.486	39,6	97.693	38,1	5.207	5,6
Gastos Gerais Administrativos	115.442	20,7	48.843	20,9	57.088	22,2	8.245	16,9
Amortizações	28.270	5,1	12.442	5,3	15.321	6,0	2.879	23,1
Gastos Operacionais	**369.085**	**66,1**	**153.771**	**65,8**	**170.102**	**66,3**	**16.331**	**10,6**
Resultado Bruto	**189.545**	**33,9**	**79.782**	**34,2**	**86.593**	**33,7**	**6.811**	**8,5**
Provisões e Imparidades Líquidas	**157.937**	**28,3**	**73.831**	**31,6**	**76.541**	**29,8**	**2.710**	**3,7**
Crédito	143.728		58.608		38.899		-19.709	-33,6
Títulos	23.048		6.771		8.996		2.225	32,9
Outras	-8.839		8.452		28.646		20.194	238,9
Resultados de Associados e Empr. Conjuntos	**999**		**-950**		**-515**		**435**	-45,8
= Resultado Antes de Impostos	**32.607**	**5,8**	**5.001**	**2,1**	**9.537**	**3,7**	**4.536**	**90,7**
Impostos								
Correntes	**-3.689**		**-3.219**		**2.439**		**5.658**	-175,8
Diferidos	**18.381**		**4.256**		**1.196**		**-3.060**	-71,9
Interesses Minoritários	**-2.270**		**-970**		**1.128**		**2.098**	-216,3
= Resultado do Exercício	**45.029**	**8,1**	**5.068**	**2,2**	**4.774**	**1,9**	**-294**	**-5,8**

(a) Inclui rendimento de acções, exceto de participações financeiras.

Para a evolução do Resultado Líquido do Exercício contribuiu positivamente o desempenho do produto bancário, com um crescimento de 9,9%. Para esta variação contribuíram, essencialmente, as Comissões Líquidas de Serviços a Clientes, com 48,5 milhões de euros (+10,9%) e os Resultados de Mercados, no valor de 61,4 milhões de euros.

Ao invés, salientam-se, pela negativa, os seguintes impactos:

- A margem financeira atingiu 153,3 milhões de euros, menos 3,2% que em 2011, reflexo da forte descida das taxas de juro de referência;
- Os gastos operacionais registaram um aumento de 10,6% ainda influenciados pelos custos com processos de integração do ex-grupo Finibanco, que se deverão estender até ao final de 2012;
- O reforço do provisionamento com um acréscimo do nível de provisões e imparidades em 3,7%, face ao período homólogo de 2011 (o valor das imparidades para crédito foi positivamente afetada pela venda de uma carteira de crédito em maio de 2012).

Os níveis de rendibilidade alcançados estão em linha, ou ligeiramente abaixo, dos valores obtidos no ano anterior, ou seja, a Rendibilidade do Ativo (ROA) fixou-se em 0,05% (igual valor em junho de 2011) e a Rendibilidade do Capital Próprio (ROE) situou-se em 0,71 % (0,89% em 2011).

INDICADORES DE RENDIBILIDADE

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Rácios de Rendibilidade					
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0.21%	0.05%	0.05%	0.00 p.p.	
Rendibilidade do capital (ROE)	3.87%	0.89%	0.71%	-0.18 p.p.	
Cash-Flow Total (mil euros)	**231 236**	**91 341**	**96 636**	**5 295**	**5.8**
Amortizações	12.2%	13.6%	15.9%	2.3 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	68.3%	80.8%	79.2%	-1.6 p.p.	
Resultado do Exercício	19.5%	5.6%	4.9%	-0.7 p.p.	

Margem Financeira

A margem financeira situou-se em 153,3 milhões de euros, registando uma redução de 5 milhões de euros (-3,2%), comparativamente ao ano anterior.

DECOMPOSIÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhões de euros)

	jun.11			jun.12		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos
Ativos Financeiros	**19.902**	**5,29%**	**522**	**20.270**	**6,36%**	**641**
Crédito a Clientes	16.675	3,74%	309	17.125	4,69%	399
Outras Aplicações	3.227	5,46%	87	3.145	6,58%	103
Swaps			126			139
Passivos Financeiros	**19.298**	**3,81%**	**364**	**19.597**	**5,01%**	**488**
Depósitos	11.575	2,33%	134	13.509	3,63%	244
Outros Passivos	7.723	3,06%	117	6.088	3,74%	113
Swaps			113			131
Margem Financeira		**1,60%**	**158**		**1,52%**	**153**
Euribor 3M - média do período		**1,15%**			**0,77%**	

Devido às condicionantes de mercado e decorrentes das orientações definidas no Memorando de Entendimento para o setor bancário, nomeadamente, quanto à desalavancagem, a atividade decorreu num cenário de maior seletividade na concessão de novos créditos e numa atitude de grande precaução perante a enorme concorrência na angariação e fidelização de depósitos. Assim, observou-se:

- Crescimento dos juros de ativos financeiros, situando-se em 641 milhões de euros, um aumento de 22,8% face a 2011. Sendo de realçar o aumento da taxa média do crédito a clientes para 4,69% (3,74%, em junho de 2011);
- Aumento dos juros dos passivos financeiros para um valor de 488 milhões de euros. O crescimento do preço dos depósitos foi influenciado pela redução dos montantes em depósitos à ordem dos segmentos de empresas e institucionais, como resultado do agravamento das condições económicas e financeiras.

Serviços a Clientes

O resultado da prestação de serviços a clientes apresentou um crescimento de 10,9%, totalizando 48,5 milhões de euros, traduzindo uma maior dinâmica das redes de distribuição nas atividades com clientes geradoras de comissões. Em 30 de junho, representava 18,9% do total do Produto Bancário.

Esta performance foi suportada pela diversificação da oferta, pela inovação dos serviços, pela contínua melhoria dos padrões de qualidade e excelência dos produtos e serviços.

A estratégia de continuar a promover o aumento da vinculação de clientes tem vindo a proporcionar maiores níveis de fidelização dos clientes e tem contribuído para o crescimento destes resultados na CEMG.

Resultados de Mercados

Os resultados de mercados atingiram 61,4 milhões de euros, que comparam com 35,9 milhões de euros observados no período homólogo de 2011. Estes resultados traduzem uma política prudente, rigorosa e relativamente conservadora que a CEMG vem aplicando nos últimos anos.

DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DE MERCADOS

(milhares de euros)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de At. e Pas. Avaliados ao Justo Valor Atr. de Resultados	**62.138**	**26.104**	**-14.803**	**-40.907**	**-156,7**
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	64.458	25.459	-13.894	-39.353	-154,6
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-409	-175	153	328	-187,4
Derivados de Cobertura	-6.612	-213	-1.440	-1.227	576,1
Outras Operações Financeiras	4.701	1.033	378	-655	-63,4
Resultados na Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**3.667**	**2.517**	**47.121**	**44.604**	**1.772,1**
Resultados da Reavaliação Cambial	**8.410**	**2.742**	**5.914**	**3.172**	**115,7**
Resultados de Alienação de Obrigações	**-676**	**-330**	**0**	**330**	**-100,0**
Resultados Diversos	**16.266**	**4.713**	**23.017**	**18.304**	**388,4**
Rendimento de Ações	**184**	**130**	**175**	**45**	**34,6**
TOTAL	**89.989**	**35.876**	**61.424**	**25.548**	**71,2**

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, ascenderam a 170,1 milhões de euros, face a 153,8 milhões de euros em 2011. Os gastos com pessoal contribuíram com 97,7 milhões de euros, os gastos gerais administrativos com 57,1 milhões de euros e as amortizações com 15,3 milhões de euros.

A prossecução da política de rigor e contenção de custos manifestou-se na diminuição dos gastos com consultoria (-0,9 milhões de euros) e em publicidade (-2,3 milhões de euros). Mas, num sector altamente competitivo, foi necessário aumentar o investimento em informática, imprescindível para o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de transação e dos processos de gestão e controlo.

No primeiro semestre de 2012, os gastos operacionais foram penalizados por situações decorrentes da integração do Grupo Finibanco. Para o referido desempenho contribuíram, sobretudo, os seguintes fatores:

– Alinhamento Organizacional e Formação: identificação e eliminação de situações de redundância funcional ao nível das diferentes unidades de suporte ao negócio e de formação das equipas;

– Otimização da Rede Comercial: custo inerente à sobreposição de 10 balcões (a encerrar no início terceiro trimestre de 2012);

– Apoio excecional a trabalhadores deslocados, no âmbito da mobilidade geográfica.

Estes custos irão manter-se, ainda, no segundo semestre de 2012.

O rácio de eficiência *Cost-to-Income* (peso dos gastos operacionais no produto bancário) fixou-se em 66,3%, face a 65,8% no final do primeiro semestre de 2011. Esta evolução resultou do acréscimo dos gastos operacionais (+10,6%) superiores ao crescimento do produto bancário (+9,9%).

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

(milhares de euros)

	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
RÁCIOS					
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	40,3%	39,6%	38,1%	-1,5	p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	20,7%	20,9%	22,2%	1,3	p.p.
Amortizações / Produto Bancário	5,1%	5,3%	6,0%	0,6	p.p.
***Cost-to-Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário)**	**66,1%**	**65,8%**	**66,3%**	0,4	**p.p.**
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	61,0%	60,5%	60,3%	-0,2	p.p.

As amortizações situaram-se em 15,3 milhões de euros, evidenciando um aumento de 23,1%, resultante, essencialmente, dos investimentos em tecnologia, com impacto na área do equipamento informático.

Provisões e Imparidades

No primeiro semestre de 2012, foram implementadas melhorias nas estruturas de recuperação de crédito, a par de alguns desenvolvimentos nos domínios da informação e do controlo, com o objetivo de contrariar a progressão dos níveis de incumprimento, decorrentes da situação conjuntural adversa que atingiu de forma significativa os agentes económicos.

PROVISÕES E IMPARIDADES

(milhares de euros)

	dez.11		jun.11		jun.12		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Liquidas de Crédito	**143 728**	**91.0**	**58 608**	**79.4**	**38 899**	**50.8**	**-19 709**	**-33.6**
Constituição de provisões e imparidades	587 731		245 004		448 623		203 619	83.1
Recuperação de provisões e imparidades	444 003		186 396		409 724		223 328	119.8
Imparidades Liquidas de Títulos	**23 048**	**14.6**	**6 770**	**9.2**	**8 996**	**11.8**	**2 226**	**32.9**
Constituição de imparidades	26 131		7 702		17 825		10 123	131.4
Recuperação de imparidades	3 083		932		8 829		7 897	847.3
Provisões e Imparidades Liquidas de Outros Activos	**-8 839**	**-5.6**	**8 453**	**11.4**	**28 646**	**37.4**	**20 193**	**238.9**
Constituição de provisões e imparidades	32 562		8 933		46 574		37 641	421.4
Recuperação de provisões e imparidades	41 401		480		17 928		17 448	3 635.0
Total das Provisões e Imparidades Liquidas	**157 937**	**100.0**	**73 831**	**100.0**	**76 541**	**100.0**	**2 710**	**3.7**
Constituição de provisões e imparidades	646 424		261 639		513 022		251 383	96.1
Recuperação de provisões e imparidades	488 487		187 808		436 481		248 673	132.4

Para a variação global registada no total das provisões e imparidades (+2,7 milhões de euros) foi relevante:

- o reforço da constituição de provisões e imparidades de crédito (+203,6 milhões de euros), para fazer face ao aumento de risco de alguns segmentos de atividade;
- o aumento em 2,3 milhões de euros, da imparidade líquida de títulos para fazer face a menores cotações e deterioração da qualidade de alguns emitentes;
- o crescimento em 20,2 milhões de euros da imparidade para outros ativos, resultante da maior antiguidade dos imóveis.

Fundo de Pensões

Em junho de 2012, o património do fundo de pensões ascendia a 484,7 milhões de euros situando-se o nível de cobertura das responsabilidades mínimas em 120,4% e tendo melhorado o nível de cobertura das responsabilidades totais para 110,3%.

FUNDO DE PENSÕES

(milhares de euros)

		dez.11 Valor	jun.11 Valor	jun.12 Valor
1	**Responsabilidades totais**			
	Pessoal no activo	310 652	424 735	325 957
	Pessoal reformado	116 184	264 323	113 561
	Total 1	**426 836**	**689 058**	**439 517**
2	**Responsabilidades não exigidas ou diferidas**			
	Isenção de financiamento	15 578	19 954	16 297
	Aplicação da IAS	15 835	20 761	10 807
	Impacto da Tábua de Mortalidade	9 773	19 545	9 773
	Total 2	**41 186**	**60 260**	**36 877**
3	**Responsabilidades minimas a financiar (1-2)**	**385 650**	**628 798**	**402 640**
4	**Valor dos Ativos do Fundo**	**447 825**	**612 755**	**484 661**
5	**Cobertura das:**			
	Responsabilidades minimas (4/3)	116.1%	97.4%	120.4%
	Responsabilidades totais (4/1)	104.9%	88.9%	110.3%
6	**Movimentos efectuados no ano com impacto no valor do Fundo:**			
6.1	Contribuições para o Fundo (+)	44 075	120	7 249
6.2	Rendimento efetivo dos ativos (+)	-22 993	-8 329	34 839
6.3	Valor do Fundo de Pensões Finibanco em 1/1/2011 (+)	85 585	85 585	-
6.4	Transferência para a Segurança Social (-)	183 910	0	1 377
6.5	Pagamentos de pensões (-)	20 029	9 718	3 875
6.6	**Total 6 (6.1+6.2+6.3-6.4-6.5)**	**-97 272**	**67 658**	**36 836**

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- ✓ taxa de desconto de 5,5%;
- ✓ taxa de crescimento salarial de 2,0%;
- ✓ taxa de crescimento das pensões de 1,0%;
- ✓ manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

Solvabilidade

No final de junho de 2012 e numa base consolidada, o Rácio de Solvabilidade situou-se em 13,28% tendo sido superior em 0,79 p.p. em relação a junho de 2011. O Rácio *Core Tier* I atingiu 10,14%, uma subida homóloga de 1,04 p.p., permitindo deste modo ultrapassar, antecipadamente, o valor mínimo de 10% exigido pelas autoridades, para o final do ano em curso, conforme já ocorrera no final de 2011.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

(milhares de euros)

Rubricas	dez.11	jun.11	jun.12	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Totais	**1 831 996**	**1 644 151**	**1 803 247**	**159 096**	**9.7**
(+) Capital Institucional	*1 245 000*	*1 145 000*	*1 245 000*	*100 000*	*8.7*
(+) Reservas e Resultados	*254 790*	*232 274*	*288 995*	*56 720*	*24.4*
(-) Deduções Regulamentares	*121 206*	*179 554*	*156 410*	*-23 144*	*-12.9*
1.1 (=) Capital *Core Tier* I	**1 378 584**	**1 197 720**	**1 377 584**	**179 864**	**15.0**
(+) Outros Instrumentos de Capital	*15 000*	*15 000*	*15 000*	*0*	*0.0*
(-) Deduções Fundos Próprios de Base	*15 081*	*14 788*	*16 572*	*1 784*	*12.1*
1.2 (=) Fundos Próprios de Base	**1 378 503**	**1 197 932**	**1 376 012**	***178 080***	**14.9**
(+) Fundos Próprios Complementares	456 670	461 025	433 415	*-27 610*	-6.0
(-) Outras deduções	3 177	14 807	6 181	*-8 626*	-58.3
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	**1 080 498**	**1 052 945**	**1 086 686**	**33 741**	**3.2**
3. Ativos e equivalentes ponderados pelo risco (2 x 12.5)	**13 506 227**	**13 161 816**	**13 583 573**	**421 757**	**3.2**
4. Rácios					
Solvabilidade (1 / 3)	13.56%	12.49%	13.28%	0.79	p.p.
Core Tier I (1.1 / 3)	10.21%	9.10%	10.14%	1.04	p.p.
Tier I (1.2 / 3)	10.21%	9.10%	10.13%	1.03	p.p.

8. Notações de *Rating*

A Caixa Económica Montepio Geral vem sendo avaliada, para efeitos de notação de *rating*, por três agências de *rating* internacionais: a Fitch Ratings; a Moody's e a DBRS.

As notações da CEMG no final de junho de 2012 eram as seguintes:

Agências de *Rating*	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	B	BB	Negativo
Moody's	NP	Ba3	Negativo
DBRS	R-2 (*low*)	BBB (*low*)	Negativo

9. Principais Riscos e Incertezas para o Segundo Semestre

Para o segundo semestre de 2012 será de esperar a continuação de um contexto adverso e de grande dificuldade para a atividade das instituições financeiras, num quadro de incerteza e de aumento dos fatores de risco.

A revisão em baixa do crescimento económico mundial para 2012 (FMI, Julho 2012) e a perspetiva de fraco desempenho da atividade na Zona Euro, motivada pela crise das dívidas soberanas dos países periféricos e pela incerteza quanto ao cumprimento das metas definidas nos programas de assistência financeira dos países intervencionados, constituem os principais fatores de risco do enquadramento.
Paralelamente, a dificuldade em serem atingidos consensos europeus acerca de matérias fundamentais para a resolução da crise, tais como sejam a emissão de *eurobonds*, modelos de supervisão das contas nacionais e modelos de regulação bancária, entre outras, deverá também contribuir para aumentar o quadro de incerteza a nível europeu.

A evolução da crise na Europa não deixará de influenciar a economia portuguesa. Tanto a melhoria das condições de financiamento, que propiciem o processo de consolidação orçamental, como o ajustamento externo e a recuperação da atividade económica em Portugal dependerão, em muito, dessa evolução e do grau de crescimento da economia europeia.

O esforço de consolidação orçamental português que decorre do Programa de Assistência Financeira (PAF) tem sido suportado pela implementação de medidas que visam uma redução da despesa pública e um aumento das receitas fiscais, bem como pela desalavancagem financeira da economia.
Estas medidas têm provocado uma quebra acentuada da atividade económica, quer por via da redução dos Consumos Privado e Público, quer pela quebra do Investimento, tendo como consequência o aumento da taxa de desemprego, a qual se prevê continuar a aumentar no segundo semestre de 2012 e em 2013, ano em que se prevê que a economia apresente alguns sinais de retoma.

Adicionalmente, o fraco desempenho da economia europeia, nomeadamente da espanhola, poderá vir a comprometer o desempenho das exportações portuguesas até ao final do ano, penalizando a retoma da atividade, depois de, nos primeiros meses de 2012, terem tido um desempenho positivo.

A evolução dos mercados financeiros será particularmente sensível aos fatores de natureza económica, sendo de esperar a manutenção da volatilidade dos mercados acionistas e obrigacionistas e a redução das taxas EURIBOR, durante o 2º semestre, e um período prolongado de baixas taxas de juro.

Estes fatores, associados aos requisitos impostos ao setor financeiro e corporizados nos trabalhos do *Funding & Capital Plan*, bem como o aumento das exigências de capital e de liquidez que advêm da implementação do Novo Acordo de Basileia III e demais requisitos regulamentares e de supervisão deverão continuar a condicionar a atividade das Instituições de Crédito.

Os requisitos de desalavancagem e de redução dos níveis de refinanciamento junto do BCE definidos no PAF, e a possível abertura dos mercados de dívida apenas a partir do final de 2013, deverão provocar a manutenção da redução do crédito e um aumento das restrições de liquidez e do custo do *funding* por parte das Instituições de Crédito, acentuando a competitividade na captação de depósitos de clientes e originando aumentos de capital.
Paralelamente, a recessão económica e o elevado desemprego deverão contribuir para o aumento dos níveis de incumprimento das famílias e das empresas levando ao aumento do custo do risco, com impacto direto no nível de rendibilidade das Instituições.

No sentido de satisfazer aqueles requisitos e ultrapassar estas dificuldades as Instituições de Crédito, incluindo o Montepio, deverão prosseguir de forma acentuada as medidas nos domínios da gestão e prevenção do risco de crédito e de liquidez, na otimização dos recursos, na gestão das margens, bem como a execução de medidas extraordinárias para fazer face a ocorrências tão diferenciadas quanto difíceis no atual contexto de adversidade.

II – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, referente ao primeiro semestre de 2012, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra - Vogal

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral - Vogal

Eduardo José da Silva Farinha - Vogal

Álvaro Cordeiro Dâmaso – Vogal

III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Balanços e Demonstrações de Resultados Consolidadas e Individuais

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(milhares de euros)

	2012			2011
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	271 353		271 353	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236 596		236 596	223 834
Ativos financeiros detidos para negociação	159 060		159 060	180 776
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667		3 667	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 608 079	12 144	2 595 935	2 574 368
Aplicações em instituições de crédito	332 469	79	332 390	284 232
Crédito a clientes	17 025 762	764 828	16 260 934	16 706 626
Investimentos detidos até à maturidade	21 886		21 886	76 994
Derivados de cobertura	1 370		1 370	1 311
Ativos não correntes detidos para venda	265 576	35 469	230 107	137 011
Propriedades de Investimento	44 211		44 211	0
Outros ativos tangíveis	278 035	172 239	105 796	108 657
Ativos intangíveis	122 894	61 559	61 335	90 205
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	61 088	341	60 747	57 856
Ativos por impostos correntes	2 840		2 840	2 768
Ativos por impostos diferidos	67 847		67 847	80 693
Outros ativos	510 568	37	510 531	504 970
TOTAL DO ATIVO	**22 013 301**	**1 046 696**	**20 966 605**	**21 495 390**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 968 212	2 003 300
Passivos financeiros detidos para negociação			68 319	79 121
Recursos de outras instituições de crédito			616 137	743 797
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 819 480	13 701 919
Responsabilidades representadas por títulos			1 938 584	2 473 112
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			303 330	453 061
Derivados de cobertura			18 595	13 041
Provisões			4 519	7 985
Passivos por impostos correntes			0	10
Passivos por impostos diferidos			1 145	36
Outros passivos subordinados			464 630	477 843
Outros passivos			310 859	282 677
TOTAL DO PASSIVO			**19 513 810**	**20 235 902**
CAPITAL				
Capital			1 245 000	1 245 000
Outros instrumentos de capital			15 000	15 000
Reservas de reavaliação			-125 284	-319 551
Outras reservas e resultados transitados			300 846	262 629
Resultado do exercício			4 774	45 029
Interesses minoritários			12 459	11 381
TOTAL DO CAPITAL			**1 452 795**	**1 259 488**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**20 966 605**	**21 495 390**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Montepio

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	2012	2011	2011 reexpresso
Juros e rendimentos similares	643 117	524 152	524 152
Juros e encargos similares	489 784	365 810	365 810
MARGEM FINANCEIRA	**153 333**	**158 342**	**158 342**
Rendimentos de instrumentos de capital	514	561	561
Rendimentos de serviços e comissões	60 595	52 819	52 819
Encargos com serviços e comissões	12 092	9 094	9 094
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-14 803	26 104	26 104
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	47 121	2 517	2 517
Resultados de reavaliação cambial	5 914	2 742	2 742
Resultados de alienação de outros ativos	-18 594	-12 431	-12 431
Outros resultados de exploração	34 707	11 993	11 993
PRODUTO DA ATIVIDADE	**256 695**	**233 553**	**233 553**
Custos com pessoal	97 693	92 486	91 267
Gastos gerais administrativos	57 088	48 843	48 843
Depreciações e amortizações	15 321	12 442	12 442
Provisões líquidas de reposições e anulações	-3 527	519	519
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	39 633	58 628	58 628
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	7 996	6 757	6 757
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	32 439	7 927	7 927
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	- 515	- 950	- 950
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	**9 537**	**5 001**	**6 220**
Impostos			
Correntes	2 439	3 219	3 219
Diferidos	1 196	-4 256	-4 256
Interesses Minoritários	1 128	970	970
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**4 774**	**5 068**	**6 287**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Montepio

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(milhares de euros)

	2012			2011
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	180 825		180 825	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	52 093		52 093	102 701
Ativos financeiros detidos para negociação	153 691		153 691	145 252
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667		3 667	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 884 006	42 306	6 841 700	5 821 780
Aplicações em instituições de crédito	420 843	79	420 764	370 268
Crédito a clientes	16 317 065	688 688	15 628 377	16 200 240
Investimentos detidos até à maturidade	17 431		17 431	48 416
Derivados de cobertura	1 315		1 315	1 184
Ativos não correntes detidos para venda	247 157	29 545	217 612	86 830
Outros ativos tangíveis	224 470	162 117	62 353	66 183
Ativos intangíveis	140 201	31 872	108 329	110 843
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	384 547		384 547	384 547
Ativos por impostos correntes	10		10	10
Ativos por impostos diferidos	45 365		45 365	59 221
Outros ativos	314 501		314 501	310 278
TOTAL DO ATIVO	**25 387 187**	**954 607**	**24 432 580**	**24 092 899**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 968 212	2 003 300
Passivos financeiros detidos para negociação			95 598	101 524
Recursos de outras instituições de crédito			1 057 648	1 182 068
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 313 875	13 190 639
Responsabilidades representadas por títulos			1 764 693	2 240 688
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			3 926 668	3 289 983
Derivados de cobertura			3 052	2 444
Provisões			114 648	120 014
Outros passivos subordinados			478 210	477 247
Outros passivos			269 979	243 419
TOTAL DO PASSIVO			**22 992 583**	**22 851 326**
CAPITAL				
Capital			1 245 000	1 245 000
Outros Instrumentos de capital			15 000	15 000
Reservas de reavaliação			- 107 754	- 316 692
Outras reservas e resultados transitados			282 816	265 442
Resultado do exercício			4 935	32 823
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			**1 439 997**	**1 241 573**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			**24 432 580**	**24 092 899**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	2012	2011	2011 reexpresso
Juros e rendimentos similares	621 409	508 698	508 698
Juros e encargos similares	482 659	360 528	360 528
MARGEM FINANCEIRA	**138 750**	**148 170**	**148 170**
Rendimentos de instrumentos de capital	1 999	1 785	1 785
Rendimentos de serviços e comissões	56 162	50 066	50 066
Encargos com serviços e comissões	9 917	8 144	8 144
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	- 22 112	27 216	27 216
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	35 870	2 726	2 726
Resultados de reavaliação cambial	2 329	711	711
Resultados de alienação de outros ativos	27 087	- 2 244	- 2 244
Outros resultados de exploração	31 049	10 522	10 522
PRODUTO BANCÁRIO	**261 217**	**230 808**	**230 808**
Custos com pessoal	92 223	89 651	88 736
Gastos gerais administrativos	51 208	45 256	45 256
Amortizações do exercicio	14 201	12 040	12 040
Provisões líquidas de reposições e anulações	- 5 366	- 722	- 722
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	83 416	56 792	56 792
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	8 829	6 757	6 757
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	9 139	7 927	7 927
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**7 567**	**13 107**	**14 022**
Impostos	**2 632**	**0**	**0**
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	**4 935**	**13 107**	**14 022**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstrações Financeiras Consolidadas

30 Junho de 2012 e 2011

Agosto de 2012
Este relatório contém 129 páginas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, da **Caixa Económica Montepio Geral**, incluída no Relatório de Gestão, na Demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 20.966.605 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista da CEMG de 1.440.336 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível ao accionista da CEMG de 4.774 milhares de euros) e nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios, e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e correspondentes Notas explicativas.

2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de informação financeira consolidada que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos fluxos de caixa consolidados, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral consolidados;

b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva N° PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N° 189 - Inscrito na C.M.V.M. N° 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o n° 715, fls. 178 do Livro C - 2/3

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira consolidada;
- se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 17 de Agosto de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC N.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 5 a 129)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	643 117	524 152
Juros e encargos similares	3	489 784	365 810
Margem financeira		153 333	158 342
Rendimentos de instrumentos de capital	4	514	561
Rendimentos de serviços e comissões	5	60 595	52 819
Encargos com serviços e comissões	5	(12 092)	(9 094)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(14 803)	26 104
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	47 121	2 517
Resultados de reavaliação cambial	8	5 914	2 742
Resultados de alienação de outros activos	9	(18 594)	(12 431)
Outros resultados de exploração	10	34 707	11 993
Total de proveitos operacionais		256 695	233 553
Custos com pessoal	11	97 693	91 267
Gastos gerais administrativos	12	57 088	48 843
Amortizações do período	13	15 321	12 442
Total de custos operacionais		170 102	152 552
Imparidade do crédito	14	39 633	58 628
Imparidade de outros activos	15	40 435	14 684
Outras provisões	16	(3 527)	519
Resultado operacional		10 052	7 170
Resultados por equivalência patrimonial	17	(515)	(950)
Resultado antes de impostos		9 537	6 220
Correntes		2 439	3 219
Diferidos	32	1 196	(4 256)
Resultado líquido do período		5 902	7 257
Resultado líquido do período atribuível à Montepio Geral - Associação Mutualista		4 774	6 287
Interesses que não controlam	45	1 128	970
		5 902	7 257

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
Outro rendimento integral do período:			Reexpresso
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	43	194 267	(210 482)
Perdas actuariais do período		23 603	-
Impostos diferidos	32	(12 759)	-
Total de outro rendimento integral do período depois de impostos		205 111	(210 482)
Resultado líquido do período		4 774	6 287
Total de rendimento integral do período		209 885	(204 195)

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2012	31 de Dezembro 2011
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	271 353	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	236 596	223 834
Aplicações em instituições de crédito	20	332 390	284 232
Crédito a clientes	21	16 260 934	16 706 626
Activos financeiros detidos para negociação	22	159 060	180 776
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	23	3 667	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	24	2 595 935	2 574 368
Derivados de cobertura	25	1 370	1 311
Investimentos detidos até à maturidade	26	21 886	76 994
Investimentos em associadas e outras	27	60 747	57 856
Activos não correntes detidos para venda	28	230 107	137 011
Propriedades de investimento	29	44 211	-
Outros activos tangíveis	30	105 796	108 657
Activos intangíveis	31	61 335	90 205
Activos por impostos correntes		2 840	2 768
Activos por impostos diferidos	32	67 847	80 693
Outros activos	33	510 531	504 970
Total do Activo		20 966 605	21 495 390
Passivo			
Recursos de bancos centrais	34	1 968 212	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	35	616 137	743 797
Recursos de clientes	36	13 819 480	13 701 919
Responsabilidades representadas por títulos	37	1 938 584	2 473 112
Passivos financeiros associados a activos transferidos		303 330	453 061
Passivos financeiros detidos para negociação	22	68 319	79 121
Derivados de cobertura	25	18 595	13 041
Provisões	38	4 519	7 985
Passivos por impostos correntes		-	10
Passivos por impostos diferidos	32	1 145	36
Outros passivos subordinados	39	464 630	477 843
Outros passivos	40	310 859	282 677
Total do Passivo		19 513 810	20 235 902
Capitais próprios			
Capital	41	1 245 000	1 245 000
Outros instrumentos de capital	42	15 000	15 000
Reservas de justo valor	44	(125 284)	(319 551)
Outras reservas e resultados transitados	43 e 44	300 846	262 629
Resultado líquido consolidado do período atribuível à MGAM		4 774	45 029
Total dos Capitais Próprios atribuíveis à MGAM		1 440 336	1 248 107
Interesses que não controlam	45	12 459	11 381
Total da Situação Líquida		1 452 795	1 259 488
		20 966 605	21 495 390

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações dos Capitais Próprios Consolidados
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	997 158	800 000	-	235 400	(85 706)	47 464	-
Alteração da política de reconhecimento de desvios actuariais	(101 709)	-	-	-	-	(101 709)	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	895 449	800 000	-	235 400	(85 706)	(54 245)	-
Outros movimentos registados directamente nos Capitais Próprios:							
Alterações de justo valor (nota 44)	(210 482)	-	-	-	(210 482)	-	-
Resultado líquido do período	6 287	-	-	-	-	6 287	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	(204 195)	-	-	-	(210 482)	6 287	-
Aumento de capital (nota 41)	345 000	345 000	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital (nota 42)	15 000	-	15 000	-	-	-	-
Interesses que não controlam	9 881	-	-	-	-	-	9 881
Distribuição de resultados (nota 47)	(23 085)	-	-	-	-	(23 085)	-
Outras reservas	(15 612)	-	-	-	-	(15 612)	-
Equivalência patrimonial	(1 765)	-	-	-	-	(1 765)	-
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	8 345	-	(8 345)	-
Reserva especial	-	-	-	2 075	-	(2 075)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	1 020 673	1 145 000	15 000	245 820	(296 188)	(98 840)	9 881
Outros movimentos registados directamente nos Capitais Próprios:							
Alterações de justo valor (nota 44)	(23 363)	-	-	-	(23 363)	-	-
Desvios actuariais no período	65 391	-	-	-	-	65 391	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	48 152	-	-	-	-	48 152	-
Resultado líquido do período	38 742	-	-	-	-	38 742	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	128 922	-	-	-	(23 363)	152 285	-
Aumento de capital (nota 41)	100 000	100 000	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	1 500	-	-	-	-	-	1 500
Outras reservas	10 747	-	-	-	-	10 747	-
Equivalência patrimonial	(1 829)	-	-	-	-	(1 829)	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	(525)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1 259 488	1 245 000	15 000	245 820	(319 551)	61 838	11 381
Outros movimentos registados directamente nos Capitais Próprios:							
Alterações de justo valor (nota 44)	194 267	-	-	-	194 267	-	-
Desvios actuariais no período	23 603	-	-	-	-	23 603	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	(12 759)	-	-	-	-	(12 759)	-
Resultado líquido do período	4 774	-	-	-	-	4 774	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	209 885	-	-	-	194 267	15 618	-
Interesses que não controlam	1 078	-	-	-	-	-	1 078
Distribuição de resultados (nota 47)	(16 584)	-	-	-	-	(16 584)	-
Outras reservas	(4 818)	-	-	-	-	(4 818)	-
Equivalência patrimonial	4 271	-	-	-	-	4 271	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	(525)	-
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	6 633	-	(6 633)	-
Reserva especial	-	-	-	1 641	-	(1 641)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	1 452 795	1 245 000	15 000	254 094	(125 284)	51 526	12 459

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras consolidadas intercalares

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	706 982	515 929
Comissões recebidas	53 962	52 083
Pagamento de juros	(465 933)	(304 533)
Pagamento de comissões	(10 349)	(8 212)
Despesas com pessoal e fornecedores	(259 491)	(123 301)
Recuperação de crédito e juros	3 258	3 008
Outros pagamentos e recebimentos	90 397	145 978
Impostos	-	(3 849)
	118 826	277 103
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	241 864	(2352 351)
Outros activos	(79 154)	(222 495)
	162 710	(2574 846)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	94 322	2 549 288
Recursos para com instituições de crédito	(123 895)	(130 094)
Recursos de Bancos Centrais	(40 000)	900 000
	(69 573)	3 319 194
	211 963	1 021 451
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	514	561
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(52 738)	(23 391)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(61)	267
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	163 703	(789 258)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	2 596	213
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	54 568	9 160
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(3 841)	(80 796)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	167 298	(110 378)
Alienação de imobilizações	-	62 191
Aquisição de imobilizações	(44 211)	(3 281)
	287 828	(934 712)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(23 085)	(23 085)
Aumento de capital	-	360 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	161 442	248 011
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(644 747)	(599 669)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(3 471)	16 985
	(509 861)	2 242
Variação líquida em caixa e equivalentes	(10 070)	88 981
Caixa e equivalentes no início do período	386 072	169 994
Caixa (nota 18)	162 238	95 641
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 19)	223 834	74 353
Caixa e equivalentes no fim do período	376 002	258 975

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2012

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por "CEMG") é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do CEMG e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os seis meses findos em 30 de Junho de 2012 e 2011.

Conforme referido na nota 54, no decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de Euros 341.250.000 de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da CEMG com referência a 31 de Dezembro de 2011 incluem o efeito desta aquisição, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia (UE), a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CEMG em 14 de Agosto de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os seis meses findos em 30 de Junho de 2012 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2012 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo efectuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2011, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, a rubrica Reservas e resultados acumulados inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2011, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos das demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ("*disposal groups"*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 aa).

b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excederam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/ etapas ("*step Acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do "*goodwill*", a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "goodwill"

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária é directamente imputados a resultados.

A totalidade do "*goodwill*" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "*goodwill*" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o "*goodwill*" apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "*goodwill*" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O "*goodwill*" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido "*goodwill*" adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("*written put options*"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("*unwinding*") dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial ("SPEs")

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de activos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 50), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas maioritariamente a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento da SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de "*auto-pilot*", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo, excepto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na nota 1 r).

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o "*goodwill*", de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O "*goodwill*" existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.
Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;

- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;

- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

- A deterioração significativa no "*rating*" do cliente;

- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;

- A existência de credores privilegiados;

- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ("IBNR") em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e

- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente acções ou unidades de participação, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "*Fair Value Option*" para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "*Fair Value Option*" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*") pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

- a designação elimina ou reduz significativamente o "*mismatch*" contabilístico das transacções;

- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("*host contract*").

Os activos e passivos financeiros ao "*Fair Value Option*" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro, acções, unidades de participação ou papel comercial, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses; e

- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Outros resultados de exploração no momento em que ocorrem.

(ii) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iv) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("*host contract*"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;

- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou

- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

Durante o primeiro semestre de 2012 e o ano de 2011, o Grupo não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como juros de valores mobiliários perpétuos quando declaradas.

i) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

k) Locação operacional e financeira

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme nota 1 q).

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "*Fair Value Option*", a componente de juro é reconhecida em Juros e rendimentos similares ou em Juros e encargos similares (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea, do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e

- Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

o) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

p) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para O Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

q) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados de exploração.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

r) Activos intangíveis

"Software"

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

t) "Offsetting"

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

v) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de

Trabalho do Sector Bancário ("ACT"), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (plano de benefício definido) é apurado anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto – Lei n.º1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários ("CAFEB") que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

No âmbito da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos actuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabeleceu igualmente os termos e condições em que foi efectuada a transferência, definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recalculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento era efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, o Grupo optou no decurso de 2011, por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo sido reconhecidos, nessa data, a totalidade dos desvios actuariais diferidos em capitais próprios.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Anteriormente o Grupo procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor

dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do "*unwinding*" dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas actuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente pelo Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

w) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

x) Relato por segmentos

Desde 1 de Janeiro de 2009, o Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver nota 51).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Para gestão de negócio, o Grupo considera os seguintes segmentos: (i) Operacionais: Banca de Retalho, Banca de Empresas e Outros Segmentos, e (ii) segmentos geográficos: Portugal e Área Internacional (Angola e Cabo Verde).

y) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus cativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3, Aqua SME No. 1, Pelican Mortgages No. 4, Aqua Mortgage No. 1, Pelican Mortgages No. 5, Aqua Finance No.3,* e *Pelican SME* não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Grupo.

Por outro lado, o Grupo desreconheceu os activos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1 e 2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respectivos SPE, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do "goodwill"

O valor recuperável do *"goodwill*" registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *"goodwill"*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao "*goodwill*" quando o justo valor da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Margem Financeira	153 333	158 342
através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	32 318	28 621
	185 651	186 963

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000**	**Total Euros '000**	**De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda Euros '000**	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000**	**Total Euros '000**
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	321 570		321 570	251 530	-	251 530
Juros de outras aplicações	1 504	-	1 504	4 951	-	4 951
Juros de depósitos	2 156	-	2 156	1 046	-	1 046
Juros de títulos disponíveis para venda	167 493		167 493	130 694	-	130 694
Juros de investimentos detidos até à maturidade	659	-	659	1 133	-	1 133
Juros de derivados de cobertura	1 303	-	1 303	1 632	-	1 632
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	137 738	137 738	-	124 604	124 604
Outros juros e rendimentos similares	10 694	-	10 694	8 562	-	8 562
	505 379	137 738	643 117	399 548	124 604	524 152
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	243 943	-	243 943	133 835		133 835
Juros de títulos emitidos	36 370	-	36 370	45 751		45 751
Juros de empréstimos	2 366	-	2 366	4 387		4 387
Juros de outros recursos	14 375	-	14 375	20 089		20 089
Juros de derivados de cobertura	2 233	-	2 233	1 218		1 218
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	128 564	128 564	-	112 020	112 020
Outros juros e encargos similares	61 933	-	61 933	48 510		48 510
	361 220	128 564	489 784	253 790	112 020	365 810
Margem Financeira	144 159	9 174	153 333	145 758	12 584	158 342

A rubrica Juros de crédito inclui o montante de Euros 11.198.000 (30 de Junho de 2011: Euros 9.033.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

A rubrica Juros de depósitos inclui o montante de Euros 3.685.000, referente à contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes.

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 514.000 (30 de Junho de 201: Euros 561.000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	46 704	41 258
Por operações realizadas por conta de terceiros	6 122	4 673
Por serviços de mediação de seguros	3 185	3 375
Por garantias prestadas	3 970	3 477
Outros rendimentos de serviços e comissões	614	36
	60 595	52 819
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	9 410	7 700
Por operações realizadas com títulos	212	243
Outros encargos com serviços e comissões	2 470	1 151
	12 092	9 094
Resultados líquidos de serviços e comissões	48 503	43 725

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Ramo Vida:		
Habitação	1 008	1 067
Consumo	58	77
Outros	428	409
	1 494	1 553
Ramo Não Vida:		
Habitação	609	622
Consumo	389	554
Outros	693	646
	1 691	1 822
	3 185	3 375

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	-	-	151	-	151
Acções	881	1 694	(813)	270	265	5
Unidades de participação	261	297	(36)	2	19	(17)
	1 142	1 991	(849)	423	284	139
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	40 279	40 925	(646)	141 563	141 920	(357)
Contratos sobre taxas de juro	925 603	928 196	(2 593)	241 118	279 649	(38 531)
Contratos sobre créditos	2 062	1 470	592	1 425	1 616	(191)
Outros	38 723	34 447	4 276	50 836	24 410	26 426
	1 006 667	1 005 038	1 629	434 942	447 595	(12 653)
	1 007 809	1 007 029	780	435 365	447 879	(12 514)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	153	-	153	-	175	(175)
	153	-	153	-	175	(175)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	75	34	41	600	76	524
Recursos de clientes	436	100	336	896	403	493
Débitos representados por títulos	-	-	-	15	-	15
Outros passivos subordinados	220 038	221 477	(1 439)	11 131	11 344	(213)
Outros	11 727	26 401	(14 674)	42 436	4 462	37 974
	232 276	248 012	(15 736)	55 078	16 285	38 793
	1 240 238	1 255 041	(14 803)	490 443	464 339	26 104

A rubrica Passivos financeiros – Outros regista as variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) de passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	773	351	422	4 716	2 788	1 928
De outros emissores	45 979	246	45 733	11 595	11 160	435
Acções	19	21	(2)	57	1	56
Outros títulos de rendimento variável	975	7	968	105	7	98
	47 746	625	47 121	16 473	13 956	2 517

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores inclui o montante de Euros 30.424.000, resultante de recompras efectuadas no âmbito de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pela CEMG, para gestão da sua estrutura de financiamento de capital, nomeadamente das operações de recompra de obrigações (*Pelican Mortgage No. 3*, *Euro Medium Term Notes* e Obrigações Hipotecárias), conforme descrito na nota 37.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	24 065	18 151	5 914	45 906	43 164	2 742

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a nota 1 u).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Alienação de imóveis	(11 775)	(12 046)
Outros	(6 819)	(385)
	(18 594)	(12 431)

A rubrica Alienação de imóveis inclui no montante de Euros 11.775.000 (30 de Junho de 2011: Euros 12.046.000) diz respeito aos resultados da venda de activos não correntes detidos para venda, conforme descrito na nota 28.

A rubrica Outros inclui o montante de Euros 6.695.000, relativo reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*, conforme descrito na nota 31.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	3 632	3 129
Reembolso de despesas	4 301	3 086
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 212	3 683
Proveitos na negociação de cartões pré-pagos	19	-
Recompra de emissões próprias	23 822	8 505
Outros	5 295	2 373
	45 281	20 776
Outros custos de exploração:		
Impostos	2 768	869
Donativos e Quotizações	157	178
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 548	1 078
Outros	6 101	6 658
	10 574	8 783
Outros resultados líquidos de exploração	34 707	11 993

O resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na nota 1d) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias e *Euro Medium Term Notes*.

A 30 de Junho de 2012, os ganhos com a recompra de obrigações hipotecárias são de Euros 536.000 (30 de Junho de 2011: Euros 2.601.000) e com a recompra de *Euro Medium Term Note* são de Euros 23.286.000 (30 de Junho de 2011: Euros 5.904.000).

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 30 de Junho de 2012 a CEMG reconheceu como custo do exercício o valor de Euros 2.116.000 (30 de Junho de 2011: Euros 502.000), incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

11 Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Remunerações	70 279	62 055
Contribuições para o SAMS	3 628	2 592
Encargos sociais obrigatórios	16 137	15 791
Outros encargos com fundo de pensões	5 406	9 388
Outros custos	2 243	1 441
	97 693	91 267

A rubrica Outros encargos com fundo de pensões inclui o montante de Euros 1.377.000 relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 48. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos actuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

A referida rubrica inclui igualmente, o montante de Euros 878.000 relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Rendas e alugueres	16 752	12 339
Serviços especializados:		
Informática	5 998	5 723
Trabalho independente	3 076	2 558
Outros serviços especializados	10 684	7 228
Publicidade e publicações	2 221	4 047
Comunicações e expedição	5 728	5 108
Água, energia e combustíveis	3 054	2 654
Conservação e reparação	2 546	2 585
Transportes	1 653	1 524
Seguros	1 128	1 152
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 122	837
Material de consumo corrente	708	1 310
Formação	123	132
Outros gastos administrativos	2 295	1 646
	57 088	48 843

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 12.526.000 (30 de Junho de 2011: Euros 7.959.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

13 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euro '000	Jun 2011 Euro '000
Activos Intangiveis:		
Software	5 949	3 774
Outros activos intangíveis	270	426
	6 219	4 200
Outros activos fixos tangiveis:		
Imóveis	2 096	2 098
Equipamento:		
Mobiliário e material	1 274	892
Máquinas e ferramentas	64	25
Equipamento Informático	3 980	3 456
Instalações interiores	178	32
Equipamento de transporte	73	11
Equipamento de segurança	613	1 130
Locação operacional	732	550
Outros activos tangíveis	92	48
	9 102	8 242
	15 321	12 442

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade de crédito:		
Dotação do período líquida de reversões	43 157	61 649
Recuperação de crédito e de juros	(3 258)	(3 008)
	39 899	58 641
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do período	50	103
Reversão do período	(316)	(116)
	(266)	(13)
	39 633	58 628

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do período	18 504	7 927
Reversão do período	(12 577)	-
	5 927	7 927
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	17 825	7 703
Reversão do período	(8 829)	(946)
	8 996	6 757
Imparidade para activos intangíveis:		
Dotação do período	26 512	-
Imparidade para outros activos:		
Reversão do período	(1 000)	-
	40 435	14 684

A rubrica Reversão do período para activos não correntes detidos para venda, inclui o efeito da venda de imóveis registados na carteira de activos não correntes detidos para venda, conforme descrito na nota 28.

A Imparidade para activos intangíveis diz respeito a imparidade constituída para diferenças de consolidação e reavaliação ("g*oodwill*"), conforme nota 30.

16 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	1 507	894
Reversão do período	(5 034)	(375)
	(3 527)	519

17 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(1 315)	(2 207)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	999	1 048
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(175)	(181)
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	(33)	-
Prio Foods SGPS, S.A.	(320)	-
Prio Energie SGPS, S.A.	329	390
	(515)	(950)

18 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Caixa	139 406	162 238
Banco de Portugal	131 947	299 245
	271 353	461 483

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1%.

19 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Em instituições de crédito no país	183 935	129 806
Em instituições de crédito no estrangeiro	15 394	24 671
Valores a cobrar	37 267	69 357
	236 596	223 834

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos	1 135	1 135
Empréstimos	19 947	19 836
Aplicações de muito curto prazo	71 994	65 002
Outras aplicações	3 002	-
	96 078	85 973
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	41 811	39 054
Aplicações de muito curto prazo	90 108	30 001
Outras aplicações	104 472	129 549
	236 391	198 604
	332 469	284 577
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(79)	(345)
	332 390	284 232

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2012, vencem juros à taxa média anual de 0,96% (31 de Dezembro de 2011: 1,35%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	345	50
Dotação do período	50	103
Reversão do período	(316)	(116)
Transferências	-	99
Saldo em 30 de Junho	79	136

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

21 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas:		
Empréstimo	1 987 364	1 789 310
Créditos em conta corrente	1 836 393	1 953 428
Locação financeira	380 384	418 396
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	149 813	163 129
Factoring	108 233	146 496
Descobertos em depósitos à ordem	66 266	61 844
Outros créditos	1 476 816	1 718 592
A particulares:		
Habitação	8 776 410	8 978 144
Locação financeira	105 965	95 486
Consumo e outros créditos	1 191 962	1 262 037
	16 079 606	16 586 862
Crédito ao exterior:		
A empresas:	59 904	50 817
A particulares:	14 215	11 498
	16 153 725	16 649 177
Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	5 895	5 175
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	114 249	128 858
Mais de 90 dias	751 893	693 892
	866 142	822 750
	17 025 762	17 477 102
Imparidade para riscos de crédito	(764 828)	(770 476)
	16 260 934	16 706 626

Em 30 de Junho de 2012, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de Euros 240.661.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 254.148.000), referente a operações de securitização em que, de acordo com a nota 1 b), os SPE's são consolidados no Grupo pelo método integral (ver nota 51). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representados por títulos (ver nota 37).

A CEMG realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Junho 2012: Cancelamento de Euros 53.300.000;
- Novembro 2011: Emissão de Euros 300.000.000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 2,28%;
- Outubro 2011: Cancelamento de Euros 291.700.000;
- Novembro 2010: Emissão de Euros 500.000.000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 4,08%;
- Dezembro 2009: Emissão de Euros 1.000.000.000, prazo: 7 anos, uma taxa de juro; 2,17%; e
- Julho 2009: Emissão de Euros 708.300.000, prazo: 3 anos, uma taxa de juro; 3,25%.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Habitação incluía cerca de Euros 3.258.435.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.277.166.000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a nota 1 b), não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos.

Na rubrica de Correcção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a nota 1 e). O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 48.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados "créditos arrematados" no montante de Euros 1.535.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.532.000). Os "créditos arrematados" correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria os contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o exercício findo em 30 de Junho de 2012, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	61 564	2 384 211	10 144 646	454 855	13 045 276
Crédito com outras garantias	114 831	1 097 516	312 994	161 129	1 686 470
Crédito sem garantias	295 121	699 841	433 834	217 699	1 646 495
Crédito ao sector público	822	11 782	41 990	865	55 459
Crédito sobre o estrangeiro	11 223	60 317	2 579	4 087	78 206
Crédito em Locação	4 688	123 803	357 858	27 507	513 856
	488 249	4 377 470	11 293 901	866 142	17 025 762

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	61 404	2 618 510	10 294 201	550 424	13 524 539
Crédito com outras garantias	118 734	1 142 802	314 377	100 565	1 676 478
Crédito sem garantias	386 316	657 856	432 695	148 622	1 625 489
Crédito ao sector público	1 607	11 004	42 331	539	55 481
Crédito sobre o estrangeiro	21 738	36 270	625	2 602	61 235
Crédito em Locação	21 231	174 478	318 173	19 998	533 880
	611 030	4 640 920	11 402 402	822 750	17 477 102

O crédito em locação, em 30 de Junho de 2012, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	18 078	169 673	378 436	566 187
Juros Vincendos	(1 371)	(33 127)	(114 637)	(149 135)
Valores residuais	32 664	19 757	16 876	69 297
	49 371	156 303	280 675	486 349

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	67 252	269 609	209 930	546 791
Juros Vincendos	(13 793)	(35 764)	(44 962)	(94 519)
Valores residuais	14 090	26 244	21 276	61 610
	67 549	260 089	186 244	513 882

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Crédito com garantias reais	454 855	550 424
Crédito com outras garantias	161 129	100 565
Crédito sem garantias	217 699	148 822
Crédito ao sector público	865	539
Crédito sobre o estrangeiro	4 087	2 402
Crédito em Locação	27 507	19 998
	866 142	822 750

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Jun 2011 Euros '000**
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	770 476	521 811
Dotação do período líquida de reversões	43 157	61 649
Utilização de imparidade	(141 277)	(81 982)
Transferências	92 472	186 281
Saldo em 30 de Junho	764 828	687 759

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colaterizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	530 077	621 351
Crédito com outras garantias	108 202	48 818
Crédito sem garantias	126 549	100 307
	764 828	770 476

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	114 906	38 024
Crédito com outras garantias	14 213	1 142
Crédito sem garantias	12 158	3 899
	141 277	43 065

De acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer no período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2012 e de 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2011, ascendeu ao montante de Euros 3.258.000 e Euros 3.008.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1 c), apresenta-se como segue:

	Jun 2012						
	Imparidade calculada em base indivídual		Imparidade calculada em base *portfólio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Crédito líquido de imparidade Euro '000
Crédito a empresas	5 224 675	392 378	2 165 787	182 527	7 390 462	574 905	6 815 557
Crédito a particulares – Habitação	99 343	2 584	8 425 928	100 025	8 525 271	102 609	8 422 662
Crédito a particulares – Outros	137 316	9 131	972 713	78 183	1 110 029	87 314	1 022 715
	5 461 334	404 093	11 564 428	360 735	17 025 762	764 828	16 260 934

	Dez 2011						
	Imparidade calculada em base indivídual		Imparidade calculada em base *portfólio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euro '000	Crédito líquido de imparidade Euro '000
Crédito a empresas	1.774.825	322.250	5.407.324	232.856	7.182.149	555.106	6.627.043
Crédito a particulares – Habitação	949	118	9.142.629	135.784	9.143.578	135.902	9.007.676
Crédito a particulares – Outros	50.174	8.900	1.101.201	70.568	1.151.375	79.468	1.071.907
	1.825.948	331.268	15.651.154	439.208	17.477.102	770.476	16.706.626

A carteira de crédito do Grupo, que inclui para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

Crédito total	17 536 813	17 981 937
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	5 560 141	1 955 040
Imparidade	(404 093)	(331 269)
Valor líquido	5 156 048	1 623 771
Análise paramétrica		
Valor bruto	2 542 843	2 910 094
Imparidade	(335 505)	(385 741)
Valor líquido	2 207 338	2 524 353
Crédito sem imparidade	9 433 829	13 116 803
Imparidade (IBNR)	(25 230)	(53 466)
	9 408 599	13 063 337
	16 771 985	17 211 461

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

22 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	11 276	5 415
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	128 111	130 115
Creditos e outros valores a receber	19 673	45 246
	159 060	180 776
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	68 319	79 121

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a nota 1 d). Conforme a referida nota, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Em 2012 foram transferidos para a rubrica de Crédito a clientes Euros 18.900.000, anteriormente registados em Activos financeiros detidos para negociação, conforme nota 57.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros derivados detidos para negociação em 30 de Junho de 2012, pode ser analisado como segue:

		Jun 2012						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	933 236	2 651	(7 522)	65 687	153 820	229 100	229 100
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 800 800	30 183	10 225	17 133	1 227	711 760	711 760
Swap de taxa de juro	Recursos	346 885	13 653	(18)	(17 020)	2 572	101 148	101 148
Swap de taxa de juro	Titularização	9 867 332	(11 630)	(3 882)	(678)	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 690 653	14 612	8 737	1 973	(7 187)	655 000	655 000
Swap de taxa de juro	Jet Fuel	116 724	29	29	-	3 488	25 000	25 000
Swap cambial	Emissão de dívida	836 735	523	238	-	-	-	-
CIRS	-	3 078	122	(72)	-	-	-	-
Futuros	-	42 980	270	292	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	343 700	257	259	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	64 414	(2 558)	512	-	-	-	-
Outros	-	-	11 680	-	-	-	-	-
		26 046 537	59 792	8 798	67 095	153 920	1 722 008	1 722 008

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros derivados detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2011, pode ser analisado como segue:

		Dez 2011						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	1 061 937	10 173	(15 206)	(89 648)	(53 425)	315 750	315 750
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 872 000	19 958	3 673	15 906	1 952	753 397	753 397
Swap de taxa de juro	Recursos	348 767	13 671	1 408	(19 592)	(16 835)	247 368	247 368
Swap de taxa de juro	Titularização	10 070 419	(7 748)	(5 528)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 242 912	5 875	(12 148)	6 509	14 126	708 300	708 300
Swap cambial	Emissão de dívida	322 515	285	(814)	-	-	-	-
CIRS	-	9 072	194	62	-	-	-	-
Futuros	-	84 752	(22)	(21)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	87 762	(2)	(755)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	81 093	(3 070)	(2 334)	-	-	-	-
Outros	-	-	11 680	-	-	-	-	-
		23 181 229	50 994	(31 663)	(86 825)	(54 182)	2 024 815	2 024 815

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2012, é a seguinte:

	Jun 12					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	**Entre 3 meses e 1 ano Euros '000**	**Superior a 1 ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Activo Euros '000**	**Passivo Euros '000**
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	2 689 892	437 722	21 631 094	24 758 708	121 020	71 400
Opções	3 514	19 966	320 220	343 700	4 826	4 569
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	836 735	-	-	836 735	1 183	660
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	42 980	-	-	42 980	270	-
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	10 000	17 500	36 914	64 414	812	3 370
Outros	-	-	-	-	-	(11 680)
	3 583 121	475 188	21 988 228	26 046 537	128 111	68 319

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Dez 2011					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	22 945	1 982 770	20 599 393	22 605 108	119 906	77 783
Opções	-	2 800	84 961	87 761	8 482	8 484
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	322 044	471	-	322 515	454	169
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	84 752	-	-	84 752	-	22
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	-	-	81 093	81 093	1 273	4 343
Outros	-	-	-	-	-	(11 680)
	429 741	1 986 041	20 765 447	23 181 229	130 115	79 121

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a nota 1 d) no montante de Euros 6.913.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 7.331.000).

23 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.667.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 3.606.000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção do Grupo em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme a nota 1 d), está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado dos *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 30 de Junho de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

24 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 183 268	2 616	(68 279)	-	1 117 605
Estrangeiros	128 071	3 411	(17 647)		113 835
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	222 998	1 292	(9 582)	-	214 708
Estrangeiros	385 393	1 646	(36 922)	(2 049)	348 068
Papel comercial	298 335	-	-	(998)	297 337
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	12 763	14	(129)	(6 411)	6 237
Estrangeiros	8 403	247	(109)	(2 520)	6 021
Unidades de participação	494 132	3 262	(5 104)	(166)	492 124
	2 733 363	12 488	(137 772)	(12 144)	2 595 935

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2011				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 392 089	1 935	(243 498)	-	1 150 526
Estrangeiros	147 206	2 164	(2 848)	(19 309)	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	279 251	756	(22 366)	-	257 641
Estrangeiros	486 842	896	(55 681)	(2 049)	430 008
Papel comercial	261 996	-	-	(998)	260 998
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	12 700	70	(74)	(6 195)	6 501
Estrangeiros	8 047	313	(381)	(1 416)	6 563
Unidades de participação	335 903	830	(1 667)	(148)	334 918
	2 924 034	6 964	(326 515)	(30 115)	2 574 368

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 d) a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 44. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 z).

A rubrica Títulos de rendimento variável – Unidades de Participação inclui o montante de Euros 217.826.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 221.463.000) referente a 24.913.185 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	30 115	19 172
Dotação do período	17 825	7 703
Reversão do período	(8 829)	(946)
Utilização de imparidade	(16 170)	(9 295)
Regularização	(10 797)	-
Transferências	-	1 265
Saldo em 30 de Junho	12 144	17 899

Conforme descrito na nota 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativa e ascende a Euros 125.284.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 319.551.000) e a imparidade ascende a Euros 12.144.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 30.115.000).

O Grupo reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Grupo tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes factores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder aos mercados o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Cotados Euros '000	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Cotados Euros '000**	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 117 605	-	1 117 605	1 150 526	-	1 150 526
Estrangeiros	113 835	-	113 835	127 213	-	127 213
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	188 543	26 165	214 708	257 641	-	257 641
Estrangeiros	342 068	6 000	348 068	430 008	-	430 008
Papel comercial	-	297 337	297 337	-	260 998	260 998
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	990	5 247	6 237	1 087	5 414	6 501
Estrangeiros	5 657	364	6 021	6 245	318	6 563
Unidades de participação	491 810	314	492 124	334 918	-	334 918
	2 260 508	335 427	2 595 935	2 307 638	266 730	2 574 368

25 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Activo		
Swaps de taxas de juro	1 370	1 311
Passivo		
Swaps de taxas de juro	18 595	13 041

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	41	343
Responsabilidades representadas por títulos	-	15
Recursos de clientes	-	371
	41	729

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades, em 30 de Junho de 2012, é a seguinte:

	Jun 2012							
	Nocionais porprazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	23 000	492 000	515 000	-	(153)	(17 072)	(17 225)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Dez 2011							
	Nocionais porprazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	-	515 000	515 000	-	-	(11 730)	(11 730)

26 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 313	37 419
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	15 573	39 575
	21 886	76 994

O Grupo avaliou, com referência a 30 de Junho de 2012, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2012, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço Euros '000
OT - Setembro_98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Outubro_05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 164
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 093
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 053
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 027
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 995
BT AOTNBT423D10	Julho, 2011	Julho, 2012	Taxa fixa de 7,350%	4 404
OT Cabo Verde - Março_10/01-03-2013	Março, 2010	Março, 2013	Taxa fixa de 5,740%	51
				21 886

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na nota 1 d).

Durante o primeiro semestre de 2012 e durante o exercício de 2011, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

27 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	17 906	18 320
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	17 080	17 745
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	15 920	12 274
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	5 401	4 790
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 462	3 686
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	978	1 041
	60 747	57 856

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, relativamente a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
30 de Junho de 2012						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	534 150	467 566	66 584	107 394	(5 129)	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	491 238	450 769	40 469	24 582	2 539	9 530
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	46 474	29 164	17 310	3 286	(876)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	3 940	1 506	2 434	-	(114)	1 000
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	277 677	233 583	44 094	20 679	(1 598)	21 018
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	170 005	144 649	25 356	113 624	1 647	4 300
31 de Dezembro de 2011						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	555 295	486 117	69 178	252 503	(2 438)	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	493 069	461 871	31 198	47 459	5 372	9 530
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	47 709	29 277	18 432	7 991	(895)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	4 891	1 430	3 461	121	77	1 000
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	290 622	240 066	50 556	68 073	(5 687)	21 018
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	143 743	123 821	19 922	304 595	4 025	4 300

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	Jun 2012 %	Dez 2011 %	Jun 2012 Euros'000	Dez 2011 Euros'000	Jun 2012 Euros'000	Dez 2011 Euros'000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25,65%	25,65%	17 080	17 745	(1 315)	(626)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	15 920	12 274	999	2 114
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3 462	3 686	(175)	(179)
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	29,41%	29,41%	978	1 041	(33)	23
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	20%	20%	17 906	18 320	(320)	(1 138)
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	20%	20%	5 401	4 790	329	805

O movimento verificado na rubrica de investimentos em associadas é analisado como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo inicial	57 856	37 060
Aquisições	-	24 461
Alienações	-	-
Resultado de associadas	(515)	999
Reserva de justo valor de associadas	4 271	(3 594)
Dividendos recebidos	(865)	(1 070)
Saldo final	60 747	57 856

28 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	265 576	168 102
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(35 469)	(31 091)
	230 107	137 011

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Em Novembro e Dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte dos imóveis referidos anteriormente ao fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII). Considerando a natureza da transacção os activos foram desreconhecidos. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 148.557.000, liquido de imparidade, originando uma mais-valia de Euros 22.741.000 e uma reversão de imparidade constituída de Euros 39.498.000, a 31 de Dezembro de 2011.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a dois anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 29.009.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 22.591.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de Janeiro	31 091	38 872
Dotação do período	18 504	7 927
Reversão do período	(12 577)	-
Transferências	(1 549)	-
Saldo em 30 de Junho	35 469	46 799

29 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento regista os imóveis detidos pelo Fundo Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e Fundo Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Fechado para Arrendamento Habitacional, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b). Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q).

30 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custos:		
Imóveis:		
De serviço próprio	36 799	36 699
Obras em imóveis arrendados	70 146	67 688
Equipamento:		
Mobiliário e material	20 812	20 921
Máquinas e ferramentas	3 314	3 364
Equipamento informático	88 978	85 661
Instalações interiores	24 990	23 382
Equipamento de Transporte	5 109	5 126
Equipamento de segurança	9 867	9 846
Outro equipamento	5	5
Património artístico	2 831	2 755
Activos em locação operacional	9 679	9 561
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	2 429	2 406
Imobilizações em curso	3 039	5 858
	278 036	273 310
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(9 102)	(18 440)
Relativas a período anteriores	(163 138)	(146 213)
	(172 240)	(164 653)
	105 796	108 657

31 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custo:		
Software	58 380	68 961
Diferenças de consolidação e de reavaliação ("*goodwill*")	53 024	53 024
Outros activos intangíveis	11 380	13 286
Activos intangíveis em curso	110	707
	122 894	135 978
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(6 219)	(9 830)
Relativas a períodos anteriores	(28 828)	(35 943)
Imparidade para activos intangíveis	(26 512)	-
	(61 559)	(45 773)
	61 335	90 205

Em 2012, a CEMG procedeu ao reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*, com o valor de balanço de Euros 6.695.000, conforme descrito na nota 9.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam indicadores de que o activo está com imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do "*goodwill*" deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efectua, avaliações em relação às suas participações financeiras para as quais existe "*goodwill*" considerando os seguintes factores:

(i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados por cada entidade;

(ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;

(iii) o valor temporal do dinheiro;

(iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo; e

(v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

As avaliações efectuadas têm por base pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração sobre as condições económicas que afectarão cada entidade, os orçamentos e as projecções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração para aquelas entidades e a sua extrapolação para períodos futuros. Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

Nesta base, e considerando a manutenção das condições adversas do mercado nacional e internacional o Conselho de Administração decidiu iniciar uma revisão aprofundada dos pressupostos que suportavam o *Business Plan* do ex-Grupo Finibanco. A referida revisão está ainda em curso e deverá incorporar não apenas os impactos resultantes das actuais condições económicas em Portugal, como também do eventual impacto da situação actual na Zona Euro.

Não obstante a reavaliação do *Business Plan*, que será concluída durante o 2º semestre de 2012, o Conselho de Administração concluiu pela necessidade de fazer reflectir nas demonstrações financeiras consolidadas deste 1º semestre de 2012, uma perspectiva prudente face aos resultados esperados da referida reavaliação. Face ao exposto foi registada, com referência a 30 de Junho de 2012, uma imparidade do valor total do "*goodwill*" associado à participação do ex-Grupo Finibanco, no montante de Euros 26.512.000.

32 Impostos

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a nota 1 x), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Instrumentos financeiros	6 319	18 630	-	(1)	6 319	18 629
Outros activos tangíveis	165	961	(702)	-	(537)	961
Provisões	28 690	36 089	(367)	13	28 323	36 102
Benefícios de empregados	9 484	8 460	(76)	(48)	9 408	8 412
Imparidade de imóveis	1 323	-	-		1 323	-
Prejuízos fiscais reportáveis	21 866	16 553	-	-	21 866	16 553
Imposto diferido activo/(passivo)	**67 847**	**80 693**	**(1 145)**	**(36)**	**66 702**	**80 657**

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Em 30 de Junho de 2012, os movimentos relativos a activos por impostos diferidos foram reconhecidos, por contrapartida de resultados Euros 1.196.000 negativos e reservas Euros 12.759.000 negativos.

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral inclui os desvios actuariais reconhecidos também nesta rubrica, conforme descrito na Nota 49 – Benefícios a coloboradores.

O reconhecimento dos impostos diferidos líquidos, para além do facto da CEMG ter passado a estar sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), conforme descrito na política 1x), inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente: (i) o impacto do reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, e que de acordo com a legislação aplicável serão utilizáveis em períodos posteriores; (ii) o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido; e (iii) os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 30 de Junho de 2012, existiam diferenças temporárias não reconhecidas que se traduziriam num imposto diferido no activo no montante de Euros 212.971.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 236.883.000), que não foi reconhecido. Durante o segundo semestre de 2012 o Conselho de Administração, vai analisar a informação adicional recebida das Autoridades Fiscais competentes sobre os esclarecimentos solicitados pelo Banco, bem como concluir a análise de recuperabilidade futura sobre as diferenças temporárias não reconhecidas, e em função da avaliação destes aspectos concluir sobre o eventual registo dos impostos diferidos ainda não reconhecidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes, sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

33 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Bonificações a receber do Estado Português	10 456	9 724
Outros devedores	138 520	185 852
Outros proveitos a receber	12 906	11 903
Despesas com custo diferido	13 078	8 000
Contas diversas	335 608	290 528
	510 568	506 007
Imparidade para outros activos	(37)	(1 037)
	510 531	504 970

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 10.456.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 9.724.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à

habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não líquidas	2 166	2 111
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 789	3 157
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 501	4 456
	10 456	9 724

A rubrica Outros devedores, inclui em 30 de Junho de 2012, o montante de Euros 61.805.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 61.597.000) relativo a valores diversos cobrados relativos a processos de crédito "arrematados" a aguardar liquidação. Adicionalmente, esta rubrica inclui o montante de Euros 24.091.000 relativo a valores a receber da sociedade "Hefesto Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.", pela venda de créditos a clientes vencidos efectuada em 30 de Junho de 2012. De referir que esta operação não gerou resultados para o Grupo, já que foi efectuada pelo valor de balanço dos créditos.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2012, o montante de Euros 84.023.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 78.209.000) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme a política contabilística 1 d), a aguardar liquidação. Esta rubrica inclui ainda o montante de Euros 45.144.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 20.989.000) relacionado com as responsabilidades a benefícios pós-emprego financiadas em excesso pelo Fundo. Adicionalmente, esta rubrica regista o montante de Euros 140.165.000 (31 de Dezembro de 2011: 163.512.000) relacionado com a valores a receber de créditos titularizados e desreconhecidos, conforme nota 1 b) e 51.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para outros activos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 037	3 473
Reversão do período	(1 000)	-
Utilização	-	(3 473)
Transferências	-	37
Saldo em 30 de Junho	37	37

34 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica regista o montante de Euros 1.968.212.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.003.300.000) referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colaterizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

35 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Não remunerados Euros '000	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Não remunerados Euros '000**	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**
Recursos de instituições de crédito no país	5 029	25 830	30 859	12 804	83 586	96 390
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	51 198	534 080	585 278	37 954	609 453	647 407
	56 227	559 910	616 137	50 758	693 039	743 797

36 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Não remunerados Euros '000	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Não remunerados Euros '000**	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**
Depósitos à ordem	132 452	2 052 509	2 184 961	101 500	2 512 744	2 614 244
Depósitos a prazo (*)	-	11 407 102	11 407 102	-	10 815 437	10 815 437
Depósitos de poupança (*)	-	202 518	202 518	-	248 293	248 293
Outros recursos	4 068	3 698	7 766	8 039	-	8 039
Correcções de valor por operações de cobertura	17 133	-	17 133	15 906	-	15 906
	153 653	13 665 827	13 819 480	125 445	13 576 474	13 701 919

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na nota 1 d).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui Euros 785.775.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 794.197.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

37 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Euro Medium Term Notes	687 532	1 314 250
Obrigações de Caixa	577 244	452 505
Obrigações Hipotecárias	673 808	706 357
	1 938 584	2 473 112

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 48.

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui o montante de Euros 967.586.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.100.266.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o primeiro semestre de 2012, a CEMG procedeu à emissão de Euros 161.442.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 263.011.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 644.747.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.390.073.000).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 2.155 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2012 são apresentadas como segue:

Designação	**Valor Nominal Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Data de emissão**	**Data de reembolso**	**Periodicidade do pagamento dos juros**	**Taxa de juro**	**Rating (Moody´s/Fitch/Dbrs)**
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	2,17%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	655 000	655 000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	500 000	500 000	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	4,08%	Baa3/BBB-
	2 155 000	2 155 000					

As Obrigações Hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões é superior em 30 de Junho de 2012, a Euros 2.974.585.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.977.917.000) de acordo com a nota 21.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	1 314 250	-	(558 568)	(81 669)	13 519	687 532
Obrigações de Caixa	452 505	161 442	(32 879)	-	(3 824)	577 244
Obrigações Hipotecárias	706 357	-	(53 300)	15 600	5 151	673 808
	2 473 112	161 442	(644 747)	(66 069)	14 846	1 938 584

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a nota 1 d), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de Reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2016-11ªSER	Jan.2012	Dez.2016	Taxa Fixa Sementral de 5,56% (3º e 4º Semestre a Taxa 5,88%, 5º e 6º Semestre a Taxa 4,5%, 7º e 8º Semestre a Taxa 6,68% e 9º e10º semestre a Taxa 5,75%)	2 500
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2016-12ªSER	Jan.2012	Dez.2016	Taxa Fixa Sementral de 5,2140% (3º e 4º Semestre a Taxa 6,0265%, 5º e 6º Semestre a Taxa 6,8390%, 7º e 8º Taxa 7,6515% e 9º e10º semestre a Taxa 11,7140%)	4 000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-1ªSER	Jan.2012	Fev.2017	Taxa Fixa Semestal de 5,21% (2º semestre a Taxa 5,21%, 3º e 4º semestre a Taxa 6,035%, 5º e 6º semestre a Taxa 6,8610%, 7º e 8º semestre a Taxa a 7,6860% e 9º e 10º semestre a Taxa 10,162%)	5 650
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-2ªSER	Fev.2012	Mar.2017	Taxa Fixa Anual de 4,8333% (2º ano a Taxa 5,6667%, 3º ano a Taxa 6,50%, 4º ano a Taxa 7,3333% e 5º ano a Taxa 9,8333)	9 750
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-3ªSER	Mar.2012	Mar.2017	Taxa Fixa Anual de 4,6247% (2º ano a Taxa 4,9539%, 3º ano a Taxa 5,2830%, 4º ano a Taxa 5,6122% e 5º ano a Taxa 6,5997)	30 000
OBRIGS CX-CRPC-2012/20-1ªSER	Mar.2012	Mar.2020	Taxa Fixa Anual de 5,25% (2ºano a Taxa 5,25%, 3º e 4º ano a Taxa de 6%, 5º ano a Taxa 6,75% e 6º,7º e 8º ano a Taxa Max(6,25% ; Min(IPC+2% ; 9,15%))	4 400
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-4ªSER	Abr.2012	Mai.2017	Taxa Fixa Anual de 4,75% (2º ano a Taxa 4,80%, 3º ano a Taxa 5,10%, 4º ano a Taxa 5,40% e 5º ano a Taxa 6,35%)	68 000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-5ªSER	Mai.2012	Jun.2017	Taxa Fixa Anual de 6,3897% (2º ano a Taxa 6,8874%, 3º ano a Taxa 8,8782%, 4º ano a Taxa 9,6247% e 5º ano a Taxa 13,6063%)	8 700
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/20-2ªSER	Mai.2012	Jun.2020	Taxa Fixa Anual de 7,05% (2º e 3º ano a Taxa de 8,2583%, 4º ano a Taxa 9,7083%, 5º ano a Taxa 10,7250%, 6º ano a Taxa 7,4750%, 7º ano a Taxa 8,30% e 8º ano a Taxa 11,1583%)	600
OBRIGS CX-MG Partic Junho-Junho 2012/14	Jun.2012	Jun.2014	Taxa Fixa Anual de 4,50% (2º ano a Taxa 5,0%)	923
OBRIGS CX-MG TAXA FIXA JUNHO 2012/2014	Jun.2012	Jun.2014	Taxa Semestral de 4,50% (2º semestre a Taxa 4,50% e 3º e 4º semestre a Taxa 5,00%)	21 919
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/2017-6ªSER	Jun.2012	Jun.2017	Taxa Fixa Anual de 6,52% (2º ano a Taxa 7,27%, 3º ano a Taxa 8,02%, 4º ano a Taxa 9,27% e 5º ano a Taxa 12,77%)	5 000
				161 442

Em 30 de Junho de 2012, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 7,05%.

38 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	4 519	7 985

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos		
Saldo em 1 de Janeiro	7 985	1 311
Dotação do período	1 507	894
Reversão do período	(5 034)	(375)
Utilização de provisões	-	(203)
Transferências	61	2 683
Saldo em 30 de Junho	4 519	4 310

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Reversão do período inclui o montante de Euros 3.800.000 referente à reversão de provisões relacionadas com o processo de venda da subsidiária Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. à Mapfre – Seguros Gerais, S.A..

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

39 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica regista o montante de Euros 464.630.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 477.843.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2012 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 131
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 189
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 031
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 653
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (v)	9 964
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2005	Mai.2013	410	Intervalo (1,90%;4,50%) (iii)	413
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iv)	236
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	4 769
FNB Grandes empresas 07/16_	Jun.2007	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	21 039
FNB Indices estratégicos07/17 1ª	Mai.2007	Jun.2015	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	13 399
FNB Indices estratégicos07/17 2ª/3ª	Jun.2007	Jun.2015	39 000	Euribor 6 meses+0,5% (ii)	33 747
Obrig. Caixa Sub. Finicrédito	Nov.2007	Nov.2017	17 346	Taxa base+0,9%(barrier level)	17 346
					481 917
				Correcções do valor do passivo	(17 287)
					464 630

Referências:

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% + m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respectivo.

Nota:

Intervalo é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 48.

Em 30 de Junho de 2012, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 1% e 5%.

40 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	11 732	13 880
Outros credores	73 689	95 213
Sector Público administrativo	19 482	18 032
Férias e subsídio de férias a pagar	31 079	38 672
Outros custos a pagar	2 598	269
Receitas antecipadas	880	759
Operações sobre títulos a liquidar	58 700	752
Contas diversas	112 699	115 100
	310 859	282 677

A rubrica Contas diversas regista saldos de operações bancárias e financeiras a aguardar liquidação.

41 Capital

Em 29 de Março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345.000.000, por entrada de numerário. Em 28 de Dezembro, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se a novo aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1.245.000.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.245.000.000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

42 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15.000.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar os capitais próprios da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

– Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou

– Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

43 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 44.

44 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Outro Rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(125 284)	(319 551)
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	185 934	179 301
Reserva especial	68 160	66 519
Outras reservas	16 466	7 840
Resultados transitados	30 286	8 969
	300 846	262 629

Conforme referido nas notas 1, 49 e 58, a rubrica Resultados transitados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o efeito da correcção de Euros 86.316.000 resultante da decisão do Conselho de Administração de alterar a política contabilística relativamente ao reconhecimento dos desvios actuariais.

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a nota 1 d).

A movimentação durante o primeiro semestre de 2012 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no período Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(241 563)	155 231	(5 414)	26 084	-	(65 662)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(684)	(17 628)	(15 550)	317	19 309	(14 236)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(21 610)	12 308	81	931	-	(8 290)
Estrangeiros	(54 785)	10 503	(926)	9 932	-	(35 276)
	(318 642)	160 414	(21 809)	37 264	19 309	(123 464)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	(4)	108	(3)	-	(216)	(115)
Estrangeiros	(68)	1 296	(9)	23	(1 104)	138
Unidades de participação	(837)	(2 271)	1 170	113	(18)	(1 843)
	(909)	(867)	1 158	136	(1 338)	(1 820)
	(319 551)	159 547	(20 651)	37 400	17 971	(125 284)

A movimentação durante o ano de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28 302)	(157 628)	(55 976)	343	-	(241 563)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4 103)	21 674	558	496	(19 309)	(684)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 855)	(12 699)	(116)	472	3 588	(21 610)
Estrangeiros	(40 529)	(33 819)	(3 367)	3 131	19 799	(54 785)
	(85 789)	(182 472)	(58 901)	4 442	4 078	(318 642)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	159	5 818	(48)	(17)	(5 916)	(4)
Estrangeiros	(46)	440	(11)	18	(469)	(68)
Unidades de participação	(30)	(416)	(236)	(64)	(91)	(837)
	83	5 842	(295)	(63)	(6 476)	(909)
	(85 706)	(176 630)	(59 196)	4 379	(2 398)	(319 551)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 733 363	2 924 034
Imparidade acumulada reconhecida	(12 144)	(30 115)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	2 721 219	2 893 919
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 595 935	2 574 368
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(125 284)	(319 551)

45 Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração dos Resultados	
	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Finibanco Angola, S.A.	12 459	11 381	1 128	970

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Saldo inicial	11 381	-
Conversão em moeda estrangeira	(50)	1 463
Dividendos	-	(2 044)
Outros	-	8 781
	11 331	8 200
Diferenças de consolidação e de reavaliação ("Goodwill")	-	912
Lucro atribuível a interesses que não controlam	1 128	2 269
Saldo final	12 459	11 381

46 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Garantias e avales prestados	511 051	504 835
Garantias e avales recebidos	31 925 499	32 544 520
Compromissos perante terceiros	1 460 757	1 565 408
Compromissos assumidos por terceiros	43 537	44 545
Activos cedidos em operações de titularização	678 390	264 299
Valores recebidos em depósitos	5 456 327	5 367 132
	40 075 561	40 290 739

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	499 520	501 475
Créditos documentários abertos	6 663	3 360
Fianças e indemnizações	4 868	-
	511 051	504 835

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	181 195	218 033
Subscrição de títulos	330 950	330 950
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos Investidores	2 316	2 316
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	920 982	988 795
	1 460 757	1 565 408

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

47 Distribuição de resultados

Em 29 de Março de 2012, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 16.584.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 23.085.000).

48 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

2 Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das

cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa

de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,11% em Junho de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 6,26%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 3,01% em Junho de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 4,1%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2012, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,215%	0,305%	0,550%
7 dias	0,270%	0,180%	0,550%
1 mês	0,330%	0,210%	0,650%
2 meses	0,430%	0,280%	0,750%
3 meses	0,610%	0,380%	0,900%
6 meses	0,880%	0,550%	1,250%
9 meses	1,030%	1,210%	1,350%
1 ano	1,170%	0,860%	1,450%
2 anos	0,856%	0,550%	0,973%
3 anos	0,959%	0,628%	0,998%
5 anos	1,318%	0,963%	1,256%
7 anos	1,645%	1,345%	1,609%
10 anos	1,979%	1,747%	2,098%
15 anos	2,283%	2,194%	2,098%
20 anos	2,303%	2,365%	2,098%
30 anos	2,281%	2,501%	2,098%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**Jun 2012**	**Dez 2011**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2590	1,2939	10,05	10,50	11,05	11,55	12,00
EUR/GBP	0,8068	0,8353	7,55	8,00	8,60	9,05	9,40
EUR/CHF	1,2030	1,2156	2,95	4,65	6,10	7,00	7,45
EUR/JPY	100,13	100,20	12,95	13,40	14,15	14,70	15,25

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo, a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, é apresentado como segue:

	Jun 2012								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até à maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos Financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	271 353	-	-	-	271 353	271 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	236 596	-	-	-	236 596	236 596
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	332 390	-	-	-	332 390	332 390
Crédito a clientes	-	-	-	16 260 934	-	-	-	16 260 934	14 949 529
Activos financeiros detidos para negociação	159 060	-	-	-	-	-	-	159 060	159 060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 667	-	-	-	-	-	3 667	3 667
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	2 595 935	-	-	2 595 935	2 595 935
Derivados de cobertura	1 370	-	-	-	-	-	-	1 370	1 370
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	21 886	-	-	-	-	21 886	21 962
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	60 747	60 747	60 747
	160 430	3 667	21 886	17 101 273	2 595 935	-	60 747	19 943 938	18 632 609
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	1 968 212	1 968 212	1 968 212
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	616 137	616 137	616 137
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-	13 819 480	13 819 480	13 838 675
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	1 938 584	1 938 584	1 938 675
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	303 330	303 330	303 330
Passivos financeiros detidos para negociação	68 319	-	-	-	-	-	-	68 319	68 319
Derivados de cobertura	18 595	-	-	-	-	-	-	18 595	18 595
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	464 630	464 630	464 630
	86 914	-	-	-	-	-	19 110 373	19 197 287	19 216 573

	Dez 2011								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até à maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos Financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	461 483	-	-	-	461 483	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	223 834	-	-	-	223 834	223 834
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	284 232	-	-	-	284 232	284 232
Crédito a clientes	-	-	-	16 706 626	-	-	-	16 706 626	15 295 141
Activos financeiros detidos para negociação	180 766	-	-	-	-	-	-	180 766	180 766
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 606	-	-	-	-	-	3 606	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	2 574 368	-	-	2 574 368	2 574 368
Derivados de cobertura	1 311	-	-	-	-	-	-	1 311	
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	76 994	-	-	-	-	76 994	74 488
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	57 856	57 856	57 856
	182 077	3 606	76 994	17 676 175	2 574 368	-	57 856	20 571 076	19 155 774
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	2 003 300	-	2 003 300	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	743 797	-	743 797	743 797
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	13 701 919	-	13 701 919	13 720 350
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	2 473 112	-	2 473 112	2 473 113
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	453.061	-	453 061	453 061
Passivos financeiros detidos para negociação	79 121	-	-	-	-	-	-	79 121	79 121
Derivados de cobertura	13 041	-	-	-	-	-	-	13 041	13 041
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	477 843	-	477 843	477 843
	92 162	-	-	-	-	19 853 032	-	19 945 194	19 963 626

49 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT"). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o "Fundo de Pensões" o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

No âmbito da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011 ("Decreto"), que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos actuais reformados e pensionistas.

Este Decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões. O referido Decreto estabelece igualmente os termos e condições em que foi efectuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos actuariais diferentes dos utilizados pela CEMG, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%). Os referidos pressupostos foram determinados numa perspectiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*), uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades reflectidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projectados e o valor do Fundo de Pensões, em 30 de Junho de 2012, são apresentados líquidos do montante transferido e a transferir. Em 30 de Junho de 2012 foi efectuada a última liquidação financeira da operação, no montante de Euros 1.377.000 (ver nota 11).

Paralelamente e considerando que a IAS 19 - Benefícios dos empregados permite o reconhecimento directo em capitais próprios dos desvios actuariais, em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, a CEMG optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística foi aplicada retrospectivamente com referência a 1 de Janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em Capitais Próprios - Outro rendimento integral.

De acordo com a nota 1 v), a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

Durante o primeiro semestre de 2012, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 6.695.000 (30 de Junho de 2011: Euros 11.452.000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2012				Jun 2011			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	4 369	250	400	5 019	5 606	394	484	6 484
Custo dos juros	10 644	226	867	11 737	17 226	276	968	18 470
Rendimento esperado dos activos	(11 170)	(244)	(902)	(12 316)	(16 175)	(259)	(909)	(17 343)
Amortização dos ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-	1 219	-	-	1 219
Reformas antecipadas	878	-	-	878	2 622	-	-	2 622
Custos resultantes da transferência para o RGSS	1 377	-	-	1 377	-	-	-	-
Custo do exercício	6 098	232	365	6 695	10 498	411	543	11 452

A rubrica Custos resultantes da transferência para o RGSS de 30 de Junho de 2012, corresponde ao impacto resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social.

A CEMG utilizou os seguintes pressupostos actuariais utilizados para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	Jun 2012	**Dez 2011**
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	1,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões foi determinada de forma consistente com as condições actuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos activos que integram o Fundo de Pensões.

50 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2012, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

	Jun 2012		
Empresas	**Recursos de clientes Euros '000**	**Outros passivos subordinados Euros '000**	**Crédito a clientes Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	6 780	13 000	7 956
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	18 106	3 250	-
Nova Câmbios, S.A.	-	-	401
Silvip, S.A.	2 025	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 385	-	1
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	1 127	-	-
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	125
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	153	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	138	-	2 564
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	19 119
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	-	1 612
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	323	-	13
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	399 416	-	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	-	2 450
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	2 387	-	-
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	588	-	7 000
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	764	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	24	-	1 458
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	568	-	4 745
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	207 606	-	-
Conselho de Administração	1 527	-	141
Montepio Geral - Associação Mutualista	551 030	438 151	-
Fundação Montepio Geral	1 281	-	-
N Seguros, S.A.	4 824	-	-
Fundo Montepio Arrendamento - Fundo de Inv. Fechado para A. H.	15 985	-	-
CA Imobiliário - Fundo Especial Investimento Imob. Aberto	7 281	-	-
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1	-	-
	1 225 324	454 401	47 585

À data de 31 de Dezembro de 2011, os créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

	Dez 2011		
Empresas	**Recursos de clientes Euros '000**	**Outros passivos subordinados Euros '000**	**Crédito a clientes Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	30 112	13 350	10 078
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 896	3 250	1
Nova Câmbios, S.A.	231	-	530
Silvip, S.A.	1 927	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 532	-	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	1 096	-	-
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	3	-	120
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	2 749	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	141	-	2 463
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	308	-	23 119
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	-	1 570
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	109	-	13
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	29 526	-	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	-	2 402
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	284	-	-
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	300	-	-
Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	699	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	-	1 379
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	8 235	-	5 287
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	224 224	-	-
Conselho de Administração	1 578	-	302
Montepio Geral - Associação Mutualista	464 900	-	-
Fundação Montepio Geral	839	-	-
N Seguros, S.A.	7 226	-	-
Fundo Montepio Arrendamento - Fundo de Inv. Fechado para A. H.	16 543	-	-
CA Imobiliário - Fundo Especial Investimento Imobiliário Aberto	10 532	-	-
	824 995	16 600	47 264

À data de 30 de Junho de 2012, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresas	Jun 2012		
	Juros e encargos similares Euros '000	**Juros e rendimentos similares Euros '000**	**Comissões e proveitos Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	116	151	21
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	185	1	10
Nova Câmbios, S.A.	-	5	1
Silvip, S.A.	13	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	24	-	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	6	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	17	8
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	869	-	-
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unip. S.A.	120	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	10	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	176	8
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	-	1
Finimóveis Soc. Imob. Serviços Auxiliares, S.A.	-	69	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	12	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	62	41
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 860	12	22
Conselho de Administração	9	1	-
Montepio Geral - Associação Mutualista	2 987	37	15
Montepio Recuperação Crédito - ACE	-	39	-
N Seguros, S.A.	263	15	-
CA Imobiliário - Fundo Investimento Imob. Aberto	-	-	1
Fundo Polaris - Fundo Investimento Imob. Fechado	286	-	-
	6 738	695	128

À data de 30 de Junho de 2011, os proveitos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresas	Jun 2011		
	Juros e encargos similares Euros '000	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	125	1 728	1 853
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	4	1 858	1 862
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	13 618	13 618
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	-	865	865
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	1 421	1 421
	129	19 490	19 619

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2012 e durante o ano de 2011, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

51 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2012, existem dez operações de titularização, das quais sete foram originadas na CEMG, duas no Finibanco, S.A. e uma na Finicrédito –Instituição Financeira de Crédito, S.A. , agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A. e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages no. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages no. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de Junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de EUR 250.000.000 (*Aqua* SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233.000.000 (*Aqua Mortgage* n.º 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 30 de Junho de 2009, a Finicrédito vendeu uma carteira de créditos ao consumo, automóvel, aluguer de longa duração e *leasing* à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 207.000.000 (*Aqua Finance* n.º 3). O prazo total da operação é de 14 anos, com *revolving period* de 3 anos.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican* SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.167.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 6*. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.107.000.000. A venda foi efectuada ao par.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1 PLC*, *Pelican Mortgages No. 2 PLC* e *Aqua SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3*, *Pelican Mortgages No. 4*, *Pelican Mortgages No. 5*, *Pelican Mortgages No. 6*, *Aqua Mortgages No. 1* e *Aqua Finance No. 3*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data passaram a ser analisadas no âmbito

das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2012, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Aqua SME *No. 1*	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Aqua Finance No. 3	Junho de 2009	Euros	Crédito ao consumo, crédito automóvel, ALD e *Leasing*	207 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
Pelican Mortgages No. 6	Março de 2012	Euros	Crédito à habitação	1 107 000
				7 064 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Pelican Mortgages No.1	86 309	91 754
Pelican Mortgages No.2	164 886	172 544
	251 195	264 298

52 Reporte por segmentos

No exercício de 2011, a CEMG adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada da CEMG é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não

vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, a CEMG realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com uma rede de 469 balcões em Portugal e com uma sucursal em Cabo Verde, um banco em Angola com 9 balcões e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio a CEMG considera os seguintes Segmentos Operacionais:

(1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

(2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo e

(3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas da CEMG que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas da CEMG cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos a CEMG, embora concentrando a sua actividade em Portugal, possui alguma actividade internacional desenvolvida por: (i) Finibanco Angola SA e (ii) Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas da CEMG:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pela CEMG, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade da CEMG com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global da CEMG, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais à CEMG, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões da CEMG, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

A CEMG utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (Banco MG Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas da CEMG dedicadas ao segmento

A actividade da CEMG abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

(i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior a CEMG, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;

(ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;

(iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;

(iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;

(v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);

(vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas da CEMG são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada da CEMG exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. Na CEMG, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões da CEMG correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, a CEMG considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são: (i) o Finibanco Angola, S.A. e (ii) o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

A CEMG, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras.

Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2012, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e rendibilidade	**Banca de retalho Euros '000**	**Banca de empresas Euros '000**	**Operações entre Segmentos Euros '000**	**Total Euros '000**
Juros e rendimentos similares	483 906	123 953	35 258	643 117
Juros e encargos similares	368 706	84 996	36 082	489 784
Margem financeira	115 200	38 957	(824)	153 333
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	514	514
Rendimentos de serviços e comissões	48 273	7 574	4 748	60 595
Encargos com serviços e comissões	(10 024)	(1 923)	(145)	(12 092)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(14 803)	(14 803)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	47 121	47 121
Resultados de reavaliação cambial	-	-	5 914	5 914
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(18 594)	(18 594)
Outros resultados de exploração	15 481	11 256	7 970	34 707
Total de proveitos operacionais	168 930	55 864	31 901	256 695
Custos com o pessoal	61 459	14 399	21 835	97 693
Gastos gerais administrativos	34 329	10 914	11 845	57 088
Amortizações do exercício	3 512	584	11 225	15 321
Total de custos operacionais	99 300	25 897	44 905	170 102
Total provisões e imparidade	48 561	19 662	8 318	76 541
Resultado operacional	21 069	10 305	(21 322)	10 052
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(515)	(515)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	21 069	10 305	(21 837)	9 537
Impostos correntes	-	-	2 439	2 439
Impostos diferidos	-	-	1 196	1 196
Interesses que não controlam	-	-	1 128	1 128
Resultado líquido do período atribuível à MG - AM	21 069	10 305	(26 600)	4 774
Activo líquido	9 807 767	5 347 183	5 811 655	20 966 605
Passivo	9 533 002	2 690 220	7 290 588	19 513 810
Investimentos em associadas	-	-	60 747	60 747

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2011, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e rendibilidade	**Banca de retalho Euros '000**	**Banca de empresas Euros '000**	**Operações entre Segmentos Euros '000**	**Total Euros '000**
Juros e rendimentos similares	394 392	91 276	38 484	524 152
Juros e encargos similares	292 178	34 923	38 709	365 810
Margem financeira	102 214	56 353	(225)	158 342
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	561	561
Rendimentos de serviços e comissões	42 078	6 602	4 139	52 819
Encargos com serviços e comissões	(7 539)	(1 446)	(109)	(9 094)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	26 104	26 104
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2 517	2 517
Resultados de reavaliação cambial	-	-	2 742	2 742
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(12 431)	(12 431)
Outros resultados de exploração	5 348	2 796	3 849	11 993
Total de proveitos operacionais	142 101	64 305	27 147	233 553
Custos com o pessoal	56 964	25 122	9 181	91 267
Gastos gerais administrativos	29 371	14 838	4 634	48 843
Amortizações do exercício	2 852	474	9 116	12 442
Total de custos operacionais	89 187	40 434	22 931	152 552
Total provisões e imparidade	47 184	23 184	3 463	73 831
Resultado operacional	5 730	687	753	7 170
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(950)	(950)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	5 730	687	(197)	6 220
Impostos correntes	-	-	3 219	3 219
Impostos diferidos	-	-	(4 256)	(4 256)
Interesses que não controlam	-	-	970	970
Resultado líquido do período atribuível à MG - AM	5 730	687	840	6 287
Activo líquido	10 004 550	5 153 721	6 521 291	21 679 562
Passivo	8 953 114	2 209 542	9 397 423	20 560 079
Investimentos em associadas	-	-	58 453	58 453

A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, Angola e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque nos mercados Português, Angolano e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em: (i) Área Doméstica, englobando a actividade de Portugal e (ii) Área Internacional, englobando a actividade de Angola e Cabo Verde, ou seja, as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola S.A. e pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 30 de Junho de 2012, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e rendibilidade	**Área Doméstica Euros '000**	**Área Internacional Euros '000**	**Ajustamentos Euros '000**	**Consolidado Euros '000**
Juros e rendimentos similares	635 659	16 754	(9 296)	643 117
Juros e encargos similares	486 482	12 598	(9 296)	489 784
Margem financeira	149 177	4 156	-	153 333
Rendimentos de instrumentos de capital	1 134	-	(620)	514
Rendimentos de serviços e comissões	58 018	2 577	-	60 595
Encargos com serviços e comissões	(12 046)	(46)	-	(12 092)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(14 803)	-	-	(14 803)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	47 121	-	-	47 121
Resultados de reavaliação cambial	2 148	3 766	-	5 914
Resultados de alienação de outros activos	(18 594)	-	-	(18 594)
Outros resultados de exploração	34 194	513	-	34 707
Total de proveitos operacionais	246 349	10 966	(620)	256 695
Custos com o pessoal	95 571	2 122	-	97 693
Gastos gerais administrativos	54 588	2 500	-	57 088
Amortizações do exercício	14 903	418	-	15 321
Total de custos operacionais	165 062	5 040	-	170 102
Imparidade do crédito	38 137	1 496	-	39 633
Imparidade de outros activos	40 435	-	-	40 435
Outras provisões	(3 362)	(150)	(15)	(3 527)
Resultado operacional	6 077	4 580	(605)	10 052
Resultados por equivalência patrimonial	(515)	-	-	(515)
Resultado antes de impostos	5 562	4 580	(605)	9 537
Impostos correntes	989	1 450	-	2 439
Impostos diferidos	1 196	-	-	1 196
Resultado consolidado do período	3 377	3 130	(605)	5 902
Resultado líquido do período atribuível ao Montepio Geral - Associação Mutualista	4 774	-	-	4 774
Interesses que não controlam	1 128	-	-	1 128
	5 902	-	-	5 902

Indicadores de balanço	**Área Doméstica Euros '000**	**Área Internacional Euros '000**	**Ajustamentos Euros '000**	**Consolidado Euros '000**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	180 828	90 525	-	271 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	235 696	35 380	(34 480)	236 596
Aplicações em instituições de crédito	334 402	391 444	(393 456)	332 390
Crédito a clientes	16 190 855	70 290	(211)	16 260 934
Activos financeiros detidos para negociação	159 060	-	-	159 060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667	-	-	3 667
Activos financeiros disponíveis para venda	2 595 737	198	-	2 595 935
Derivados de cobertura	1 370	-	-	1 370
Investimentos detidos até à maturidade	17 431	4 455	-	21 886
Investimentos em associadas e outras	67 748	-	(7 001)	60 747
Activos não correntes detidos para venda	227 362	2 745	-	230 107
Propriedades de investimento	44 211	-	-	44 211
Outros activos tangíveis	105 007	789	-	105 796
Activos intangíveis	61 335	-	-	61 335
Activos por impostos correntes	(6 780)	9 620	-	2 840
Activos por impostos diferidos	67 115	732	-	67 847
Outros activos	509 248	2 025	(742)	510 531
Total do Activo	20 794 292	608 203	(435 890)	20 966 605
Recursos de bancos centrais	1 968 212	-	-	1 968 212
Recursos de outras instituições de crédito	1 042 054	2 230	(428 147)	616 137
Recursos de clientes	13 273 232	546 248	-	13 819 480
Responsabilidades representadas por títulos	1 938 584	-	-	1 938 584
Passivos financeiros associados a activos transferidos	303 330	-	-	303 330
Passivos financeiros detidos para negociação	68 319	-	-	68 319
Derivados de cobertura	18 595	-	-	18 595
Provisões	4 432	134	(47)	4 519
Passivos por impostos diferidos	1 145	-	-	1 145
Outros passivos subordinados	464 630	-	-	464 630
Outros passivos	291 316	20 285	(742)	310 859
Total do Passivo	19 373 849	568 897	(428 936)	19 513 810
Capital	1 233 904	18 097	(7 001)	1 245 000
Outros intrumentos de capital	15 000	-	-	15 000
Reservas de justo valor	(125 284)	-	-	(125 284)
Outras reservas e resultados transitados	282 116	18 078	652	300 846
Resultado líquido do período atribuível à MG - AM	2 247	3 132	(605)	4 774
Interesses que não controlam	12 459	-	-	12 459
Total da Situação Líquida	1 420 442	39 307	(6 954)	1 452 795
Total do Passivo e da Situação Líquida	20 794 291	608 204	(435 890)	20 966 605

Em 30 de Junho de 2011, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e rendibilidade	**Área Doméstica Euros '000**	**Área Internacional Euros '000**	**Ajustamentos Euros '000**	**Consolidado Euros '000**
Juros e rendimentos similares	518 313	12 718	(6 879)	524 152
Juros e encargos similares	364 584	8 105	(6 879)	365 810
Margem financeira	153 729	4 613	-	158 342
Rendimentos de instrumentos de capital	1 000	-	(439)	561
Rendimentos de serviços e comissões	50 121	2 681	17	52 819
Encargos com serviços e comissões	(8 918)	(176)	-	(9 094)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	26 104	-	-	26 104
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2 517	-	-	2 517
Resultados de reavaliação cambial	(1 917)	4 659	-	2 742
Resultados de alienação de outros activos	(12 431)	-	-	(12 431)
Outros resultados de exploração	11 617	451	(75)	11 993
Total de proveitos operacionais	221 822	12 228	(497)	233 553
Custos com o pessoal	90 039	1 228	-	91 267
Gastos gerais administrativos	47 137	1 781	(75)	48 843
Amortizações do exercício	12 178	264		12 442
Total de custos operacionais	149 354	3 273	(75)	152 552
Imparidade do crédito	57 581	1 047	-	58 628
Imparidade de outros activos	14 684	-	-	14 684
Outras provisões	285	234	-	519
Resultado operacional	(82)	7 674	(422)	7 170
Resultados por equivalência patrimonial	(950)	-	-	(950)
Resultado antes de impostos	(1 032)	7 674	(422)	6 220
Impostos correntes	652	2 567	-	3 219
Impostos diferidos	(4 256)	-	-	(4 256)
Resultado consolidado do período	(4 636)	10 241	(422)	7 257
Resultado líquido do período atribuível ao Montepio Geral - Associação Mutualista	6 287	-	-	6 287
Interesses que não controlam	970	-	-	970
	7 257	-	-	7 257

Indicadores de balanço	**Área Doméstica Euros '000**	**Área Internacional Euros '000**	**Ajustamentos Euros '000**	**Consolidado Euros '000**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	350 924	49 867	-	400 791
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 844	20 996	(893)	112 947
Aplicações em instituições de crédito	275 310	424 048	(375 328)	324 030
Crédito a clientes	16 306 012	486 509	-	16 792 521
Activos financeiros detidos para negociação	131 624	13 939	-	145 563
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 685	-	-	3 685
Activos financeiros disponíveis para venda	2 980 812	21 774	-	3 002 586
Derivados de cobertura	1 955	-	-	1 955
Investimentos detidos até à maturidade	9	2 529	-	2 538
Investimentos em associadas e outras	383	4 550	-	4 933
Activos por impostos correntes	48 263	51	-	48 314
Activos por impostos diferidos	40 153	25 301	(7 001)	58 453
Activos não correntes detidos para venda	200 634	34 434	-	235 068
Propriedades de investimento	-	19 309	-	19 309
Outros activos tangíveis	130 588	19 876	-	150 464
Activos intangíveis	78 760	1 382	-	80 142
Outros activos	257 709	39 377	(823)	296 263
Total do Activo	20 899 665	1 163 942	(384 045)	21 679 562
Recursos de bancos centrais	2 220 044	-	-	2 220 044
Recursos de outras instituições de crédito	977 295	391 134	(376 221)	992 208
Recursos de clientes	12 120 148	489 714	-	12 609 862
Responsabilidades representadas por títulos	3 381 135	45 053	-	3 426 188
Passivos financeiros associados a activos transferidos	461 187	-	-	461 187
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(15 853)	15 853		-
Passivos financeiros detidos para negociação	73 727	3 317	-	77 044
Derivados de cobertura	1 120	-	-	1 120
Provisões	2 817	1 493	-	4 310
Passivos por impostos diferidos	493 346	-	-	493 346
Outros passivos subordinados	717	367	-	1 084
Outros passivos	252 131	22 378	(823)	273 686
Total do Passivo	19 967 814	969 309	(377 044)	20 560 079
Capital	970 000	182 001	(7 001)	1 145 000
Prémios de emissão	(30 000)	30 000	-	-
Outros intrumentos de capital	15 000	-	-	15 000
Reservas de justo valor	(292 073)	(4 115)	-	(296 188)
Outras reservas e resultados transitados	300 490	(60 190)	422	240 722
Resultado líquido do período atribuível à MG - AM	(31 566)	37 056	(422)	5 068
Interesses que não controlam	-	9 881	-	9 881
Total da Situação Líquida	931 851	194 633	(7 001)	1 119 483
Total do Passivo e da Situação Líquida	20 899 665	1 163 942	(384 045)	21 679 562

53 Gestão de riscos

O Grupo Montepio ("CEMG") está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direcção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (*ICAAP*), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme respectivas instruções e avisos do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspecções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pela CEMG.

A CEMG tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. A CEMG tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – Avalia o risco potencial da CEMG não cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento e incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Risco ("DRI"), que analisa e assegura o controlo dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos ("ALCO").

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do Gabinete de *Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes ENI"s e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236 596	223 834
Aplicações em instituições de crédito	332 390	284 232
Crédito a clientes	16 260 934	16 706 626
Activos financeiros detidos para negociação	159 060	180 776
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	2 091 553	2 226 386
Derivados de cobertura	1 370	1 311
Investimentos detidos até à maturidade	21 886	76 994
Investimentos em associadas e outras	60 747	57 856
Outros activos	510 531	504 970
Garantias e avales prestados	511 051	504 835
Compromissos irrevogáveis	181 195	218 033
Credit default swaps (nocionais)	64 414	81 093
	20 435 394	21 070 552

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, encontra-se apresentada como segue:

	Jun 2012							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	74 256	(4 908)	-	-	332	(91)	-	1 957
Indústrias extractivas	52 047	(2 033)	-	-	-	-	-	1 618
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	145 239	(8 440)	1 074	-	8 169	(230)	-	5 612
Têxteis e vestuário	82 414	(19 571)	-	-	-	-	-	1 894
Curtumes e calçado	24 128	(6 210)	-	-	-	-	-	152
Madeira e cortiça	54 174	(10 553)	-	-	93 048	-	-	1 805
Papel e indústrias gráficas	56 146	(3 756)	-	-	-	-	-	743
Refinação de petróleo	584	(192)	890	-	22 846	(205)	-	-
Produtos químicos e de borracha	107 955	(10 652)	209	-	1 043	-	-	2 760
Produtos minerais não metálicos	51 247	(3 084)	-	-	-	-	-	2 935
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	143 846	(7 460)	-	-	-	-	-	8 718
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	48 883	(2 165)	99	-	531	(207)	-	2 048
Fabricação de material de transporte	20 918	(1 775)	551	-	-	-	-	298
Outras indústrias transformadoras	46 583	(6 105)	235	-	38 606	(5 325)	-	1 851
Electricidade, gás e água	107 042	(1 807)	482	2 641	23 953	(1 442)	-	4 982
Construção e obras públicas	2 316 360	(224 418)	226	-	10 976	(998)	-	225 189
Comércio por grosso e a retalho	1 174 932	(107 633)	4 231	-	16 368	-	-	66 478
Turismo	349 341	(17 186)	-	-	7 160	(90)	-	12 380
Transportes	194 219	(18 783)	-	-	2 340	-	-	11 324
Actividades de informação e comunicação	58 702	(4 162)	977	-	24 550	(352)	-	857
Actividades financeiras	559 478	(18 870)	148 349	1 026	899 579	(2 274)	-	64 280
Actividades imobiliárias	966 045	(62 552)	-	-	9 708	(691)	-	34 411
Serviços prestados às empresas	535 629	(20 248)	-	-	12 098	-	-	14 915
Administração e serviços públicos	144 058	(1 503)	-	-	1 238 841	-	21 886	591
Outras actividades de serviços colectivos	419 496	(14 524)	-	-	-	-	-	8 218
Crédito à habitação	8 529 630	(146 658)	-	-	43 939	-	-	-
Outros	762 410	(39 580)	1 737	-	153 992	(239)	-	35 035
Total	17 025 762	(764 828)	159 060	3 667	2 608 079	(12 144)	21 886	511 051

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	Dez 2011							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	54 402	(4 185)	60	-	442	(91)	-	1 198
Indústrias extractivas	46 470	(1 258)	57	-	-	-	-	1 434
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	136 864	(5 866)	901	-	13 899	(187)	-	3 182
Têxteis e vestuário	65 649	(5 510)	-	-	-	-	-	805
Curtumes e calçado	20 257	(1 552)	-	-	-	-	-	125
Madeira e cortiça	52 644	(2 161)	-	-	82 829	-	-	1 406
Papel e indústrias gráficas	52 637	(3 422)	-	-	-	-	-	748
Refinação de petróleo	441	(16)	537	-	34 798	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	90 487	(6 036)	155	-	1 042	-	-	2 661
Produtos minerais não metálicos	50 656	(2 562)	-	-	-	-	-	2 916
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	138 508	(11 352)	-	-	-	-	-	9 037
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	44 705	(2 481)	36	-	540	(121)	-	1 875
Fabricação de material de transporte	19 447	(1 189)	42	-	-	-	-	298
Outras indústrias transformadoras	40 348	(3 408)	32	-	79 056	(5 158)	-	1 906
Electricidade, gás e água	104 285	(3 245)	752	2 677	23 238	(976)	-	4 620
Construção e obras públicas	2 368 694	(240 536)	153	-	10 968	(998)	-	237 365
Comércio por grosso e a retalho	1 046 368	(62 584)	294	-	14 146	-	-	62 648
Turismo	319 492	(12 679)	-	-	7 427	(90)	-	13 878
Transportes	167 131	(8 847)	154	-	2 322	-	-	8 689
Actividades de informação e comunicação	50 325	(2 552)	356	-	28 011	-	-	1 287
Actividades financeiras	742 207	(16 441)	176 046	929	829 639	(2 254)	-	47 024
Actividades imobiliárias	985 357	(82 549)	53	-	7 692	(691)	-	28 444
Serviços prestados às empresas	332 310	(19 200)	-	-	14 520	-	-	11 937
Administração e serviços públicos	118 627	(1 164)	-	-	1 302 154	(19 310)	76 994	583
Outras actividades de serviços colectivos	309 369	(8 817)	-	-	-	-	-	4 582
Crédito à habitação	9 249 341	(233 698)	-	-	18 051	-	-	-
Outros	870 081	(27 166)	1 148	-	133 709	(239)	-	56 187
Total	17 477 102	(770 476)	180 776	3 606	2 604 483	(30 115)	76 994	504 835

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2012, foram fechadas algumas posições em *credit default swaps*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 21.500.000 e Euros 43.000.000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos ("ALCO"), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à monitorização dos *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* ("VaR"). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final do

primeiro semestre de 2012 representavam 69,1% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (62%).

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final do primeiro semestre de 2012 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 42.597.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 703.718.000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

	Jun 2012				**Dez 2011**			
	Junho Euros '000	**Média anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	42 597	42 597	42 597	42 597	703 718	366 125	703 718	28 532

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* ("BIS") classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até três meses Euros '000	**Três a seis meses Euros '000**	**Seis meses a um ano Euros '000**	**Um a cinco anos Euros '000**	**Mais de cinco anos Euros '000**	**Total Euros '000**
30 de Junho de 2012						
Activo	11 014 830	4 161 038	589 669	1 500 908	862 332	18 128 778
Fora de balanço	11 905 675	190 198	361 876	1 906 526	-	14 364 275
Total	22 920 505	4 351 236	951 545	3 407 434	862 332	32 493 052
Passivo	6 318 437	1 591 453	3 914 651	6 161 923	99 815	18 086 279
Fora de balanço	12 496 468	518 841	13 740	1 335 126	-	14 364 175
Total	18 814 905	2 110 294	3 928 391	7 497 049	99 815	32 450 454
GAP (Activos - Passivos)	4 105 600	2 240 942	(2 976 846)	(4 089 615)	762 517	42 598
31 de Dezembro de 2011						
Activo	12 049 591	4 714 690	458 482	1 611 503	868 944	19 703 210
Fora de balanço	11 650 184	161 029	971 660	2 053 911	-	14 836 784
Total	23 699 775	4 875 719	1 430 142	3 665 414	868 944	34 539 994
Passivo	8 092 104	2 403 548	2 928 512	5 404 218	171 200	18 999 582
Fora de balanço	12 916 395	562 418	8 970	1 348 910	-	14 836 693
Total	21 008 499	2 965 966	2 937 482	6 753 128	171 200	33 836 275
GAP (Activos - Passivos)	2 691 276	1 909 753	(1 507 340)	(3 087 714)	697 744	703 719

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2012, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 37.752.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 29.605.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	Jun 2012			Dez 2011		
Produtos	**Saldo médio do período Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	17 125 376	2,33	399 371	17 056 740	4,10	700 116
Disponibilidades	146 026	0,39	571	171 786	1,42	2 439
Carteira de Títulos	2 692 533	3,69	99 321	2 803 016	6,75	189 293
Aplicações interbancárias	305 964	1,01	3 089	277 228	3,01	8 332
Swaps	-	0,00	138 950	-		237 760
Total Aplicações	20 269 899		641 302	20 308 770		1 137 940
Recursos						
Depósitos de clientes	13 509 031	1,81	243 943	12 273 680	2,83	347 445
Recursos de titularização	3 574 416	2,75	98 449	4 838 611	4,19	202 528
Recursos interbancários	2 513 570	0,58	14 609	2 621 733	1,79	46 975
Outros recursos	277	0,36	1	334	0,60	2
Outros juros	-		80	-		-
Swaps	-		130 797	-		258 269
Total Recursos	19 597 294		487 879	19 734 358		855 219

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2012, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2012							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Doláres Canadianos Euros '000	Franco Suiço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	169 221	21 524	633	539	366	59	79 011	271 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	202 126	29 764	788	470	539	1 790	1 119	236 596
Aplicações em instituições de crédito	252 189	39 469	3 876	36 551	305	-	-	332 390
Crédito a clientes	16 176 519	39 050	-	-	199	-	45 166	16 260 934
Activos financeiros detidos para negociação	152 476	6 344	240	-	-	-	-	159 060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667	-	-	-	-	-	-	3 667
Activos financeiros disponíveis para venda	2 571 048	24 050	32	-	607	-	198	2 595 935
Derivados de cobertura	1 370	-	-	-	-	-	-	1 370
Investimentos detidos até à maturidade	21 886	-	-	-	-	-	-	21 886
Investimentos em associadas e outras	56 637	-	-	-	-	-	4 110	60 747
Activos não correntes detidos para venda	229 317	111	-	-	-	-	679	230 107
Propriedades de investimento	44 211	-	-	-	-	-	-	44 211
Outros activos tangíveis	96 261	-	-	-	-	-	9 535	105 796
Activos intangíveis	60 220	-	-	-	-	-	1 115	61 335
Activos por impostos correntes	93	-	-	-	-	-	2 747	2 840
Activos por impostos diferidos	67 847	-	-	-	-	-	-	67 847
Outros activos	134 216	231 708	8 820	48 420	2 604	2 754	82 009	510 531
Total Activo	20 239 304	392 020	14 389	85 980	4 620	4 603	225 689	20 966 605
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 968 212	-	-	-	-	-	-	1 968 212
Recursos de outras instituições de crédito	492 938	89 690	3 955	29 193	310	17	34	616 137
Recursos de clientes	13 522 827	148 498	7 687	31 181	2 326	-	106 961	13 819 480
Responsabilidades representadas por títulos	1 914 200	24 384	-	-	-	-	-	1 938 584
Passivos financeiros associados a activos transferidos	303 330	-	-	-	-	-	-	303 330
Passivos financeiros detidos para negociação	64 765	3 554	-	-	-	-	-	68 319
Derivados de cobertura	18 595	-	-	-	-	-	-	18 595
Provisões	4 364	-	-	-	-	-	155	4 519
Passivos por impostos diferidos	1 145	-	-	-	-	-	-	1 145
Outros passivos subordinados	464 630	-	-	-	-	-	-	464 630
Outros passivos	77 701	126 164	2 747	25 606	1 923	4 585	72 133	310 859
Total Passivo	18 832 707	392 290	14 389	85 980	4 559	4 602	179 283	19 513 810
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 406 597	(270)	-	-	61	1	46 406	1 452 795
Situação Líquida	1 406 597	(270)	-	-	61	1	46 406	1 452 795
Exposição Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	Dez 2011							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Doláres Canadianos Euros '000	Franco Suiço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	391 008	17 515	755	401	1 278	25	50 501	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	196 475	22 687	1 737	1 282	581	42	1 030	223 834
Aplicações em instituições de crédito	276 118	8 114	-	-	-	-	-	284 232
Crédito a clientes	16 634 939	37 520	1	-	222	434	33 510	16 706 626
Activos financeiros detidos para negociação	178 365	1 823	530	58	-	-	-	180 776
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	-	-	-	-	-	-	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	2 543 175	2 188	31	-	573	-	28 401	2 574 368
Derivados de cobertura	1 311	-	-	-	-	-	-	1 311
Investimentos detidos até à maturidade	76 994	-	-	-	-	-	-	76 994
Investimentos em associadas e outras	57 856	-	-	-	-	-	-	57 856
Activos não correntes detidos para venda	134 337	-	-	-	-	-	2 674	137 011
Outros activos tangíveis	108 657	-	-	-	-	-	-	108 657
Activos intangíveis	88 978	-	-	-	-	-	1 227	90 205
Activos por impostos correntes	2 000	108	-	-	-	-	660	2 768
Activos por impostos diferidos	71 895	-	-	-	-	-	8 798	80 693
Outros activos	400 006	71 126	5 681	21 335	3 257	84	3 481	504 970
Total Activo	21 165 720	161 081	8 735	23 076	5 911	585	130 282	21 495 390
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 003 300	-	-	-	-	-	-	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	717 140	26 448	102	44	9	-	54	743 797
Recursos de clientes	13 452 212	127 710	8 446	22 430	2 570	6	88 545	13 701 919
Responsabilidades representadas por títulos	2 470 793	2 319	-	-	-	-	-	2 473 112
Passivos financeiros associados a activos transferidos	453 061	-	-	-	-	-	-	453 061
Passivos financeiros detidos para negociação	78 854	267	-	-	-	-	-	79 121
Derivados de cobertura	13 041	-	-	-	-	-	-	13 041
Provisões	7 697	-	-	-	-	-	288	7 985
Passivos por impostos correntes	10	-	-	-	-	-	-	10
Passivos por impostos diferidos	36	-	-	-	-	-	-	36
Outros passivos subordinados	477 843	-	-	-	-	-	-	477 843
Outros passivos	261 702	4 749	187	603	3 298	580	11 558	282 677
Total Passivo	19 935 689	161 493	8 735	23 077	5 877	586	100 445	20 235 902
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 230 031	(412)	-	(1)	34	(1)	29 837	1 259 488
Situação Líquida	(1259 488)	-	-	-	-	-	-	(1 259 488)
Exposição Líquida	(29 457)	(412)	-	(1)	34	(1)	29 837	-

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009):

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base ("FPB"): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em Novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução n.º 28/2011 do Banco de Portugal, com revisão em Março 2012, que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja considerada excessiva à luz da referida instrução. Esta actualização da instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de Abril de 2012.

- Fundos Próprios Complementares ("FPC"): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.

- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, a CEMG adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efectuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e a partir de Dezembro de 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios actuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos regulamentares não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 define tratamento prudencial, para este novo procedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*. Também em Dezembro de 2011 foi realizada a transferência parcial dos planos pós-emprego de benefício definido para a esfera da Segurança Social, cujos efeitos em fundos próprios foram diferidos para Junho de 2012, de acordo com o Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 apresenta-se como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Fundos Próprios Core Tier I		
Capital realizado	1 245 000	1 244 999
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não	288 995	254 790
Outros ajustamentos regulamentares	(156 410)	(121 206)
	1 377 585	**1 378 583**
Fundos Próprios de Base		
Outros Instrumentos de Capital	15 000	15 000
Deduções Fundos Próprios de Base	(16 572)	(15 081)
	1 376 013	**1 378 502**
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	9 990	8 950
Lower Tier 2	439 997	462 802
Deduções	(16 572)	(15 081)
	433 415	**456 671**
Deduções aos fundos próprios totais	(6 181)	(3 177)
Fundos próprios totais	**1 803 247**	**1 831 996**
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	1 011 336	1 004 835
Riscos de mercado	4 107	4 420
Risco operacional	71 243	71 243
	1 086 686	**1 080 498**
Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1	10,14%	10,21%
Rácio *Tier* 1	10,13%	10,21%
Rácio de Solvabilidade	13,28%	13,56%

54 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2012, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 117 554	1 117 554	(65 663)	-	3,89%	2,17	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 262	5 526	-	-	3,38%	3,26	n.a.
	1 123 816	1 123 080	(65 663)	-			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	2 623	2 623	(15.555)	-	2,00%	22,94	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	11 840	11 840	1 858	-	4,60%	3,80	1
	1 138 279	1 137 543	(79.360)	-			

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 150 482	1 150 482	(241 563)	-	4,35%	2,21	1
Investimentos detidos até à maturidade	37 419	34 299	-	-	4,72%	1,03	n.a.
	1 187 901	1 184 781	(241 563)	-			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	33 507	33 507	-	(19 309)	4,22%	0,37	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	11 032	11 032	1 051	-	4,60%	4,30	1
	1 232 440	1 229 320	(240 512)	(19 309)			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período findo em 30 de Junho de 2012 quaisquer reclassificações entre carteiras.

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, que tem contribuído para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicam que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Tendo em consideração esta conjuntura, em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Imparidade para títulos correspondia à imparidade reconhecida para dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o sector privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspectos chave do envolvimento do sector privado (PSI) na referida reestruturação, nos termos do PSI são analisadas como segue:

a) Os detentores dos GGBs trocaram os títulos que detinham por:

- Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;

- *Notes* emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As *notes* terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;

b) Os novos GGBs têm os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;

- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;

- Cláusulas de *Aggregated collective action*;

- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;

- Emissões reguladas pela Lei Inglesa;

- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objectivos em termos de PIB.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows futuros*, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos correspondeu a cerca de 23% do valor dos títulos em carteira em 31 de Dezembro de 2011.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130.000 milhões da União Europeia para a Grécia.

A CEMG decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de Março de 2012.

De referir que no âmbito da alienação efectuada no segundo trimestre de 2012, foram utilizadas as provisões existentes.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera igualmente que a esta data não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.

55 Aquisição de subsidiárias

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341.250.000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola S.A. (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

O valor de aquisição pela CEMG ao Montepio Geral – Associação Mutualista foi realizado na sua totalidade em dinheiro.

O justo valor dos activos e passivos adquiridos no âmbito da operação acima descritos são analisados como segue:

	Dez 2011 **Euros '000**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	129 508
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 380
Activos financeiros detidos para negociação	30 650
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9 848
Activos financeiros disponíveis para venda	425 136
Aplicações em instituições de crédito	108 035
Crédito a clientes	2 605 954
Activos não correntes detidos para venda	41 368
Propriedades de investimento	20 186
Outros activos tangíveis	81 867
Activos intangíveis	6 130
Investimentos em associadas e outras	24 876
Activos por impostos correntes	2 572
Activos por impostos diferidos	35 486
Outros activos	97 525
Recursos de bancos centrais	(410 016)
Passivos financeiros detidos para negociação	(20 337)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(117 345)
Recursos de outras instituições de crédito	(286 279)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2 327 514)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 840)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(115 095)
Provisões	(2 506)
Passivos por impostos correntes	(269)
Passivos por impostos diferidos	(19 937)
Outros passivos subordinados	(11 108)
Outros passivos	(45 995)
Outros instrumentos de capital	(15 000)
Reservas e resultados transitados	(4 054)
	288 226

O "*goodwill*" reconhecido em activos intangíveis e sujeito a testes de imparidade em base anual, conforme descrito na nota 1 b) é analisado conforme segue:

	2011 **Euros '000**
Valor total pago pela CEMG	341 250
Justo valor dos activos e passivos adquiridos	288 226
	53 024

O crédito sobre clientes adquirido, corresponde a um valor bruto de Euros 2.835.838.000 com perdas por imparidade reconhecidas no montante de 191.338.000 e um incremento líquido de justo valor, que inclui o efeito da componente de taxa fixa de uma parcela da carteira e o nível de provisionamento estatutário associados a uma carteira com garantias reais hipotecárias que ascende a Euros 86.790.000.

O *goodwill* apresentado resulta essencialmente da complementaridade das redes comerciais e da presença do Grupo Finibanco em mercados onde a CEMG não opera actualmente, quer em Portugal, quer em Angola.

A CEMG incorreu em custos associados com a transacção no montante de Euros 564.000, e que correspondem essencialmente a custos com consultores em matérias legais, fiscais e contabilísticas no âmbito da transacção.

56 Empresas subsidiárias

A 30 de Junho de 2012, as empresas que consolidam pelo método integral no Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	**Sede**	**Capital Social**	**Actividade**	**% detida**
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)	Praia	Euros 7 000 000	Banca	100,00%
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	Porto	Euros 175 000 000	Gestão de participações sociais	100,00%
Finibanco, S.A.	Porto	Euros 180 000 000	Banca	100,00%
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	Euros 30 000 000	Locação financeira	100,00%
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A	Porto	Euros 1 550 000	Gestão de fundos de investimento	100,00%
Montepio Recuperação de crédito ACE	Lisboa	-	Prestação de serviços diversos	93,00%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	AOA 1 332 000 000	Banca	61,04%

A 30 de Junho de 2012, as empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial do Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social Euros	Actividade	% detida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	20 000 000	Actividade Seguradora	39,34%
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	Lisboa	3 400 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	26 000 000	Actividade Seguradora	25,65%
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Ilha de São Miguel	10 000 000	Alojamento, Restauração e Similares / Hóteis com Restaurante	20,00%
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	5 000 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	13 700 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%

A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial e fundos de investimento:

Empresa Subsidiária	Ano de Constituição	Ano de Aquisição	Sede	% de interesse económico	Método de consolidação
Pelican Mortgages No. 1	2002	2002	Dublin	100%	Integral
Pelican Mortgages No. 2	2003	2003	Dublin	100%	Integral
Fundo Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)	2011	2011	Lisboa	100%	Integral
Fundo Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2009	2011	Lisboa	100%	Integral

57 Factos relevantes

Em 30 de Junho de 2012, o Conselho de Administração decidiu transferir para a rubrica de Crédito a clientes, duas carteiras de crédito classificado como Activos financeiros detidos para negociação e registadas pelo montante de Euros 18.900.000, conforme nota 22.

Esta decisão tomada pelo Conselho de Administração teve por base o facto da intenção de alienação das carteiras se ter alterado, tendo optado pela sua inclusão na rubrica de Crédito a clientes, uma vez que não é previsível a venda das mesmas no curto prazo.

Esta transferência originou um resultado de Euros 43.648.000, tendo este resultado sido obtido pela aplicação do modelo de imparidade do Grupo a estas carteiras.

O detalhe desta transferência pode ser analisado como segue:

	Euros '000
Valorização das carteiras na rubrica	
Activos financeiros detidos para negociação	22 990
Valorização das carteiras na rubrica	
Crédito a clientes	66 638
Impacto em resultados	43 648

58 Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais associados ao plano de benefícios definidos

No decurso de 2011 de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo efectuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de Janeiro de 2011 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo prazo correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Assim, e conforme referido nas notas 1 w) e 11, a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão, efectuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

	Situação líquida 30.06.2011 Euros '000	**Resultado líquido 1º semestre 2011 Euros '000**	**Situação líquida 01.01.2011 Euros '000**
Valor anteriormente reportado	1 119 483	5 068	995 478
Ajustamentos:			
Desvios actuariais por diferir	(101 709)	-	(101 709)
Amortização de perdas actuariais	1 219	1 219	-
	1 018 993	**6 287**	**893 769**

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstrações Financeiras Individuais

30 Junho de 2012 e 2011

Agosto de 2012
Este relatório contém 113 páginas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, da **Caixa Económica Montepio Geral**, incluída no Relatório de Gestão, na Demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 24.432.580 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.439.997 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.935 milhares de euros), e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e correspondentes Notas explicativas.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de informação financeira que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação da IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos n.os 2° e 3° do Aviso n.° 1/2005 e no n.° 2° do Aviso n.° 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

a) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira;
- se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 17 de Agosto de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC N.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 5 a 113)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	621 409	508 698
Juros e encargos similares	3	482 659	360 528
Margem financeira		138 750	148 170
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 999	1 785
Rendimentos de serviços e comissões	5	56 162	50 066
Encargos com serviços e comissões	5	(9 917)	(8 144)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(22 112)	27 216
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	35 870	2 726
Resultados de reavaliação cambial	8	2 329	711
Resultados de alienação de outros activos	9	27 087	(2 244)
Outros resultados de exploração	10	31 049	10 522
Total de proveitos operacionais		261 217	230 808
Custos com pessoal	11	92 223	88 736
Gastos gerais administrativos	12	51 208	45 256
Depreciações e amortizações	13	14 201	12 040
Total de custos operacionais		157 632	146 032
Imparidade do crédito	14	83 416	56 792
Imparidade de outros activos	15	17 968	14 684
Outras provisões	16	(5 366)	(722)
Resultado operacional		7 567	14 022
Impostos			
Diferidos	30	1 880	-
Correntes		752	-
Resultado líquido do período		4 935	14 022

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Individual do Rendimento Integral
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
Outro rendimento integral do período:			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	42	208 938	(210 723)
Perdas actuariais do período	54	23 806	-
Impostos diferidos	30	(11 976)	-
Impacto da aplicação da IAS 19		(5 012)	(4 514)
Total de outro rendimento integral do período depois de impostos		215 756	(215 237)
Resultado líquido do período		4 935	14 022
Total de rendimento integral do período		220 691	(201 215)

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2012	31 de Dezembro 2011
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	180 825	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	52 093	102 701
Aplicações em instituições de crédito	19	420 764	370 268
Crédito a clientes	20	15 628 377	16 200 240
Activos financeiros detidos para negociação	21	153 691	145 252
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 667	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	23	6 841 700	5 821 780
Derivados de cobertura	24	1 315	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	25	17 431	48 416
Investimentos em associadas e outras	26	384 547	384 547
Activos não correntes detidos para venda	27	217 612	86 830
Outros activos tangíveis	28	62 353	66 183
Activos intangíveis	29	108 329	110 843
Activos por impostos correntes		10	10
Activos por impostos diferidos	30	45 365	59 221
Outros activos	31	314 501	310 278
Total do Activo		24 432 580	24 092 899
Passivo			
Recursos de bancos centrais	32	1 968 212	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	33	1 057 648	1 182 068
Recursos de clientes	34	13 313 875	13 190 639
Responsabilidades representadas por títulos	35	1 764 693	2 240 688
Passivos financeiros associados a activos transferidos		3 926 668	3 289 983
Passivos financeiros detidos para negociação	21	95 598	101 524
Derivados de cobertura	24	3 052	2 444
Provisões	36	114 648	120 014
Outros passivos subordinados	37	478 210	477 247
Outros passivos	38	269 979	243 419
Total do Passivo		22 992 583	22 851 326
Situação Líquida			
Capital	39	1 245 000	1 245 000
Outros instrumentos de capital	40	15 000	15 000
Reservas de justo valor	42	(107 754)	(316 692)
Outras reservas e resultados transitados	41 e 42	282 816	265 442
Resultado líquido do período		4 935	32 823
Total da Situação Líquida		1 439 997	1 241 573
		24 432 580	24 092 899

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	995 065	800 000	-	235 130	8 404	(82 973)	34 504
Alteração da política de reconhecimento de desvios actuariais	(102 247)	-	-	-	-	-	(102 247)
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	892 818	800 000	-	235 130	8 404	(82 973)	(67 743)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Impacto da aplicação da IAS 19	(4 514)	-	-	-	-	-	(4 514)
Alterações de justo valor	(210 723)	-	-	-	-	(210 723)	-
Resultado do período	14 022	-	-	-	-	-	14 022
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	(201 215)	-	-	-	-	(210 723)	9 508
Aumento de capital (nota 39)	345 000	345 000	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital (nota 40)	15 000	-	15 000	-	-	-	-
Distribuição de resultados (nota 44)	(23 085)	-	-	-	-	-	(23 085)
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	8 298	-	-	(8 298)
Reserva especial	-	-	-	2 076	-	-	(2 076)
Saldos em 30 de Junho de 2011	1 028 518	1 145 000	15 000	245 504	8 404	(293 696)	(91 694)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Impacto da aplicação da IAS 19	(3 519)	-	-	-	-	-	(3 519)
Perdas actuariais no período	73 441	-	-	-	-	-	73 441
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	47 853	-	-	-	-	-	47 853
Alterações de justo valor	(22 996)	-	-	-	-	(22 996)	-
Resultado do período	18 801	-	-	-	-	-	18 801
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	113 580	-	-	-	-	(22 996)	136 576
Aumento de capital (nota 39)	100 000	100 000	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1 241 573	1 245 000	15 000	245 504	8 404	(316 692)	44 357
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Impacto da aplicação da IAS 19	(5 012)	-	-	-	-	-	(5 012)
Perdas actuariais no período	23 806	-	-	-	-	-	23 806
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	(11 976)	-	-	-	-	-	(11 976)
Alterações de justo valor	208 938	-	-	-	-	208 938	-
Resultado do período	4 935	-	-	-	-	-	4 935
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	220 691	-	-	-	-	208 938	11 753
Distribuição de resultados (nota 44)	(16 584)	-	-	-	-	-	(16 584)
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)
Outros	(5 158)	-	-	-	-	-	(5 158)
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	6 565	-	-	(6 565)
Reserva especial	-	-	-	1 641	-	-	(1 641)
Saldos em 30 de Junho de 2012	1 439 997	1 245 000	15 000	253 710	8 404	(107 754)	25 637

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2012	30 de Junho 2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	718 219	483 753
Comissões recebidas	58 451	54 854
Pagamento de juros	(369 753)	(300 274)
Pagamento de comissões	(12 481)	(6 708)
Despesas com pessoal e fornecedores	(223 678)	(116 324)
Recuperação de crédito e juros	1 168	1 824
Outros pagamentos e recebimentos	104 523	145 216
	276 449	262 341
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	1 071 852	(2279 062)
Outros activos	(280 033)	(190 244)
	791 819	(2469 306)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	104 839	2 557 304
Recursos para com instituições de crédito	(2120 295)	(1397 003)
Recursos de bancos centrais	1 960 000	2 220 000
	(55 456)	3 380 301
	1 012 812	1 173 336
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 999	1 785
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(41 210)	19 918
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(61)	267
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(815 845)	(644 793)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	484	213
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	30 435	9 160
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	-	(429 522)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	200 460	(67 852)
Alienação de imobilizações	-	200
Aquisição de imobilizações	-	14 810
	(623 738)	(1095 814)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(16 584)	(23 085)
Aumento de capital	-	360 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	161 442	248 011
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(586 199)	(629 535)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	1 404	31 701
	(439 937)	(12 908)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(50 863)	64 614
Caixa e equivalentes no início do período	235 764	154 046
Caixa (nota 17)	133 063	95 641
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	102 701	58 405
Caixa e equivalentes no fim do período	184 901	218 660

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2012

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por "CEMG") é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

Conforme referido na nota 26, no decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de Euros 341.250.000 de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A., (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira - mobiliária e imobiliária - em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira, bem como todos os passivos e provisões associadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia (UE), com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CEMG em 14 de Agosto de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

A CEMG adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras da CEMG para o período findo em 30 de Junho de 2012 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG efectuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2011, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, conforme referido nas notas 42, 46 e 54 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2011, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, a CEMG procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('*disposal groups*') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 x).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da CEMG expiram; ou (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos ('write-offs')

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente acções ou unidades de participação, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "*Fair Value Option*" para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "*Fair Value Option*" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*") é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

- a designação elimina ou reduz significativamente o "*mismatch*" contabilístico das transacções;

- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("*host contract*").

Os activos e passivos financeiros ao "*Fair Value Option*" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pela CEMG, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a CEMG tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Outros resultados de exploração no momento em que ocorrem.

ii) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("*host contract*"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

A CEMG designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela CEMG. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;

- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura

seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou

- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

Durante o primeiro semestre de 2012 e o ano de 2011, o Grupo não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*").

f) Desreconhecimento

A CEMG desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou a CEMG não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor da CEMG, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que a CEMG obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

- A CEMG tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "*auto-pilot*", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;

- A CEMG tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE; e

- A CEMG retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A CEMG procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como juros de valores mobiliários perpétuos quando declaradas.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

A CEMG realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

i) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

j) Locação operacional e financeira

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme nota 1 o).

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, a CEMG procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "*Fair Value Option*", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; e

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

m) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea, do Decreto-Lei n.º. 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e

- Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

n) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CEMG. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

o) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CEMG. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

p) Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

r) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a CEMG tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

s) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT"), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida da CEMG com planos de reforma (plano de benefício definido) é apurado anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos actuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabeleceu igualmente os termos e condições em que foi efectuada a transferência, definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades transferidas.

A CEMG optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recalculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento era efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG optou no decurso de 2011, por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo sido reconhecidos, nessa data, a totalidade dos desvios actuariais diferidos em capitais próprios.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	**Período de diferimento**
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas actuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas actuariais de acordo com as normas locais	8 anos

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 30 de Junho de 2008 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e 6 meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e 6 meses).

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

Anteriormente a CEMG procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do "*unwinding*" dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da CEMG relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas actuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente pela CEMG de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

t) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMG procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

u) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

v) Relato por segmentos

Um segmento geográfico é uma componente identificável da CEMG que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, a CEMG está dispensada de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

w) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades),

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

x) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a CEMG avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

A CEMG patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3, Aqua* SME *No. 1, Pelican Mortgages No. 4, Aqua Mortgage No. 1, Pelican Mortgages No. 5, Pelican* SME e *Pelican Mortgages No. 6,* não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras da CEMG.

Por outro lado, a CEMG desreconheceu os activos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1 e 2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respectivos SPE, uma vez que a CEMG não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela CEMG durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros Benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Margem financeira	138 750	148 170
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	13 758	29 942
	152 508	178 112

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda Euros '000	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000**	**Total Euros '000**	**De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda Euros '000**	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000**	**Total Euros '000**
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	297 278	-	297 278	230 544	-	230 544
Juros de outras aplicações	1 594	-	1 594	5 033	-	5 033
Juros de depósitos	572	-	572	995	-	995
Juros de títulos disponíveis para venda	155 880	-	155 880	126 030	-	126 030
Juros de investimentos detidos até à maturidade	658	-	658	1 131	-	1 131
cobertura	799	-	799	1 632	-	1 632
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	141 335	141 335	-	124 420	124 420
Outros juros e rendimentos similares	23 293	-	23 293	18 913	-	18 913
	480 074	141 335	621 409	384 278	124 420	508 698
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	231 840	-	231 840	126 547	-	126 547
Juros de títulos emitidos	34 311	-	34 311	44 466	-	44 466
Juros de empréstimos	2 131	-	2 131	2 471	-	2 471
Juros de outros recursos	21 764	-	21 764	26 253	-	26 253
Juros de derivados de cobertura	913	-	913	1 218	-	1 218
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	130 981	130 981	-	111 683	111 683
Outros juros e encargos similares	60 719	-	60 719	47 890	-	47 890
	351 678	130 981	482 659	248 845	111 683	360 528
Margem Financeira	128 396	10 354	138 750	135 433	12 737	148 170

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 11.830.000 (30 de Junho de 2011: Euros 6.904.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

A rubrica de Juros de depósitos inclui o montante de Euros 3.685.000, referente à contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes.

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	513	534
Rendimentos de empresas associadas	1 486	1 224
Rendimentos de outros instrumentos de capital	-	27
	1 999	1 785

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	42 954	38 716
Por operações realizadas por conta de terceiros	6 119	4 672
Por serviços de mediação de seguros	3 185	3 375
Por garantias prestadas	3 678	3 267
Outros rendimentos de serviços e comissões	226	36
	56 162	50 066
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	8 844	7 587
Por operações realizadas com títulos	212	243
Outros encargos com serviços e comissões	861	314
	9 917	8 144
Resultados líquidos de serviços e comissões	46 245	41 922

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Ramo Vida:		
Habitação	1 008	1 067
Consumo	58	77
Outros	428	409
	1 494	1 553
Ramo Não Vida:		
Habitação	609	622
Consumo	389	554
Outros	693	646
	1 691	1 822
	3 185	3 375

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	-	-	151	-	151
Acções	881	1 694	(813)	270	265	5
Unidades de participação	261	297	(36)	2	19	(17)
	1 142	1 991	(849)	423	284	139
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	40 279	40 925	(646)	141 563	141 920	(357)
Contratos sobre taxas de juro	928 785	930 377	(1 592)	240 132	278 174	(38 042)
Contratos sobre créditos (CDS)	2 062	1 470	592	1 425	1 616	(191)
Outros	38 724	32 210	6 514	50 634	23 585	27 049
	1 009 850	1 004 982	4 868	433 754	445 295	(11 541)
	1 010 992	1 006 973	4 019	434 177	445 579	(11 402)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	153	-	153	-	175	(175)
	153	-	153	-	175	(175)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	75	34	41	600	76	524
Recursos de clientes	174	100	74	896	403	493
Débitos representados por títulos	-	-	-	15	-	15
Outros passivos subordinados	83 146	83 631	(485)	11 131	11 344	(213)
Outros	487	26 401	(25 914)	42 436	4 462	37 974
	83 882	110 166	(26 284)	55 078	16 285	38 793
	1 095 027	1 117 139	(22 112)	489 255	462 039	27 216

A rubrica Passivos financeiros – Outros regista as variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) de passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	773	351	422	4 716	2 788	1 928
De outros emissores	34 650	168	34 482	11 592	10 948	644
Acções	19	21	(2)	57	1	56
Outros títulos de rendimento variável	975	7	968	105	7	98
	36 417	547	35 870	16 470	13 744	2 726

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores inclui o montante de Euros 33.577.000, resultante de um conjunto de operações de recompra efectuadas no âmbito de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pela CEMG, para gestão da sua estrutura de financiamento de capital, nomeadamente das operações de recompra de obrigações (*Pelican Mortgage n.º3*, *Euro Medium Term Notes* e obrigações hipotecárias), conforme descrito na nota 35 e 48.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012			Jun 2011		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Reavaliação cambial	17 267	14 938	2 329	41 070	40 359	711

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a nota 1 u).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	**Jun 2011 Euros '000**
Alienação de imóveis	(10 258)	(1 952)
Alienação de crédito a clientes	44 070	-
Outros	(6 725)	(292)
	27 087	(2 244)

A rubrica de Alienação de imóveis no montante de Euros 10.258.000 (30 de Junho de 2011: Euros 1.952.000) diz respeito aos resultados da venda de Activos não correntes detidos para venda, conforme descrito na nota 27.

A rubrica de Alienação de crédito a clientes respeita à operação de venda de créditos Áurea 1 e 2, conforme descrito na nota 20 e 53.

A rubrica Outros inclui o montante de Euros 6.695.000, relativo reconhecimento integral em custo do período de programas de software, conforme descrito na nota 29.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	3 417	2 998
Reembolso de despesas	1 115	1 433
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 212	3 683
Recompra de emissões próprias	23 822	8 505
Outros	3 431	2 809
	39 997	19 428
Outros custos de exploração:		
Impostos	2 219	631
Donativos e quotizações	130	159
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 506	1 078
Outros	5 093	7 038
	8 948	8 906
Outros resultados líquidos de exploração	31 049	10 522

O resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na nota 1 c) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias e *Euro Medium Term Notes*.

A 30 de Junho de 2012, os ganhos com a recompra de obrigações hipotecárias são de Euros 536.000 (30 de Junho de 2011: Euros 2.602.000) e as recompra de *Euro Medium Term Note* no montante de Euros 23.286.000 (30 de Junho de 2011: Euros 5.904.000).

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 30 de Junho de 2012 a CEMG reconheceu como custo do exercício o valor de Euros 2.116.000 (30 de Junho de 2011: Euros 502.000), incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Remunerações	65 709	59 949
Contribuições para o SAMS	3 628	2 592
Encargos sociais obrigatórios	15 332	15 188
Encargos com fundo de pensões	5 396	9 404
Outros custos	2 158	1 603
	92 223	88 736

A rubrica Encargos com fundo de pensões inclui o montante de Euros 1.377.000 relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 46. O impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos atuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

A referida rubrica inclui igualmente, o montante de Euros 878.000 relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 **Euro '000**	**Jun 2011** **Euro '000**
Rendas e alugueres	16 015	12 223
Serviços especializados		
Informática	5 845	5 538
Trabalho independente	1 955	1 920
Outros serviços especializados	8 961	6 642
Publicidade e publicações	2 160	3 674
Comunicações e expedição	5 278	4 643
Água, energia e combustíveis	2 897	2 267
Conservação e reparação	2 320	2 473
Transportes	1 651	1 420
Seguros	1 055	1 125
Deslocações, estadias e despesas de representação	750	689
Material de consumo corrente	684	1 283
Formação	81	130
Outros gastos administrativos	1 556	1 229
	51 208	45 256

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 12.613.000 (30 de Junho de 2011: Euros 7.811.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

13 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Activos Intangiveis:		
Software	5 949	4 068
Outros activos fixos tangiveis:		
Imóveis	1 861	2 006
Equipamento:		
Mobiliário e material	553	316
Outros equipamentos	720	1 414
Máquinas e ferramentas	64	25
Equipamento Informático	3 980	3 456
Instalações interiores	177	32
Equipamento de transporte	73	11
Equipamento de segurança	383	200
Activos em locação operacional	353	466
Outros activos tangíveis	88	46
	8 252	7 972
	14 201	12 040

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade de crédito:		
Dotação do período líquida de reversões	84 850	58 632
Recuperação de crédito e juros	(1 168)	(1 827)
	83 682	56 805
Aplicações em instituições em crédito:		
Dotação do período	50	103
Reversão do período	(316)	(116)
	(266)	(13)
	83 416	56 792

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do período	17 209	7 927
Reversão do período	(8 070)	-
	9 139	7 927
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	17 658	7 703
Reversão do período	(8 829)	(946)
	8 829	6 757
	17 968	14 684

16 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Dotação do período	34 859	23 955
Reversão do período	(40 043)	(24 824)
	(5 184)	(869)
Outras provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	758	432
Reversão do período	(940)	(285)
	(182)	147
	(5 366)	(722)

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Caixa	132 808	133 063
Banco de Portugal	48 017	248 477
	180 825	381 540

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1%.

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Em instituições de crédito no país	328	304
Em instituições de crédito no estrangeiro	15 382	33 040
Valores a cobrar	36 383	69 357
	52 093	102 701

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos	1 135	1 135
Empréstimos	86 467	103 859
Aplicações de muito curto prazo	71 994	65 002
Outras aplicações	22 949	-
	182 545	169 996
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	41 811	39 054
Aplicações de muito curto prazo	90 002	32 014
Outras aplicações	106 485	129 549
	238 298	200 617
	420 843	370 613
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(79)	(345)
	420 764	370 268

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2012, vencem juros à taxa média anual de 0,96% (31 de Dezembro de 2011: 1,35%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito, são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	345	50
Dotação do período	50	103
Reversão do período	(316)	(116)
Transferências	-	99
Saldo em 30 de Junho	79	136

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco S.A. no âmbito da aquisição por parte da CEMG de um conjunto de activos e passivos, em 31 de Março de 2011, conforme nota 1 a).

20 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas:		
Empréstimo	1 985 263	2 004 094
Créditos em conta corrente	1 830 518	1 946 800
Locação financeira	234 347	242 412
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	149 813	163 129
Factoring	108 233	146 496
Descobertos em depósitos à ordem	66 807	99 807
Outros créditos	1 556 370	1 684 350
A particulares:		
Habitação	8 529 482	8 702 991
Locação financeira	47 214	46 466
Consumo e outros créditos	1 005 927	1 066 442
	15 513 974	16 102 987
Crédito ao exterior:		
A empresas:		
Descobertos em depósitos à ordem	212	5 072
	15 514 186	16 108 059
Correção de valor activos que sejam objecto de operações de cobertura	1 973	1 515
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	109 213	124 690
Mais de 90 dias	691 693	660 201
	800 906	784 891
	16 317 065	16 894 465
Imparidade para riscos de crédito	(688 688)	(694 225)
	15 628 377	16 200 240

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG de Euros 2.974.585.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.977.917.000).

Em 2012, a CEMG procedeu à alienação de duas carteiras de crédito vencido. O valor nominal do crédito alienado é de Euros 152.304.000. Esta operação gerou um resultado de Euros 53.530.000, conforme nota 9 e 53.

Em 2012, a CEMG procedeu à reposição de créditos em *write-off* no balanço no valor de Euros 92.472.000.

A CEMG realizou operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Junho 2012: Cancelamento de Euros 53.300.000;
- Novembro 2011: Emissão de Euros 300.000.000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 2,28%;
- Outubro 2011: Cancelamento de Euros 291.700.000;
- Novembro 2010: Emissão de Euros 500.000.000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 4,08%;
- Dezembro 2009: Emissão de Euros 1.000.000.000, prazo: 7 anos, uma taxa de juro; 2,17%; e
- Julho 2009: Emissão de Euros 708.300.000, prazo: 3 anos, uma taxa de juro; 3,25%.

De acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Habitação incluía cerca de Euros 3.258.435.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.277.166.000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a nota 1 b), não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 45.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados "créditos arrematados" no montante de Euros 1.535.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.533.000). Os "créditos arrematados" correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2012, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	61 163	2 378 012	9 896 254	430 413	12 765 842
Crédito com outras garantias	112 015	1 075 452	300 288	156 113	1 643 868
Crédito sem garantias	288 459	699 011	369 138	203 195	1 559 803
Crédito ao sector público	822	11 782	41 990	865	55 459
Crédito sobre o estrangeiro	212	-	-	-	212
Crédito em Locação	-	93 464	188 097	10 320	291 881
	462 671	4 257 721	10 795 767	800 906	16 317 065

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	55 844	2 606 296	10 029 330	528 670	13 220 140
Crédito com outras garantias	115 412	1 108 745	245 881	101 602	1 571 640
Crédito sem garantias	418 890	792 141	388 143	146 536	1 745 710
Crédito ao sector público	1 607	11 004	42 331	539	55 481
Crédito sobre o estrangeiro	5 072	-	-	-	5 072
Crédito em Locação	8 028	94 872	185 978	7 544	296 422
	604 853	4 613 058	10 891 663	784 891	16 894 465

O crédito vincendo em locação, em 30 de Junho de 2012, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	8 246	85 198	237 056	330 500
Juros Vincendos	(232)	(7 739)	(73 781)	(81 752)
Valores residuais	21 657	9 365	1 791	32 813
	29 671	86 824	165 066	281 561

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	63 773	133 086	138 046	334 905
Juros Vincendos	(13 591)	(33 452)	(32 236)	(79 279)
Valores residuais	4 164	12 344	16 744	33 252
	54 346	111 978	122 554	288 878

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	430 413	528 670
Crédito com outras garantias	156 113	101 602
Crédito sem garantias	203 195	146 536
Crédito ao sector público	865	539
Crédito em Locação	10 320	7 544
	800 906	784 891

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	694 225	437 329
Dotação do período líquida de reversões	84 850	58 632
Utilização de imparidade	(182 859)	(61 654)
Regularização	92 472	-
Transferências	-	99 435
Saldo em 30 de Junho	688 688	533 742

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011, conforme referido na nota 1 a).

Adicionalmente, a CEMG tem em 30 de Junho de 2012, Euros 111.882.000 de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2011: Euros 117.066.000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 36.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Conforme referido anteriormente, a rubrica de Regularizações diz respeito à imparidade associada ao crédito em *write-off* reposta no balanço.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	398 800	498 823
Crédito com outras garantias	108 454	77 440
Crédito sem garantias	181 434	117 962
	688 688	694 225

Em conformidade com a nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	104 791	39 602
Crédito com outras garantias	65 910	1 142
Crédito sem garantias	12 158	3 899
	182 859	44 643

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2012 e durante o exercício de 2011, ascendeu ao montante de Euros 1.168.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

21 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	11 276	5 414
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	142 415	139 838
	153 691	145 252
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	95 598	101 524

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

O valor de balanço dos instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2012, pode ser analisado como segue:

		Jun 2012						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	933 236	2 651	(7 521)	65 687	153 820	229 100	229 100
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 800 800	30 183	7 933	17 133	1 227	711 760	711 760
Swap de taxa de juro	Recursos	346 885	13 653	(18)	(17 020)	2 572	101 148	101 148
Swap de taxa de juro	Titularização	9 867 332	(11 630)	(896)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 690 653	14 612	8 737	(678)	(7 187)	655 000	655 000
Swap de taxa de juro	Jet Fuel	116 724	29	29	1 973	3 488	25 000	25 000
CIRS	-	3 078	122	141	-	-	-	-
Swap cambial	Emissão de dívida	1 272 540	(772)	(966)	-	-	-	-
Futuros	-	42 980	270	292	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	343 700	257	259	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	64 414	(2 558)	513	-	-	-	-
		26 482 342	46 817	8 503	67 095	153 920	1 722 008	1 722 008

O valor de balanço dos instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011, pode ser analisado como segue:

		Dez 2011						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	1 061 936	10 172	(15 207)	(89 648)	(53 425)	315 750	315 750
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 872 000	22 250	3 673	15 906	1 952	753 397	753 397
Swap de taxa de juro	Recursos	348 767	13 671	1 408	(19 592)	(16 835)	247 368	247 368
Swap de taxa de juro	Titularização	10 070 419	(10 734)	(8 591)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 242 912	5 875	(12 148)	6 509	14 126	708 300	708 300
CIRS	-	1 158 319	(19)	1 173	-	-	-	-
Swap cambial	Emissão de dívida	9 072	194	62	-	-	-	-
Futuros	-	84 752	(22)	(21)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	87 762	(2)	(755)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	81 093	(3 071)	(2 334)	-	-	-	-
		24 017 032	38 314	(32 740)	(86 825)	(54 182)	2 024 815	2 024 815

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2012, é a seguinte:

	Jun 2012					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	**Entre 3 meses e 1 ano Euros '000**	**Superior a 1 ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Activo Euros '000**	**Passivo Euros '000**
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	2 689 891	437 722	21 631 095	24 758 708	136 619	86 998
Opções	3 514	19 966	320 220	343 700	4 826	4 569
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	1 272 540	-	-	1 272 540	(112)	660
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	42 980	-	-	42 980	270	-
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	10 000	17 500	36 914	64 414	812	3 371
	4 018 925	475 188	21 988 229	26 482 342	142 415	95 598

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Dez 2011					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	221 076	1 983 241	21 550 036	23 754 353	129 628	88 413
Opções	-	2 800	84 962	87 762	8 482	8 484
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	9 072	-	-	9 072	455	261
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	84 752	-	-	84 752	-	22
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	-	-	81 093	81 093	1 273	4 344
	314 900	1 986 041	21 716 091	24 017 032	139 838	101 524

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a nota 1 c) no montante de Euros 6.886.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 7.331.000).

22 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.667.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 3.606.000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme politica contabilística 1 c), está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 30 de Junho de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012				
		Reserva de justo valor			
	Custos [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 183 217	2 616	(68 279)	-	1 117 554
Estrangeiros	128 071	3 411	(17 648)	-	113 834
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	4 228 435	1 305	(9 588)	(26 777)	4 193 375
Estrangeiros	449 192	18 083	(36 657)	(8 289)	422 329
Papel comercial	467 580	-	-	(998)	466 582
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	9 664	14	(129)	(3 556)	5 993
Estrangeiros	8 205	247	(109)	(2 520)	5 823
Unidades de participação	517 396	3 516	(4 536)	(166)	516 210
	6 991 760	29 192	(136 946)	(42 306)	6 841 700

[1] Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2011				
		Reserva de justo valor			
	Custos [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 392 045	1 935	(243 498)	-	1 150 482
Estrangeiros	147 206	2 164	(2 848)	(19 309)	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3 445 227	1 733	(22 367)	(15 980)	3 408 613
Estrangeiros	520 067	3 010	(55 681)	(8 289)	459 107
Papel comercial	312 067	-	-	(998)	311 069
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	9 602	70	(74)	(3 507)	6 091
Estrangeiros	7 896	313	(382)	(1 416)	6 411
Unidades de participação	354 009	850	(1 917)	(148)	352 794
	6 188 119	10 075	(326 767)	(49 647)	5 821 780

[1] Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 42. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 x).

A rubrica Títulos de rendimento variável – Unidades de participação inclui o montante de Euros 236.747.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 239.233.000) referente a:

- 20.195.716 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII); e
- 59.663 unidades de participação no Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	49 647	27 717
Dotação do período	17 658	7 703
Reversão do período	(8 829)	(946)
Utilização de imparidade	(16 170)	(10 617)
Transferências	-	1 264
Saldo em 30 de Junho	42 306	25 121

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 107.754.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 316.692.000) e a imparidade ascende a Euros 42.306.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 49.647.000).

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes factores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder aos mercados o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Cotados Euros '000	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Cotados Euros '000**	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 117 554	-	1 117 554	1 150 482	-	1 150 482
Estrangeiros	113 834	-	113 834	127 213	-	127 213
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	357 515	3 835 860	4 193 375	318 514	3 090 099	3 408 613
Estrangeiros	342 068	80 261	422 329	456 497	2 610	459 107
Papel comercial	-	466 582	466 582	-	311 069	311 069
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	990	5 003	5 993	1 088	5 003	6 091
Estrangeiros	5 657	166	5 823	6 245	166	6 411
Unidades de participação	515 896	314	516 210	352 794	-	352 794
	2 453 514	4 388 186	6 841 700	2 412 833	3 408 947	5 821 780

24 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Activo		
Swaps de taxas de juro	1 315	1 184
Passivo		
Swaps de taxas de juro	3 052	2 444

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	41	343
Responsabilidades representadas por títulos	-	15
Recursos de clientes	-	371
	41	729

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2012, é apresentada como segue:

	Jun 2012							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	23 000	92 000	115 000	-	(153)	(1 584)	(1 737)
	-	23 000	92 000	115 000	-	(153)	(1 584)	(1 737)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2011, é apresentada como segue:

	Dez 2011							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	-	115 000	115 000	-	-	(1 260)	(1 260)
	-	-	115 000	115 000	-	-	(1 260)	(1 260)

25 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 262	37 420
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	11 169	10 996
	17 431	48 416

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 45.

A CEMG avaliou com referência a 30 de Junho de 2012, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2012, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OT - Setembro 98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 164
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 093
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 053
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 027
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 995
				17 431

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na nota 1 c).

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

26 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	341 250	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23 566	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	7 001	7 001
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
	384 547	384 547

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, relativamente a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são apresentados no quadro seguinte:

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor unitário Euros	Custo da participação Euros ´000
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Finibanco Holding, SPGS, S.A.	175 000 000	100%	1	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 333 928	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
				384 547

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341.250.000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. Em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro) pelo montante de Euros 216.484.000.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

27 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	247 157	107 236
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(29 545)	(20 406)
	217 612	86 830

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1 i).

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Em Novembro e Dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte dos imóveis referidos anteriormente ao fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII) e ao Fundo Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH). Considerando a natureza da transação os activos foram desreconhecidos. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 147.956.000, líquido de imparidade, originando uma mais-valia de Euros 35.839.000 e uma reversão de imparidade constituída de Euros 24.356.000, a 31 de Dezembro de 2011.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 29.009.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 22.591.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Jun 2011** **Euros '000**
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de Janeiro	20 406	39 335
Dotação do período	17 209	7 927
Reversão do período	(8 070)	-
Saldo em 30 de Junho	29 545	47 262

28 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custos:		
Imóveis:		
De serviço próprio	9 664	9 664
Obras em imóveis arrendados	58 166	55 733
Imobilizado em curso	35	35
Equipamento:		
Mobiliário e material	19 855	19 979
Máquinas e ferramentas	2 989	3 055
Equipamento informático	86 442	83 219
Instalações interiores	23 792	22 440
Equipamento de Transporte	3 935	4 057
Equipamento de segurança	9 427	9 415
Outro equipamento	1	1
Património artístico	2 830	2 755
Activos em locação operacional	4 133	4 825
Outras imobilizações corpóreas	1 954	1 954
Imobilizações em curso	1 247	4 387
	224 470	221 519
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(8 252)	(17 405)
Relativas a períodos anteriores	(153 865)	(137 931)
	(162 117)	(155 336)
	62 353	66 183

Em Dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte de Imóveis de serviço próprio ao Montepio Geral - Associação Mutualista. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 48.517.000, líquido de amortizações, originando uma mais-valia de Euros 28.154.000.

29 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Custo:		
Software	51 836	64 836
Outros activos intangíveis	88 365	88 365
Activos intangíveis em curso	-	520
	140 201	153 721
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(5 949)	(9 449)
Relativas a períodos anteriores	(25 923)	(33 429)
	(31 872)	(42 878)
	108 329	110 843

A rubrica Outros activos intangíveis, corresponde ao diferencial entre os activos e passivos do Finibanco, S.A. adquiridos pela CEMG em 4 de Abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos activos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado à rede do Finibanco, S.A. adquirida.

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 p), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em 2012, a CEMG procedeu ao reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*, com o valor de balanço de Euros 6.695.000, conforme descrito na nota 9.

30 Impostos

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a nota 1 t), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Instrumentos financeiros	6 243	18 328	-	-	6 243	18 328
Outros activos tangíveis	(10)	(10)	-	-	(10)	(10)
Provisões	24 615	32 071	-	-	24 615	32 071
Fundo de pensões	6 908	6 747	-	-	6 908	6 747
Subsídio por morte	485	472	-	-	485	472
Reformas antecipadas	1 282	1 231	-	-	1 282	1 231
Prémios de antiguidade	419	382	-	-	419	382
Imparidade de imóveis	510	-	-	-	510	-
Prejuízos fiscais reportáveis	4 913	-	-	-	4 913	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**45 365**	**59 221**	**-**	**-**	**45 365**	**59 221**

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Em 30 de Junho de 2012, os movimentos relativos a activos por impostos diferidos foram reconhecidos, por contrapartida de resultados Euros 1.880.000 negativos e reservas Euros 12.086.000 negativos.

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do período reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 30 de Junho de 2012, existiam diferenças temporárias não reconhecidas, que se traduziriam num imposto diferido no activo no montante de Euros 212.971.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 236.883.000). O reconhecimento das referidas diferenças está dependente da capacidade da CEMG gerar no futuro resultados tributáveis. Durante o segundo semestre de 2012 o Conselho de Administração, vai analisar a informação adicional recebida das Autoridades Fiscais competentes sobre os esclarecimentos solicitados pelo Banco, bem como concluir a análise de recuperabilidade futura sobre as diferenças temporárias não reconhecidas, e em função da avaliação destes aspectos concluir sobre o eventual registo dos impostos diferidos ainda não reconhecidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a CEMG possa compensar activos por impostos correntes com passivos

por impostos correntes e sempre que os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sob o rendimento lançado pela mesma autoridade fiscal.

31 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Bonificações a receber do Estado Português	10 456	9 728
Outros devedores	122 072	163 739
Outros proveitos a receber	5 602	4 615
Despesas com custo diferido	17 207	17 138
Contas diversas	159 164	115 058
	314 501	310 278

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 10.456.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 9.728.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não líquidas	2 166	2 111
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 789	3 157
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 501	4 460
	10 456	9 728

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2012, o montante de Euros 10.400.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 15.441.000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a nota 1 s).

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2012, o montante de Euros 84.023.000 relativo a operações realizadas com títulos (31 de Dezembro de 2011: Euros 78.209.000), registadas na *trade date*, conforme nota 1 c), a aguardar liquidação. Adicionalmente, inclui ainda o montante de Euros 42.249.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 17.882.000) relacionado com as responsabilidades a benefícios pós-emprego financiados em excesso pelo Fundo.

32 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica regista o montante de Euros 1.968.212.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.003.300.000) referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

33 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Não remunerados Euros '000	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Não remunerados Euros '000**	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**
Recursos de instituições de crédito no país	21 324	25 121	46 445	12 337	79 978	92 315
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	85 678	925 525	1 011 203	48 841	1 040 912	1 089 753
	107 002	950 646	1 057 648	61 178	1 120 890	1 182 068

34 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012			Dez 2011		
	Não remunerados Euros '000	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Não remunerados Euros '000**	**Remunerados Euros '000**	**Total Euros '000**
Depósitos à ordem	33 379	2 046 142	2 079 521	34 621	2 532 341	2 566 962
Depósitos a prazo (*)	-	11 008 715	11 008 715	-	10 354 116	10 354 116
Depósitos de poupança (*)	-	202 518	202 518	-	248 293	248 293
Outros recursos	2 300	3 688	5 988	5 362	-	5 362
Correcções de valor por operações de cobertura	17 133	-	17 133	15 906	-	15 906
	52 812	13 261 063	13 313 875	55 889	13 134 750	13 190 639

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na nota contabilística 1 c).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui Euros 785.775.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 794.197.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

35 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Euro Medium Term Notes	513 613	1 081 778
Obrigações de Caixa	577 272	452 553
Obrigações Hipotecárias	673 808	706 357
	1 764 693	2 240 688

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 45.

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui o montante de Euros 967.586.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.100.366.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o primeiro semestre de 2012, a CEMG procedeu à emissão de Euros 161.442.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 263.011.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 586.199.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 1.390.073.000).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 2.155 milhões de Euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2012 são apresentadas como segue:

Designação	**Valor Nominal Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Data de emissão**	**Data de reembolso**	**Periodicidade do pagamento dos juros**	**Taxa de juro**	**Rating (Moody´s/Fitch/Dbrs)**
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	1,41%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	655 000	655 000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	500 000	500 000	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	3,20%	Baa3/BBB-
	2 155 000	2 155 000					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões é superior em 30 de Junho de 2012, a Euros 2.974.585.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 2.977.917.000) de acordo com a nota 20.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (Líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	1 081 778	-	(500 000)	(81 669)	13 504	513 613
Obrigações de Caixa	452 553	161 442	(32 899)	-	(3 824)	577 272
Obrigações Hipotecárias	706 357	-	(53 300)	15 600	5 151	673 808
	2 240 688	161 442	(586 199)	(66 069)	14 831	1 764 693

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a nota 1 c), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de Reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2016-11ªSER	Jan.2012	Dez.2016	Taxa Fixa Sementral de 5,56% (3º e 4º Semestre a Taxa 5,88%, 5º e 6º Semestre a Taxa 4,5%, 7º e 8º Semestre a Taxa 6,68% e 9º e10º semestre a Taxa 5,75%)	2 500
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2016-12ªSER	Jan.2012	Dez.2016	Taxa Fixa Sementral de 5,2140% (3º e 4º Semestre a Taxa 6,0265%, 5º e 6º Semestre a Taxa 6,8390%, 7º e 8º Taxa 7,6515% e 9º e10º semestre a Taxa 11,7140%)	4 000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-1ªSER	Jan.2012	Fev.2017	Taxa Fixa Semestal de 5,21% (2º semestre a Taxa 5,21%, 3º e 4º semestre a Taxa 6,035%, 5º e 6º semestre a Taxa 6,8610%, 7º e 8º semestre a Taxa a 7,6860% e 9º e 10º semestre a Taxa 10,162%)	5 650
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-2ªSER	Fev.2012	Mar.2017	Taxa Fixa Anual de 4,8333% (2º ano a Taxa 5,6667%, 3º ano a Taxa 6,50%, 4º ano a Taxa 7,3333% e 5º ano a Taxa 9,8333)	9 750
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-3ªSER	Mar.2012	Mar.2017	Taxa Fixa Anual de 4,6247% (2º ano a Taxa 4,9539%, 3º ano a Taxa 5,2830%, 4º ano a Taxa 5,6122% e 5º ano a Taxa 6,5997)	30 000
OBRIGS CX-CRPC-2012/20-1ªSER	Mar.2012	Mar.2020	Taxa Fixa Anual de 5,25% (2ºano a Taxa 5,25%, 3º e 4º ano a Taxa de 6%, 5º ano a Taxa 6,75% e 6º,7º e 8º ano a Taxa Max(6,25% ; Min(IPC+2% ; 9,15%))	4 400
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-4ªSER	Abr.2012	Mai.2017	Taxa Fixa Anual de 4,75% (2º ano a Taxa 4,80%, 3º ano a Taxa 5,10%, 4º ano a Taxa 5,40% e 5º ano a Taxa 6,35%)	68 000
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/17-5ªSER	Mai.2012	Jun.2017	Taxa Fixa Anual de 6,3897% (2º ano a Taxa 6,8874%, 3º ano a Taxa 8,8782%, 4º ano a Taxa 9,6247% e 5º ano a Taxa 13,6063%)	8 700
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/20-2ªSER	Mai.2012	Jun.2020	Taxa Fixa Anual de 7,05% (2º e 3º ano a Taxa de 8,2583%, 4º ano a Taxa 9,7083%, 5º ano a Taxa 10,7250%, 6º ano a Taxa 7,4750%, 7º ano a Taxa 8,30% e 8º ano a Taxa 11,1583%)	600
OBRIGS CX-MG Partic Junho-Junho 2012/14	Jun.2012	Jun.2014	Taxa Fixa Anual de 4,50% (2º ano a Taxa 5,0%)	923
OBRIGS CX-MG TAXA FIXA JUNHO 2012/2014	Jun.2012	Jun.2014	Taxa Semestral de 4,50% (2º semestre a Taxa 4,50% e 3º e 4º semestre a Taxa 5,00%)	21 919
OBRIGS CX-MG CAPITAL CERTO 2012/2017-6ªSER	Jun.2012	Jun.2017	Taxa Fixa Anual de 6,52% (2º ano a Taxa 7,27%, 3º ano a Taxa 8,02%, 4º ano a Taxa 9,27% e 5º ano a Taxa 12,77%)	5 000
				161 442

Em 30 de Junho de 2012, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 7,05%.

36 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Dez 2011 Euros '000**
Provisões para riscos gerais de crédito	111 882	117 066
Provisões para outros riscos e encargos	2 766	2 948
	114 648	120 014

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	**Jun 2011 Euros '000**
Provisões para riscos gerais de crédito		
Saldo em 1 de Janeiro	117 066	100 188
Dotação do período	34 859	23 955
Reversão do período	(40 043)	(24 824)
Transferências	-	19 721
Saldo em 30 de Junho	111 882	119 040

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95,de de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1 b). A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Jun 2011 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos		
Saldo em 1 de Janeiro	2 948	1 311
Dotação do periodo	758	432
Reversão do período	(940)	(285)
Transferências	-	1 359
Saldo em 30 de Junho	2 766	2 817

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

37 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica regista o montante de Euros 478.210.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 477.247.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2012 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 131
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 189
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 031
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 653
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (v)	10 377
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2005	Mai.2013	410	Intervalo (1,90%;4,50%) (iii)	413
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iv)	239
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	6 450
FNB Grandes empresas 07/16_	Jun.2011	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	30 250
FNB Indices estratégicos07/17 1ª	Mai.2007	Jun.2015	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	14 947
FNB Indices estratégicos07/17 2ª/3ª	Jun.2011	Jun.2015	39 000	Euribor 6 meses+0,5% (ii)	39 000
					482 680
				Correcções do valor do passivo	(4 470)
					478 210

Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde, *n* é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% + m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respectivo.

Nota:

Intervalo é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 45.

Em 30 de Junho de 2012, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 1% e 5%.

38 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	7 883	10 576
Outros credores	47 329	76 146
Sector Público administrativo	18 045	12 977
Férias e subsídio de férias a pagar	28 830	32 992
Outros custos a pagar	2 163	2 572
Receitas antecipadas	753	759
Operações sobre títulos a liquidar	58 700	752
Contas diversas	106 276	106 645
	269 979	243 419

A rubrica Contas diversas regista saldos de operações bancárias e financeiras a aguardar liquidação.

39 Capital

Em 29 de Março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345.000.000, por entrada de numerário. Em 28 de Dezembro de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1.245.000.000 pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

40 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15.000.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

– Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou

– Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

41 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade

dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 42.

42 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Outro Rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(107 754)	(316 692)
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	185 550	178 985
Reserva especial	68 160	66 519
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	20 702	11 534
	282 816	265 442

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1 c).

Conforme referido nas notas 1, 46 e 54, a rubrica Resultados transitados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o efeito da correcção de Euros 88.533.000 resultante da decisão do Conselho de Administração de alterar a política contabilística relativa ao reconhecimento dos desvios actuariais.

A rubrica Resultados transitados inclui, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o montante de Euros 5.012.000 e Euros 9.525.000, respectivamente, referente à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na nota 1 s).

A movimentação durante o primeiro semestre de 2012 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no período Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(241 563)	155 230	(5 414)	26 084	-	(65 663)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(684)	(17 629)	(15 550)	317	19 309	(14 237)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(20 634)	22 170	79	899	(10 797)	(8 283)
Estrangeiros	(52 671)	10 353	13 821	9 923	-	(18 574)
	(315 552)	170 124	(7 064)	37 223	8 512	(106 757)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	(4)	(59)	(3)	-	(49)	(115)
Estrangeiros	(69)	1 297	(9)	23	(1 104)	138
Unidades de participação	(1 067)	(1 263)	1 215	113	(18)	(1 020)
	(1 140)	(25)	1 203	136	(1 171)	(997)
	(316 692)	170 099	(5 861)	37 359	7 341	(107 754)

A movimentação durante o ano de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28 302)	(157 628)	(55 976)	343	-	(241 563)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4 103)	21 674	558	496	(19 309)	(684)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 591)	3 259	619	471	(12 392)	(20 634)
Estrangeiros	(38 060)	(27 895)	(3 367)	3 092	13 559	(52 671)
	(83 056)	(160 590)	(58 166)	4 402	(18 142)	(315 552)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	159	3 130	(48)	(17)	(3 228)	(4)
Estrangeiros	(46)	439	(11)	19	(470)	(69)
Unidades de participação	(30)	(415)	(466)	(65)	(91)	(1 067)
	83	3 154	(525)	(63)	(3 789)	(1 140)
	(82 973)	(157 436)	(58 691)	4 339	(21 931)	(316 692)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	6 991 760	6 188 119
Imparidade acumulada reconhecida	(42 306)	(49 647)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imapridade	6 949 454	6 138 472
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	6 841 700	5 821 780
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(107 754)	(316 692)

43 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Garantias e avales prestados	496 943	510 686
Garantias e avales recebidos	31 768 796	32 544 520
Compromissos perante terceiros	1 446 982	1 578 234
Compromissos assumidos por terceiros	43 537	44 545
Activos cedidos em operações de titularização	251 195	264 299
Valores recebidos em depósitos	5 456 327	5 367 132
	39 463 780	40 309 416

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	492 214	504 155
Créditos documentários abertos	4 729	6 531
	496 943	510 686

	Jun 2012 Euros '000	Dez 2011 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	167 420	230 860
Subscrição de títulos	330 950	330 950
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos Investidores	2 316	2 316
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	920 982	988 794
	1 446 982	1 578 234

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer quer estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro 2011, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

44 Distribuição de resultados

Em 29 de Março de 2012, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 16.584.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 23.085.000).

45 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

2 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,14% em 30 de Junho de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 6,26%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano

A taxa média de desconto foi de 3,01% em 30 de Junho de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 4,1%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2012, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas, utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,215%	0,305%	0,550%
7 dias	0,270%	0,180%	0,550%
1 mês	0,330%	0,210%	0,650%
2 meses	0,430%	0,280%	0,750%
3 meses	0,610%	0,380%	0,900%
6 meses	0,880%	0,550%	1,250%
9 meses	1,030%	1,210%	1,350%
1 ano	1,170%	0,860%	1,450%
2 anos	0,856%	0,550%	0,973%
3 anos	0,959%	0,628%	0,998%
5 anos	1,318%	0,963%	1,256%
7 anos	1,645%	1,345%	1,609%
10 anos	1,979%	1,747%	2,098%
15 anos	2,283%	2,194%	2,098%
20 anos	2,303%	2,365%	2,098%
30 anos	2,281%	2,501%	2,098%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**Jun 2012**	**Dez 2011**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2590	1,2939	10,05	10,50	11,05	11,55	12,00
EUR/GBP	0,8068	0,8353	7,55	8,00	8,60	9,05	9,40
EUR/CHF	1,2030	1,2156	2,95	4,65	6,10	7,00	7,45
EUR/JPY	100,13	100,20	12,95	13,40	14,15	14,70	15,25

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	Jun 2012								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até à maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos Financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	180 825	-	-	-	180 825	180 825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	52 093	-	-	-	52 093	52 093
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	420 764	-	-	-	420 764	420 764
Crédito a clientes	-	-	-	15 628 377	-	-	-	15 628 377	14 316 972
Activos financeiros detidos para negociação	153 691	-	-	-	-	-	-	153 691	153 691
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 667	-	-	-	-	-	3 667	3 667
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6 841 700	-	-	6 841 700	6 841 700
Derivados de cobertura	1 315	-	-	-	-	-	-	1 315	1 315
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	17 431	-	-	-	-	17 431	17 507
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	384 547	384 547	384 547
	155 006	3 667	17 431	16 282 059	6 841 700	-	384 547	23 684 410	22 373 081
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	1 968 212	1 968 212	1 968 212
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	1 057 648	1 057 648	1 057 648
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-	13 313 875	13 313 875	13 333 070
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	1 764 693	1 764 693	1 764 695
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	3 926 668	3 926 668	3 926 668
Passivos financeiros detidos para negociação	95 598	-	-	-	-	-	-	95 598	95 598
Derivados de cobertura	3 052	-	-	-	-	-	-	3 052	3 052
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	478 210	478 210	478 210
	98 650	-	-	-	-	-	22 509 306	22 607 956	22 627 153

	Dez 2011								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até à maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos Financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	381 540	-	-	-	381 540	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	102 701	-	-	-	102 701	102 701
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	370 268	-	-	-	370 268	370 268
Crédito a clientes	-	-	-	16 200 240	-	-	-	16 200 240	14 788 755
Activos financeiros detidos para negociação	145 252	-	-	-	-	-	-	145 252	145 252
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 606	-	-	-	-	-	3 606	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 821 780	-	-	5 821 780	5 821 780
Derivados de cobertura	1 184	-	-	-	-	-	-	1 184	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	48 416	-	-	-	-	48 416	45 909
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	384 547	384 547	384 547
	146 436	3 606	48 416	17 054 749	5 821 780	-	384 547	23 459 534	22 045 542
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	2 003 300	2 003 300	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	1 182 068	1 182 068	1 182 068
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-	13 190 639	13 190 639	13 209 073
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	2 240 688	2 240 688	2 240 689
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	3 289 983	3 289 983	3 289 983
Passivos financeiros detidos para negociação	101 524	-	-	-	-	-	-	101 524	101 524
Derivados de cobertura	2 444	-	-	-	-	-	-	2 444	2 444
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	477 247	477 247	477 247
	103 968	-	-	-	-	-	22 383 925	22 487 893	22 506 328

46 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT"). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o "Fundo de Pensões" o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

No âmbito da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei 127/2011 ("Decreto"), que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos actuais reformados e pensionistas.

Este Decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões. O referido Decreto estabelece igualmente os termos e condições em que foi efectuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos actuariais diferentes dos utilizados pela CEMG, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%). Dos referidos pressupostos foram determinados numa perspectiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*), uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades reflectidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projectados e o valor do Fundo de Pensões, em 30 de Junho de 2012, são apresentados líquidos do montante transferido. Em 30 de Junho de 2012 foi efectuada a última liquidação financeira da operação, no montante de Euros 1.377.000, conforme nota 11.

Paralelamente e considerando que a IAS 19 - Benefícios dos empregados permite o reconhecimento directo em capitais próprios dos desvios actuariais, em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, a CEMG optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística foi aplicada retrospectivamente com referência a 1 de Janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em Capitais Próprios – Outro rendimento integral.

De acordo com a nota 1 s), a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do Fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

No primeiro semestre de 2012, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 6.686.000 (30 de Junho de 2011: Euros 11.078.000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2012				Jun 2011			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	4 293	389	242	4 924	5 533	382	471	6 386
Custo dos juros	10 537	861	223	11 621	17 067	272	957	18 296
Rendimento esperado dos activos	(10 986)	(889)	(239)	(12 114)	(15 990)	(255)	(897)	(17 142)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-	916	-	-	916
Reformas antecipadas	878	-	-	878	2 622	-	-	2 622
Custos resultantes da transferência para o RGSS	1 377	-	-	1 377	-	-	-	-
Custo do exercício	6 099	361	226	6 686	10 148	399	531	11 078

A rubrica Custos resultantes da transferência para o RGSS, de 30 de Junho de 2012 corresponde ao impacto resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social.

A CEMG utilizou os seguintes pressupostos actuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	Jun 2012	**Dez 2011**
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	1,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

47 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2012, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

	Jun 2012		
Empresas	**Recursos de clientes Euros '000**	**Outros passivos subordinados Euros '000**	**Crédito a clientes Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	6 780	13 000	7 956
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	18 106	3 250	-
Nova Câmbios, S.A.	-	-	401
Silvip, S.A.	2 025	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 385	-	1
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	1 127	-	-
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	125
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	153	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	138	-	2 564
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	19 119
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	-	1 612
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	323	-	13
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	399 416	-	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	-	2 450
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	2 387	-	-
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	588	-	7 000
Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	764	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	24	-	1 458
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	568	-	4 745
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	207 606	-	-
Conselho de Administração	1 527	-	141
Montepio Geral - Associação Mutualista	551 030	438 151	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	43	19 119	43
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	203 093	-	114 498
Fundação Montepio Geral	1 281	-	-
Finibanco, S.A.	16 295	-	34
N Seguros, S.A.	4 824	-	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	-	8
Montepio Arrendamento - FIIAH	15 985	-	-
Finibanco Angola, S.A.	28 731	-	-
CA Imobiliário - Fundo Especial Investimento Imob. Aberto	7 281	-	-
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1	-	-
	1 473 486	473 520	162 168

À data de 31 de Dezembro de 2011, os débitos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

	Dez 2011		
Empresas	**Recursos de clientes Euros '000**	**Outros passivos subordinados Euros '000**	**Crédito a clientes Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	30 112	13 350	10 078
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 896	3 250	1
Nova Câmbios, S.A.	231	-	530
Silvip, S.A.	1 927	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 532	-	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	1 096	-	-
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	3	-	120
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	2 749	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	141	-	2 463
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	308	-	23 119
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	-	1 570
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	109	-	13
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	29 526	-	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	-	2 402
Finibanco Vida-Companhia de Seguros Vida, S.A.	284	-	-
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	300	-	-
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	699	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	-	1 379
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	8 235	-	5 287
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	224 224	-	-
Conselho de Administração	1 578	-	302
Montepio Geral - Associação Mutualista	464 900	-	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	19 176	-	27 264
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	130	-	189 171
Fundação Montepio Geral	839	-	-
Finibanco, S.A.	3 403	-	39 309
N Seguros, S.A.	7 226	-	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	-	2
Montepio Arrendamento - FIIAH	16 543	-	-
Finibanco Angola, S.A.	14 912	-	16
CA Imobiliário - Fundo Especial Investimento Imob. Aberto	10 532	-	-
	862 616	16 600	303 026

À data de 30 de Junho de 2012, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresas	Jun 2012		
	Juros e encargos similares Euros '000	**Juros e rendimentos similares Euros '000**	**Comissões e proveitos Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	116	151	21
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	185	1	10
Nova Câmbios, S.A.	-	5	1
Silvip, S.A.	13	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	24	-	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	6	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	17	8
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	869	-	-
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unip. S.A.	120	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	10	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	176	8
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	-	1
Finimóveis Soc. Imob. Serviços Auxiliares, S.A.	-	69	-
Finisegur - Sociedade Mediadora Seguros, S.A.	-	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	12	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	62	41
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 860	12	22
Conselho de Administração	9	1	-
Montepio Geral - Associação Mutualista	2 987	37	15
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	-	-	1
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1 400	5
Finibanco, S.A.	-	-	2
Montepio Recuperação Crédito - ACE	-	39	-
Finibanco Angola, S.A.	218	13	-
N Seguros, S.A.	263	15	-
CA Imobiliário - Fundo Investimento Imob. Aberto	-	-	1
POLARIS	286	-	-
	6 956	2 108	136

À data de 31 de Dezembro de 2011, os proveitos e custos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

	Dez 2011		
Empresas	**Juros e encargos similares Euros '000**	**Juros e rendimentos similares Euros '000**	**Comissões e proveitos Euros '000**
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	164	325	178
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 302	12	69
Nova Câmbios, S.A.	-	23	4
Silvip, S.A.	59	-	1
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	96	1	7
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	33	-	1
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	2	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	-	1	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	83	28
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	425	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	-	3	8
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3	1	-
Civilcentro - Construções do Centro S.A.	-	15	1
Finisegur - Sociedade Mediadora Seguros, S.A.	1	-	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	22	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	387	197
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	2 508	24	60
Conselho de Administração	25	1	1
Montepio Geral - Associação Mutualista	6 487	224	39
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	-	2 011	-
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	45	3 850	27
Finibanco, S.A.	-	4 908	15
	10 723	12 318	636

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2012 e durante o exercício de 2011, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

48 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2012, existem oito operações de titularização, das quais seis foram originadas na CEMG, e duas no Finibanco, S.A., agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A. e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No.* 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No.* 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de Junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de EUR 250.000.000 (*Aqua* SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233.000.000 (*Aqua Mortage No.* 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican* SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.167.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 6*. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.107.000.000. A venda foi efectuada ao par.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No*. 1 PLC, *Pelican Mortgages No*. 2 PLC e *Aqua* SME n.º 1) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No.* 3, *Pelican Mortgages N*o. 4, *Pelican Mortgages No.* 5 e *Aqua Mortgages No.* 1).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2012, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	**Data de início**	**Moeda**	**Activo cedido**	**Montante inicial Euros '000**
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Aqua SME *No. 1*	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
Pelican Mortgages No. 6	Março de 2012	Euros	Crédito à habitação	1 107 000
				6 857 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Pelican Mortgages No.1	86 309	91 754
Pelican Mortgages No.2	164 886	172 545
	251 195	264 299

49 Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 30 de Junho de 2012, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC´s **Euros '000**
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	399 416
Finibanco Angola, S.A.	28 731
Finibanco - Holding, S.G.P.S., S.A.	43
Finibanco, S.A.	16 295
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	203 093
	647 578

50 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

51 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direcção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno ("ICAAP"), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspecções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pela CEMG.

A CEMG tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. A CEMG tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos ("ALCO") e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual ("ENI's") e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Disponibilidades em outras instituições de crédito	52 093	102 701
Aplicações em instituições de crédito	420 764	370 268
Crédito a clientes	15 628 377	16 200 240
Activos financeiros detidos para negociação	142 415	139 838
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	6 313 674	5 456 484
Derivados de cobertura	1 315	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	17 431	48 416
Investimentos em associadas e outras	384 547	384 547
Outros activos	229 857	267 772
Garantias e avales prestados	496 943	510 686
Compromissos irrevogáveis	167 420	230 860
Credit default swaps (nocionais)	64 414	81 093
	23 922 917	23 797 695

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2012, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	Jun 2012							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade [a] Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	68 869	(4 580)	-	-	332	(91)	-	1 957
Indústrias extractivas	43 709	(763)	-	-	-	-	-	1 618
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	139 977	(8 334)	1 074	-	8 169	(230)	-	5 612
Têxteis e vestuário	78 395	(19 132)	-	-	-	-	-	1 894
Curtumes e calçado	23 017	(6 098)	-	-	-	-	-	152
Madeira e cortiça	52 555	(10 453)	-	-	93 048	-	-	1 805
Papel e indústrias gráficas	51 640	(3 475)	-	-	-	-	-	743
Refinação de petróleo	494	(189)	890	-	22 846	(205)	-	-
Produtos químicos e de borracha	101 298	(8 492)	209	-	1 043	-	-	2 760
Produtos minerais não metálicos	48 744	(2 868)	-	-	-	-	-	2 935
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	133 726	(6 726)	-	-	-	-	-	8 718
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	45 675	(2 085)	99	-	531	(207)	-	2 048
Fabricação de material de transporte	19 741	(1 650)	551	-	-	-	-	298
Outras indústrias transformadoras	41 337	(5 696)	235	-	35 517	(2 471)	-	1 851
Electricidade, gás e água	106 939	(1 802)	481	2 640	23 953	(1 442)	-	4 982
Construção e obras públicas	2 279 820	(220 957)	226	-	10 976	(998)	-	225 189
Comércio por grosso e a retalho	1 108 454	(103 911)	4 231	-	16 368	-	-	66 478
Turismo	341 831	(16 767)	-	-	7 159	(90)	-	12 380
Transportes	179 790	(17 909)	-	-	2 340	-	-	11 324
Actividades de informação e comunicação	56 926	(4 053)	977	-	24 550	(352)	-	857
Actividades financeiras	631 936	(18 835)	142 981	1 027	2 203 612	(23 091)	-	64 280
Actividades imobiliárias	942 772	(61 818)	-	-	9 708	(691)	-	34 411
Serviços prestados às empresas	513 208	(18 422)	-	-	12 098	-	-	14 915
Administração e serviços públicos	140 295	(1 485)	-	-	1 238 790	-	17 431	591
Outras actividades de serviços colectivos	387 642	(12 797)	-	-	-	-	-	8 219
Crédito à habitação	8 529 478	(146 656)	-	-	3 019 425	(12 199)	-	-
Outros	248 797	(94 617)	1 737	-	153 541	(239)	-	20 926
Total	16 317 065	(800 570)	153 691	3 667	6 884 006	(42 306)	17 431	496 943

[a] inclui a provisão para imparidade no valor de 688 688 milhares de euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 111.882 milhares de euros (ver nota 36).

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	Dez 2011							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade [a] Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	51 384	(3 869)	59	-	442	(91)	-	3 356
Indústrias extractivas	40 265	(1 165)	57	-	-	-	-	1 617
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	132 141	(10 656)	901	-	13 900	(187)	-	3 182
Têxteis e vestuário	62 521	(13 143)	-	-	-	-	-	805
Curtumes e calçado	19 917	(1 477)	-	-	-	-	-	125
Madeira e cortiça	51 510	(10 114)	-	-	82 716	-	-	1 406
Papel e indústrias gráficas	49 388	(13 261)	-	-	-	-	-	748
Refinação de petróleo	441	(135)	537	-	34 854	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	84 251	(5 242)	155	-	1 042	-	-	2 661
Produtos minerais não metálicos	48 452	(2 416)	-	-	-	-	-	2 916
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	129 638	(10 640)	-	-	-	-	-	9 037
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	41 302	(2 442)	36	-	539	(121)	-	1 875
Fabricação de material de transporte	18 797	(1 074)	42	-	-	-	-	298
Outras indústrias transformadoras	36 237	(3 219)	32	-	75 967	(2 471)	-	1 906
Electricidade, gás e água	104 266	(3 240)	751	2 593	23 238	(976)	-	4 620
Construção e obras públicas	2 343 408	(243 892)	153	-	10 968	(998)	-	228 211
Comércio por grosso e a retalho	1 006 997	(78 857)	294	-	14 145	-	-	63 125
Turismo	315 542	(12 438)	-	-	7 427	(90)	-	13 878
Transportes	163 265	(8 432)	154	-	2 333	-	-	8 689
Actividades de informação e comunicação	49 286	(2 540)	356	-	28 011	-	-	1 287
Actividades financeiras	741 721	(16 279)	140 524	1 013	2 283 565	(13 410)	-	47 024
Actividades imobiliárias	962 598	(80 747)	53	-	7 692	(691)	-	28 444
Serviços prestados às empresas	323 802	(18 687)	-	-	14 520	-	-	11 937
Administração e serviços públicos	116 238	(1 164)	-	-	1 301 933	(19 309)	48 416	583
Outras actividades de serviços colectivos	287 826	(7 873)	-	-	-	-	-	7 676
Crédito à habitação	8 975 960	(233 698)	-	-	1 834 521	(11 063)	-	-
Outros	737 312	(24 591)	1 148	-	133 614	(240)	-	65 280
Total	16 894 465	(811 291)	145 252	3 606	5 871 427	(49 647)	48 416	510 686

[a] inclui a provisão para imparidade no valor de 694 225 milhares de euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 117.066 milhares de euros (ver nota 36).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações emitidas pela República Portuguesa.

Durante o primeiro semestre de 2012 e durante o ano de 2011, foram também fechadas algumas posições em *credit default swaps*, o que levou à redução do valor nocional das posições de compra de 27.500.000 Euros para 21.5000.000 Euros, e de venda de 53.500.000 Euros para 43.000.000 Euros.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos ("ALCO"), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* ("VaR"). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final do primeiro semestre de 2012 representavam 69% do total da carteira.

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final do primeiro semestre de 2012 atingiam, em termos estáticos, o valor negativo de Euros 161.278.000 (31 de Dezembro de 2011: positivo de Euros 604.896.000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

	Jun 2012				**Dez 2011**			
	Junho Euros '000	**Média anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	(161 278)	221 809	604 896	(161 278)	604 896	327 435	604 896	49 973

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* ("BIS") classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até três meses Euros '000	Três a seis meses Euros '000	Seis meses a um ano Euros '000	Um a cinco anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Total Euros '000
30 de Junho de 2012						
Activo	10 908 910	4 466 412	637 565	1 381 224	811 209	18 205 320
Fora de balanço	11 905 675	208 100	361 876	2 106 526	-	14 582 177
Total	22 814 585	4 674 512	999 441	3 487 750	811 209	32 787 497
Passivo	6 606 062	1 551 368	3 927 348	6 182 103	99 815	18 366 696
Fora de balanço	12 696 468	518 841	13 740	1 353 028	-	14 582 077
Total	19 302 530	2 070 209	3 941 088	7 535 131	99 815	32 948 773
GAP (Activos - Passivos)	3 512 055	2 604 303	(2 941 647)	(4 047 381)	711 394	(161 276)
31 de Dezembro de 2011						
Activo	12 060 231	4 723 593	443 280	1 481 436	813 517	19 522 057
Fora de balanço	11 650 184	178 931	971 660	2 253 911	-	15 054 686
Total	23 710 415	4 902 524	1 414 940	3 735 347	813 517	34 576 743
Passivo	8 302 384	2 353 259	2 789 954	5 300 452	171 200	18 917 249
Fora de balanço	13 116 395	562 418	8 970	1 366 812	-	15 054 595
Total	21 418 779	2 915 677	2 798 924	6 667 264	171 200	33 971 844
GAP (Activos - Passivos)	2 291 636	1 986 847	(1 383 984)	(2 931 917)	642 317	604 899

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2012, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 p.b. motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 34.229.000 (31 de Dezembro de 2011: Euros 26.734.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período findo em 30 de Junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	Jun 2012			Dez 2011		
Produtos	**Saldo médio do período Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	16 563 484	4,61	379 765	16 167 253	4,18	676 363
Disponibilidades	11 879	1,03	571	196 012	1,24	2 439
Carteira de Títulos	7 600 627	3,04	115 014	6 363 143	2,98	189 472
Aplicações interbancárias	432 674	0,74	1 595	453 286	1,85	8 404
Swaps	-		142 042	-	-	277 653
Total Aplicações	24 608 664		638 987	23 179 694		1 154 331
Recursos						
Depósitos de clientes	13 428 488	3,61	240 826	11 857 822	2,91	344 719
Recursos de titularização	8 318 387	2,77	114 738	8 180 018	2,47	202 352
Recursos interbancários	2 514 844	1,02	12 778	2 656 595	1,61	42 810
Outros recursos	296	0,53	1	336	0,69	2
Swaps	-		131 894	-	-	260 975
Total Recursos	24 262 015		500 237	22 694 771		850 858

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 30 de Junho de 2012, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2012							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Doláres Canadianos Euros '000	Franco Suiço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	169 045	9 676	632	539	366	59	508	180 825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47 003	1 289	774	470	539	1 790	228	52 093
Aplicações em instituições de crédito	413 662	109	-	6 993	-	-	-	420 764
Crédito a clientes	15 614 264	13 914	-	-	199	-	-	15 628 377
Activos financeiros detidos para negociação	147 107	6 344	240	-	-	-	-	153 691
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 667	-	-	-	-	-	-	3 667
Activos financeiros disponíveis para venda	6 817 011	24 050	32	-	607	-	-	6 841 700
Derivados de cobertura	1 315	-	-	-	-	-	-	1 315
Investimentos detidos até à maturidade	17 431	-	-	-	-	-	-	17 431
Investimentos em associadas e outras	384 547	-	-	-	-	-	-	384 547
Activos não correntes detidos para venda	217 612	-	-	-	-	-	-	217 612
Outros activos tangíveis	62 353	-	-	-	-	-	-	62 353
Activos por impostos correntes	108 329	-	-	-	-	-	-	108 329
Activos por impostos diferidos	10	-	-	-	-	-	-	10
Activos intangíveis	45 365	-	-	-	-	-	-	45 365
Outros activos	63 761	176 437	8 819	48 420	2 601	2 736	11 727	314 501
Total Activo	24 112 482	231 819	10 497	56 422	4 312	4 585	12 463	24 432 580
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 968 212	-	-	-	-	-	-	1 968 212
Recursos de outras instituições de crédito	929 332	94 832	3 955	29 189	306	-	34	1 057 648
Recursos de clientes	13 248 947	53 001	3 993	2 795	2 025	-	3 114	13 313 875
Responsabilidades representadas por títulos	1 762 310	2 383	-	-	-	-	-	1 764 693
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 926 668	-	-	-	-	-	-	3 926 668
Passivos financeiros detidos para negociação	92 044	3 554	-	-	-	-	-	95 598
Derivados de cobertura	3 052	-	-	-	-	-	-	3 052
Provisões	114 648	-	-	-	-	-	-	114 648
Outros passivos subordinados	478 210	-	-	-	-	-	-	478 210
Outros passivos	148 857	78 318	2 549	24 438	1 917	4 585	9 315	269 979
Total Passivo	22 672 280	232 088	10 497	56 422	4 248	4 585	12 463	22 992 583
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 440 202	(269)	-	-	64	-	-	1 439 997
Situação Líquida	1 440 202	(269)	-	-	64	-	-	1 439 997
Exposição Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	Dez 2011							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Doláres Canadianos Euros '000	Franco Suiço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	376 447	3 369	378	299	669	88	290	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93 440	6 138	833	1 066	918	5	301	102 701
Aplicações em instituições de crédito	370 161	107	-	-	-	-	-	370 268
Crédito a clientes	16 197 440	2 452	-	-	348	-	-	16 200 240
Activos financeiros detidos para negociação	145 068	145	-	39	-	-	-	145 252
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	-	-	-	-	-	-	3 606
Activos financeiros disponíveis para venda	5 819 192	2 322	-	-	266	-	-	5 821 780
Derivados de cobertura	1 184	-	-	-	-	-	-	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	48 416	-	-	-	-	-	-	48 416
Investimentos em associadas e outras	384 547	-	-	-	-	-	-	384 547
Activos não correntes detidos para venda	86 830	-	-	-	-	-	-	86 830
Outros activos tangíveis	66 183	-	-	-	-	-	-	66 183
Activos por impostos correntes	10	-	-	-	-	-	-	10
Activos por impostos diferidos	59 221	-	-	-	-	-	-	59 221
Activos intangíveis	110 843	-	-	-	-	-	-	110 843
Outros activos	89 353	179 000	5 986	35 571	49	130	189	310 278
Total Activo	23 851 941	193 533	7 197	36 975	2 250	223	780	24 092 899
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 003 300	-	-	-	-	-	-	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	1 141 161	19 301	2 471	18 737	343	-	55	1 182 068
Recursos de clientes	13 150 817	36 684	1 122	1 669	142	17	188	13 190 639
Responsabilidades representadas por títulos	2 238 369	2 319	-	-	-	-	-	2 240 688
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 289 983	-	-	-	-	-	-	3 289 983
Passivos financeiros detidos para negociação	101 366	158	-	-	-	-	-	101 524
Derivados de cobertura	2 444	-	-	-	-	-	-	2 444
Provisões	120 014	-	-	-	-	-	-	120 014
Outros passivos subordinados	477 247	-	-	-	-	-	-	477 247
Outros passivos	85 605	135 133	3 604	16 569	1 765	206	537	243 419
Total Passivo	22 610 306	193 595	7 197	36 975	2 250	223	780	22 851 326
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1241 635	(62)	-	-	-	-	-	1241 573
Situação Líquida	1241 635	(62)	-	-	-	-	-	1241 573
Exposição Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base ("FPB"): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em Novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução n.º 28/2011 do Banco de Portugal, com revisão em Março 2012, que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja considerada excessiva à luz da referida instrução. Esta actualização da instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de Abril de 2012.

- Fundos Próprios Complementares ("FPC"): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.

- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, a CEMG adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efectuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade . Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e a partir de Dezembro 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios actuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos prudenciais não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 define tratamento prudencial, para este novo procedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*. Também em Dezembro de 2011 foi realizada a transferência parcial dos planos pós-emprego de benefício definido para a esfera da Segurança Social, cujos efeitos em fundos próprios foram diferidos para Junho de 2012, de acordo com o Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, apresenta-se como segue:

	Jun 2012 **Euros '000**	**Dez 2011** **Euros '000**
Fundos Próprios Core Tier I		
Capital realizado	1 245 000	1 245 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não	274 411	257 038
Outros ajustamentos regulamentares	(292 258)	(165 806)
	1 227 153	**1 336 232**
Fundos Próprios de Base		
Outros Instrumentos de Capital	15 000	15 000
Deduções Fundos Próprios de Base	(191 745)	(191 745)
	1 050 408	**1 159 487**
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	91 342	90 197
Lower Tier 2	440 316	468 575
Deduções	(191 745)	(191 745)
	339 913	**367 028**
Deduções aos fundos próprios totais	(5 432)	(2 532)
Fundos próprios totais	**1 384 889**	**1 523 983**
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	944 177	937 243
Riscos de mercado	4 107	4 420
Risco operacional	65 065	65 065
	1 013 349	**1 006 728**
Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1	9,69%	10,62%
Rácio *Tier* 1	8,29%	9,21%
Rácio de Solvabilidade	10,93%	12,11%

52 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2012, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 117 554	1 117 554	(65 663)	-	3,89%	2,17	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 262	5 526	-	-	3,38%	3,26	n.a.
	1 123 816	1 123 080	(65 663)	-			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	2 623	2 623	(15.555)	-	2,00%	22,94	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	11 840	11 840	1 858	-	4,60%	3,80	1
	1 138 279	1 137 543	(79.360)				

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 150 482	1 150 482	(241 563)	-	4,35%	2,21	1
Investimentos detidos até à maturidade	37 419	34 299	-	-	4,72%	1,03	n.a.
	1 187 901	1 184 781	(241 563)	-			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	33.507	33.507	-	(19.309)	4,22%	0,37	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	11 032	11 032	1 051	-	4,60%	4,30	1
	1 232 440	1 229 320	(240 512)	(19 309)			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período findo em 30 de Junho de 2012 quaisquer reclassificações entre carteiras.

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, que tem contribuído para uma contínua deterioração da situação

económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicam que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Tendo em consideração esta conjuntura, em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Imparidade para títulos correspondia à imparidade reconhecida para dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o sector privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspectos chave do envolvimento do sector privado (PSI) na referida reestruturação, nos termos do PSI são analisadas como segue:

a) Os detentores dos GGBs trocaram os títulos que detinham por:

- Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;

- *Notes* emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As *notes* terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;

b) Os novos GGBs têm os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;

- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;

- Cláusulas de *Aggregated collective action*;

- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;

- Emissões reguladas pela Lei Inglesa; e

- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objectivos em termos de PIB.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows futuros*, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos correspondeu a cerca de 23% do valor dos títulos em carteira em 31 de dezembro de 2011.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130.000 milhões da União Europeia para a Grécia.

A CEMG decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de Março de 2012.

De referir que no âmbito da alienação efectuada no segundo trimestre de 2012, foram utilizadas as provisões existentes.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera igualmente que a esta data não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.

53 Factos relevantes

Em 2012, a CEMG procedeu à venda de duas carteiras de crédito a clientes para uma sociedade de titularização denominada "Hefesto Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. Estas operações foram denominadas como Aurea 1 e Aurea 2.

Estes créditos apresentavam um valor de balanço de Euros 17.010.990.000, tendo sido a venda realizada por Euros 70.540.000, originando uma mais valia de Euros 53.530.000 conforme nota 9:

	Crédito Valor bruto Euros'000	**Imparidade para crédito Euros'000**	**Crédito Valor líquido Euros'000**	**Valor de venda Euros'000**	**Mais valias Euros'000**
Aurea 1	76 949	68 059	8 890	35 519	26 629
Aurea 2	75 355	67 235	8 120	35 021	26 901
	152 304	135 294	17 010	70 540	53 530

54 Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais associados ao plano de benefícios definidos

No decurso de 2011 de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 - Benefícios dos empregados, a CEMG efectuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de Janeiro de 2011 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, a CEMG procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo prazo correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Assim, e conforme referido nas notas 1, 11, 30, 42 e 46 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão, efectuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

	Situação líquida 30.06.2011 Euros '000	**Resultado líquido 1º semestre 2011 Euros '000**	**Situação líquida 1.1.2011 Euros '000**
Valor anteriormente reportado	1 128 804	13 107	994 019
Ajustamentos:			
Desvios actuariais por diferir	(102 247)	-	(102 247)
Amortizações de perdas actuariais	915	915	-
	(101 332)	915	(102 247)
Valores corrigidos	1 027 472	14 022	891 772